

# SENASP

*Secretaria Nacional de Segurança Pública*

## **Relatório Final** **Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas** **em Justiça Criminal e Segurança Pública**

### **Proponente**

Fundação Movimento Direito e Cidadania

### **Autor (s)**

João Batista Moreira Pinto

### **Título da Pesquisa**

Políticas de Formação dos Operadores de Segurança Pública e Justiça Criminal

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

**Abril 2006**



**Ministério  
da Justiça**

**GOVERNO FEDERAL**

**ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA**  
Coordenação de Pesquisa

RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA SOBRE:  
**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA E  
JUSTIÇA CRIMINAL**

Belo Horizonte  
Dezembro 2005

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

<b>Data:</b> 05/12/2005	<b>Local:</b> Belo Horizonte
<b>Título do Projeto:</b> Política de Formação dos Operadores de Segurança Pública e Justiça Criminal	
<b>Entidade Executora:</b> Escola Superior Dom Helder Câmara	
<b>Autores:</b> <i>Prof. Dr. João Batista Moreira Pinto</i> - Coordenador da Pesquisa <i>Jésus Trindade Barreto Júnior</i> - Pesquisador <i>Prof. Dr. Virgílio de Mattos</i> - Pesquisador <i>Joaquim Francisco Neto</i> - Pesquisador <i>Profª. Ms. Ana Paula Franco Viegas Pereira</i> - Pesquisadora <i>Guilherme Fonseca</i> - Técnico Administrativo <i>Inis Ferreira Costa</i> - Estagiária <i>Rodrigo Nascimento Lucas</i> - Estagiário	
<b>Entidade Patrocinadora:</b> - <i>Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP</i> - Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Organização e Gestão da Segurança Pública - Linha de Pesquisa: 3.1 - Valorização e Formação Profissional	
<b>Resumo:</b> O estudo teve por objeto as políticas de formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal no Brasil. A pesquisa de campo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, entrevistas e grupos focais em cinco estados: Alagoas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.	
<b>Palavras-chaves:</b> Política de Formação; Operadores de Segurança Pública; Academias de Polícia.	
<b>Observações:</b>	

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b><i>INTRODUÇÃO</i></b>	<b>4</b>
1.1	<b>Apresentação do problema</b>	4
1.2	<b>Objeto de estudo</b>	9
1.3	<b>Objetivos</b>	9
<b>2</b>	<b><i>ETAPAS, METODOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA</i></b>	<b>11</b>
2.1	<b>Etapas da pesquisa</b>	11
2.2	<b>Metodologias utilizadas para a pesquisa</b>	12
2.3	<b>Desenvolvimento da pesquisa</b>	13
2.3.1	Análises críticas em torno do desenvolvimento da pesquisa	15
2.3.1.1	A forma de composição dos grupos focais	15
2.3.1.2	A organização em torno de carreiras	16
<b>3</b>	<b><i>AS PROPOSTAS E AS POLÍTICAS OFICIAIS DE FORMAÇÃO DOS OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA</i></b>	<b>18</b>
3.1	<b>A Polícia Militar</b>	18
3.2	<b>A Polícia Civil</b>	20
<b>4</b>	<b><i>A EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO: SUAS CONTRADIÇÕES E DESAFIOS</i></b>	<b>22</b>
4.1	<b>Déficit estrutural do sistema</b>	22
4.1.1	Infra-estrutura	22
4.1.2	Centralização e baixa capilaridade da formação	25
4.1.3	A falta de instrumentos necessários	26
4.1.4	A falta de suporte psíquico	28
4.2	<b>A falta de consideração das aptidões, potencialidades ou desejos individuais para o exercício profissional e para uma determinada formação</b>	<b>30</b>
4.2.1	As ambigüidades do rigor disciplinar	39
4.3	<b>A falta de uma proposta didático-pedagógica consolidada</b>	<b>45</b>
4.3.1	A dissonância entre teoria e prática	47
4.3.2	A priorização da ação frente aos outros aspectos do agir policial	53
4.3.3	A não-integração do corpo docente	56
4.3.4	A falta de uma formação continuada	60
4.3.5	A falta de consideração da realidade	62
4.3.6	A questão da ‘Teoria Geral da Ação Policial’	63

4.3.7	A formação e sua dependência com uma determinada direção e governo	68
<b>5</b>	<b><i>A FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA JUSTIÇA CRIMINAL</i></b>	<b>70</b>
5.1	A formação no Ministério Público	70
5.2	A formação na Magistratura	71
5.3	Justiça Criminal: encontros e desencontros	72
<b>6</b>	<b><i>A FORMAÇÃO DO OPERADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA EM UM CONFLITO DE PARADIGMAS</i></b>	<b>74</b>
6.1	O paradigma da Doutrina de Segurança Nacional	74
6.2	O paradigma sustentado pela SENASP e seus desafios de implementação	76
6.3	Uma aceitação “instrumental” da formação	79
6.4	As marcas de diferentes políticas de formação	80
6.4.1	Os limites do próprio aluno e/ou do operador de Segurança Pública	83
6.4.2	As dificuldades de uma conciliação: ser policial, cidadão e sujeito	85
7.	À guisa de conclusão: política, políticas ou falta de política de formação?	86
	<b><i>REFERÊNCIAS</i></b>	<b>91</b>
	<b><i>APÊNDICES</i></b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação do problema

No Brasil, uma das questões que se destacam na prática do fazer policial, e que acaba reaparecendo no imaginário popular, é a baixa qualidade técnica desses profissionais e a pouca visibilidade de elementos éticos na gestão de ações visando a solução pacífica dos conflitos. Essas deficiências, segundo indicadores e em termos amplos, se revelam: primeiro, pelo anacronismo dos paradigmas doutrinários e operativos das polícias; segundo, pela assimetria de valores e procedimentos técnico-científicos que cada qual pratica, oficial e oficiosamente.

Com isso, surge a demanda e a necessidade de melhor qualificação das estruturas orgânicas das instituições policiais e de seus servidores, de modo que se possa pensar, como política pública, num sistema homogêneo, respeitando-se, obviamente, as especificidades do ponto de vista da eficiência e eficácia do conjunto profissionais-instituições. Infere-se daí que a consolidação do conhecimento policial seja o fundamento de uma integração estrutural entre os órgãos policiais e o ponto de partida para a imersão dos órgãos de segurança pública e justiça criminal no projeto de aperfeiçoamento democrático e de construção, conforme o Programa Nacional de Segurança Pública, de “um novo sujeito institucional para a gestão da política de segurança”, fundado em um paradigma alternativo que não seja o meramente repressivo, como tem sido a prática comum, para o tratamento da violência e da criminalidade.

O anacronismo e a assimetria em destaque se revelam por distorções históricas que poderiam ser assim enfeixadas:

- a) inexistência de uma definição paradigmática do ciclo completo da ação policial, contemplando-se aí o papel de outros atores públicos e privados;
- b) inexistência de protocolos de interação sistêmica entre as polícias e destas com as organizações do âmbito judiciário, nas complexas fases do ciclo em questão.

Em breve síntese, fundado numa visão positivista de enfrentamento da criminalidade, o Estado Brasileiro mantém instituições e organizações do seu sistema de justiça movidas pela ideologia do combate entre pólos inimigos,

distorcendo as perspectivas do real dimensionamento humano e político desse fenômeno específico da violência. Essa característica revela graves impropriedades da máquina pública na sua ação de contenção da criminalidade, tanto quanto abastece o imaginário popular com noções contraditórias, fomentando antagonismos no cotidiano da vida comunitária.

As políticas do setor dependem essencialmente da qualidade estrutural da máquina pública, cuja função nuclear no processo de construção e manutenção da ordem – via prevenção e contenção da criminalidade – é a de instrumentalizar o direito e, com ele, a opção democrática pelo uso proporcional da força contra a ilegitimidade dos comportamentos assim considerados na respectiva legislação.

O “aparelho” de justiça criminal no Brasil resulta de uma pretensa articulação sistêmica entre órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário, através de uma rede normativa nitidamente dirigida para a meta de punição dos infratores, e não para a prevenção do comportamento etiquetado como infrator ou infracional. De maneira inversa, a realidade aponta para a fragmentação ideológica e material dessas agências estatais, que se dispersam em ambientes corporativistas marcados pela disputa de poderes, o que é obviamente contrário à noção idealizada de sincronia. Sobretudo no curso da década de 90, essa fragmentação foi alvo de muitas observações acadêmicas que a confirmam com fartas evidências.

No campo da sociedade civil, este ambiente potencializa a manutenção de um *ethos* contraditório, expresso num sentimento generalizado de desconfiança e descrédito sobre esse aparato de Estado e seus operadores.

Na realidade, há um imperativo histórico dificilmente contestável: a exigência de políticas punitivas numa sociedade marcada pela violência criminal. Contudo, isso não pode significar a persistência de um modelo que as tenha por elemento teleológico. A punição de infratores da norma jurídico-criminal não pode governar um sistema que encontra, na prática, um problema resultante do enfeixamento complexo de variáveis, tais como as de natureza social, econômica, política, moral, urbanística e de saúde pública. Essa premissa é essencial para a determinação política de buscar-se um novo fundamento racional para o exercício do sistema de justiça criminal. O crime no Brasil é, antes de qualquer definição estritamente jurídica, um drama representado em cenários hostis marcados por um grave déficit de cidadania que desmonta indivíduos e grupos, corrompe o patrimônio ético acumulado no processo civilizatório e desvia cidadãos, especialmente os jovens, da fruição

equalizada dos valores morais e econômicos socialmente acumulados. Incrementa-se, aqui, o papel do Estado Democrático de Direito na superação da ideologia do combate por uma pedagogia que reconheça o outro primeiramente como cidadão.

O uso moderado e eqüitativo da força não pode estar lastreado senão em uma intenção finalística que seja a de vencer, pelo convencimento qualificado e por políticas públicas que promovam a inclusão – sem que possa gerar, ao mesmo tempo, mais exclusão – à competição contra a perversidade das ofertas do mundo criminal; normalmente, na periferia dos grandes centros urbanos, o primeiro emprego "viável" é o de empregado no comércio ilícito de substâncias que causam dependência física ou psíquica. Daí que o ato punitivo não possa prevalecer como tônica do processo, embora seja parte dele como medida propedêutica.

Deste modo, pode-se afirmar que é chegado o instante histórico de radicalizar-se a reflexão sobre modelos alternativos que estejam inspirados numa ética da conciliação que se complemente por uma ética da inclusão. Em outras palavras, parece possível falar-se de uma nova estrutura estatal que se movimente dentro de outra lógica. Uma lógica que parta da solidariedade ética e técnica dos organismos e operadores de Estado e destes com as agências organizadas no cotidiano comunitário.

Um elemento que dificulta a efetivação de uma nova estrutura, que possa ser universal, é a falta de uma formação que possibilite uma unidade na compreensão e ação em torno do problema da segurança pública. Com isso, as organizações policiais brasileiras atuam, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual, diferenciando-se muito no que diz respeito às respectivas culturas e elementos burocráticos, mas sempre unânimes na perspectiva da repressão. As organizações do Judiciário, inclusive as que lhe são essenciais, também acumulam muitas particularidades que as mantêm socialmente reduzidas a conceitos e idiosincrasias contrárias à busca de homogeneidade na compreensão e solução do fenômeno criminal. Sobretudo no que concerne à participação comunitária em todo esse processo de construção da realidade, ainda perduram dificuldades perante o apontado isolamento corporativo das instituições e órgãos públicos. Avanços nesse sentido, repita-se, são visíveis especialmente na década de 90, muito embora as reformas do sistema de justiça criminal não tenham se efetivado ou, de outra forma, ainda estejam concebidas sob pressupostos fragmentados.



Assim, o processo de descrição e avaliação da formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal, com vistas à recomendação de alternativas de aprimoramento das ações já praticadas pelas respectivas instituições, deve ter por horizonte as perspectivas de construção de um projeto integralizador de uma política sistemática para a ação policial no país, coerente com os eixos do Plano Nacional de Segurança Pública. Isto porque, ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha sido explícita com o inovador capítulo sobre a segurança pública, dentro do título da defesa do Estado e das instituições democráticas, tudo ficou na dependência da regulamentação que ela mesma previu no parágrafo 7º do artigo 144. Em outras palavras, a nação ficou privada da norma jurídica infraconstitucional que defina o caráter sistêmico da ação policial, integrando formalmente os papéis que ela genericamente distribuiu às polícias estaduais e às federais, vale dizer, àquelas que têm a missão do trabalho ostensivo e as que têm a missão do trabalho investigatório. Seria de se esperar que tal lei erigisse conceitos alinhados sobre os dois grandes ramos do fazer policial, repita-se, o ostensivo – preventivo – e o de investigação, definindo os princípios e fundamentos do mencionado ciclo completo da ação policial.

Nesta linha, a pesquisa buscou estabelecer demarcações críticas para a compreensão das concepções tradicionais de conhecimento policial, tentando contextualizar a estrutura pedagógica das academias profissionalizadas existentes no país face à fragmentação do modelo vigente.

Não se deve entender que, em termos de conteúdos, as casas de ensino policial tenham negligenciado na oferta de assuntos importantes. Ao contrário, a observação aponta para bons níveis de atualização frente aos problemas e dilemas contemporâneos da segurança pública, quando nada no nível do discurso. É o típico caso da inserção recorrente, nessas escolas, da disciplina dos direitos humanos, matéria que se impôs ao clássico antagonismo entre a subcultura policial e a de promoção dos direitos e garantias fundamentais, individuais e coletivos. É o caso, também, de disciplinas associadas ao tema do gerenciamento de crises, extremamente úteis ao exercício profissional em cenários de conflito violento.

O que se aponta como dificuldade é a ausência de lastro numa teoria geral ou em um corpo teórico amplo e multidisciplinar que fundamente a compreensão e o tratamento da violência e da criminalidade, pelos operadores de segurança pública e justiça criminal, em toda a sua complexidade. Essa nova formação deve envolver

elementos das várias áreas do saber, além de um referencial ético-filosófico e técnico. Neste sentido, a definição de marcos técnicos é condição fundamental para o êxito da pretensão de recomendar-se alternativas de aprimoramento desse processo de valorização e formação dos operadores. Esta tarefa depende de respostas a questões complexas, como:

- a) qual é a demarcação entre as ações da polícia ostensiva e as da polícia de investigação, ou seja, os dois grandes ramos do trabalho policial;
- b) quais são as “áreas de produção” de cada um desses ramos;
- c) qual é a lógica da necessária interseção entre os ramos na relação de imbricação técnico-científica de suas áreas;
- d) qual é o modelo orgânico que melhor capacita o desempenho de cada ramo e suas áreas;
- e) quais são, tecnicamente, os procedimentos operativos de cada uma das polícias;
- f) qual é o grau de imbricação técnica entre os respectivos procedimentos operativos;
- g) qual é a concepção de hierarquia que lhes funda o controle disciplinar;
- h) qual é o conceito que norteia a composição de carreiras e cargos policiais dentro de cada ramo;
- i) qual é a visão administrativa de controle interno;
- j) qual é o valor ético fundamental que instrui as ações policiais;
- k) quais são as correspondências entre os respectivos estamentos hierárquicos e a sincronicidade entre os respectivos papéis de cada qual;
- l) qual é o compromisso de mútuo progresso que incorporam às respectivas práticas enquanto agentes de defesa da cidadania;
- m) qual o nível de solidariedade que cada qual assume frente ao outro;
- n) qual a forma da participação comunitária junto ao aparelho de polícia no processo de construção da segurança pública;
- o) quais os parâmetros de funcionamento frente aos outros agentes públicos que atuam no sistema de justiça criminal.

Estes, entre outros, são tópicos essenciais à elaboração da proposta em apresentação, de modo que o projeto pedagógico possa refletir uma meta de integração do trabalho na prática cotidiana das polícias dos Estados e da União. Integração de valores e técnicas que reflitam um fazer solidário e sistêmico entre

todas as instituições envolvidas, obviamente respeitadas as especificidades regionais em um país de dimensões continentais como o nosso.

Nesse sentido, a proposta de mudança paradigmática, renovação e retomada dos valores sociais que integram o compromisso do Governo Federal, comprometido com a justiça, com o exercício ético nas instituições políticas e jurídicas objetivam o aprofundamento da democracia e, por conseguinte, a inclusão de todos os brasileiros ao gozo e exercício da cidadania plena, que não é de responsabilidade apenas do Governo, mas também de toda a sociedade brasileira envolvida e afetada pela questão da violência e de criminalidade.

## **1.2 Objeto de estudo**

Nosso objeto de pesquisa foram as políticas de formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal no Brasil. A pesquisa de campo, como dantes proposto, foi delimitada aos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Pará e Mato Grosso do Sul, de molde a que pudéssemos trazer, pelo menos, um estado de cada região.

## **1.3 Objetivos**

O **objetivo geral** é descrever e avaliar a formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal, ressaltando a política de formação, implícita ou explícita, nesses processos.

Os **objetivos específicos** da pesquisa foram:

- a) mapear a situação da formação dos operadores dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal brasileiro;
- b) levantar material em torno da formação de operadores dos sistemas de justiça criminal e segurança pública no Brasil e na América Latina;
- c) descrever as políticas da formação dos operadores dos sistemas de justiça criminal e segurança pública, ressaltando os elementos da fragmentação ética e técnica do aparato humano e organizacional das instituições envolvidas, bem como aspectos potenciais de uma formação integradora e universal;

- d) pesquisar, analisar e avaliar o grau de proximidade da formação atual dos operadores dos sistemas de segurança pública e justiça criminal frente à visão técnica e política de segurança pública da SENASP;
- e) recomendar formas de aprimoramento das ações e das políticas de formação em vigor.

## 2 ETAPAS, METODOLOGIAS E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Sendo a violência e a criminalidade problemas que têm uma dimensão multidisciplinar, também a formação do operador de Segurança Pública deve ser assim analisada, o que exigiu uma equipe interdisciplinar para a pesquisa, visando a uma melhor compreensão da amplitude do problema. Além disso, deve-se destacar a participação no grupo, como pesquisadores, de operadores da segurança pública, o que permitiu uma aproximação maior com a realidade do problema, sem no entanto, deixar de considerá-lo criticamente, o que foi facilitado por análises e olhares diferenciados e interdisciplinares frente ao problema.

Nossas referências para um trabalho comparativo foram, portanto, como já mencionado, as seguintes unidades da federação: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Pará e Mato Grosso do Sul. A escolha dessas unidades deu-se em função da busca de se contemplar diferentes realidades, mas, também, como no caso do Pará, por manifestas proximidades entre suas propostas de formação e a perspectiva adotada pela SENASP, no sentido de pesquisarmos a realidade dessas proximidades apontadas.

### 2.1 Etapas da pesquisa

A pesquisa envolveu três etapas:

Primeira etapa: **Levantamento bibliográfico**

Nesta etapa, foram mapeadas as propostas e políticas de formação, por meio de material produzido pelas várias academias de formação do Brasil, em especial daquelas unidades da federação de referência para nossa análise. Procurou-se também confrontar esses dados com os de entidades que têm o tema da segurança pública dentre suas preocupações.

Segunda etapa: **Diagnóstico da formação**

Nesta etapa, realizamos a pesquisa de campo nos cinco estados de referência, buscando conhecer profundamente a realidade da formação, fazendo entrevistas e promovendo discussões com os responsáveis por esse processo nas academias e órgãos da segurança pública, e também com seus próprios operadores.

### Terceira etapa: **Avaliação e proposição de alternativas**

Nesta última etapa, tendo por referência todo o material coletado nas etapas anteriores, organizamos e analisamos os dados, buscando ressaltar os aspectos caracterizadores da formação dos operadores de Segurança Pública em cada unidade e no seu conjunto, de forma a identificarmos e apontarmos aspectos de aproximação e de distanciamento desses projetos e/ou políticas de formação com a proposta da SENASP para uma política de formação integrada e unificada, além de analisarmos e apresentarmos alternativas para o aprimoramento da formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal.

## **2.2 Metodologias utilizadas para a pesquisa**

Para a realização desta pesquisa, lançamos mão de três metodologias distintas: a Pesquisa Bibliográfica, as Entrevistas em Profundidade e os Grupos Focais.

A Pesquisa Bibliográfica caracterizou a primeira fase de nossos trabalhos, tendo ocorrido também durante as outras fases, na busca de confrontação e melhor compreensão do nosso objeto de pesquisa.

Para a Pesquisa de Campo, as Entrevistas em Profundidade foram adotadas especialmente para as direções de academias de polícia, para seus coordenadores didático-pedagógicos, bem como para os responsáveis pela formação no Ministério Público e na Magistratura. Para estes dois órgãos, quando as entrevistas não foram possíveis, adotou-se também o questionário estruturado.

Já os Grupos Focais foram adotados como forma de confrontar a visão apresentada pelas direções ou responsáveis pela formação com a realidade da formação, como percebida e vivenciada pelos policiais (civis e militares). A riqueza dos grupos focais era justamente essa possibilidade de pôr em discussão o problema da formação, considerando pontos de aproximação e também de divergência, o que, sem dúvida, permitiu um aprofundamento das questões postas, inclusive a partir das contradições surgidas durante os grupos.

Há de se observar que, para a pesquisa, o objetivo do trabalho de campo foi o de levantar dados, o que fizemos utilizando o recurso da gravação e posterior transcrição de todo o material coletado, seguindo-se a organização e análise qualitativa dos dados.

### **2.3 Desenvolvimento da pesquisa**

Iniciamos nosso trabalho de pesquisa em maio de 2005; nossa primeira tarefa foi o levantamento bibliográfico, além de um mapeamento da formação do agente de segurança pública no Brasil.

Apesar do conhecimento prévio dos participantes do grupo em torno do tema, o trabalho em equipe exigiu acertos e delimitações teóricas que garantiriam uma boa integração teórica para a realização da pesquisa. Assim, desde o início da pesquisa, as discussões semanais foram de grande proveito para a compreensão e o aprofundamento do problema. A leitura ou releitura de textos, aliada à análise do material produzido pelas próprias academias de polícia e aos referenciais construídos pela SENASP, possibilitou avaliações e discussões que nortearam o grupo para a construção dos instrumentos para a pesquisa de campo, isto é, do questionário para as entrevistas aprofundadas e do roteiro para a realização dos grupos focais.

Com isso, a atividade de discussão, a partir do material bibliográfico que foi sendo levantado, foi contínua, apesar de ter sido prioritária nos primeiros dois meses, no período de análise dos dados coletados na pesquisa de campo e durante a elaboração deste relatório. Apesar da delimitação de nosso objeto e buscando uma ampliação de nossa percepção sobre o problema, ainda durante a primeira fase da pesquisa, estabelecemos contato com todas as academias de polícia do Brasil. Frente a essa tentativa, obtivemos resposta de poucas academias, porém o material recebido foi relevante para nossas análises comparativas em vistas às preparações para a aplicação da pesquisa de campo.

Com base nesse levantamento prévio, construímos o roteiro para as entrevistas aprofundadas e para os grupos focais, que estão em anexo.

Para a viabilização da pesquisa de campo, o grupo necessitou estabelecer contatos preliminares com as direções das academias de polícia (Civil e Militar) em todos os estados pesquisados. Em praticamente todos os casos, a direção da academia colocou a exigência de acordo da direção geral da instituição para que pudessem viabilizar, sobretudo, a montagem dos grupos de policiais para a realização dos grupos focais.

O grupo de pesquisadores não teve, portanto, ele próprio, como realizar a seleção dos integrantes dos grupos focais, apesar de ter estabelecido os critérios

para a integração desses grupos. Para os grupos focais na Polícia Militar, estabeleceu-se que deveriam ser organizados dois grupos focais, um de oficiais e outro de praças, sendo a metade dos integrantes de cada um constituída por policiais oriundos da última turma de formandos, e a outra por policiais de turmas de formação variadas. Os mesmos critérios foram utilizados para a composição dos grupos na Polícia Civil, sendo, no entanto, um com delegados e outro com agentes/detetives e escrivães.

Optamos por iniciar nossos trabalhos de pesquisa por nossa base, Minas Gerais. Estabelecemos os contatos necessários para o trabalho, e a partir deles, realizamos entrevistas em profundidade com dirigentes e responsáveis pela formação na Polícia Civil e na Polícia Militar, assim como realizamos cinco grupos focais de extrema riqueza para nossas análises.

A partir da realização do trabalho de campo em Minas Gerais, e com uma avaliação prévia do material, partimos para os outros estados programados, onde realizamos entrevistas com as direções das academias de polícia, Civil e Militar, bem como com os coordenadores didático-pedagógicos em cada academia. Os grupos focais seguiram os critérios estabelecidos para organização dos mesmos, com seis a oito integrantes.

Além da realização da pesquisa nas academias de polícia, realizamos também entrevistas com diretores de escolas do Ministério Público e da Magistratura, visando o atendimento de um dos objetivos propostos para a pesquisa, qual seja, verificar como estes órgãos trabalham a questão da Segurança Pública em seus processos de formação.

No Estado do Pará, encontramos uma situação diversa, uma vez que a integração das polícias já havia levado a um processo de formação conjunto, isto é, encontramos as academias de polícia (Civil e Militar) funcionando em um mesmo órgão e em um mesmo prédio, no Instituto de Ensino de Segurança Pública – IESP. Assim, entrevistamos a direção do IESP, a coordenação da divisão de ensino da ACADEPOL-PA e o diretor de ensino da Academia da Polícia Militar.

O trabalho de campo envolveu um total de 18 entrevistas em profundidade e 23 grupos focais, envolvendo 148 operadores de segurança pública e justiça criminal nos cinco estados pesquisados. A relação destas entrevistas e grupos segue em anexo.



O envolvimento dos pesquisadores durante a realização da pesquisa de campo possibilitou-lhes o contato com os responsáveis pela formação – no âmbito das polícias (Civil e Militar) – assim como com os que vivenciaram esses processos de formação, especialmente nos últimos anos.

### **2.3.1 Análises críticas em torno do desenvolvimento da pesquisa**

Devemos aqui relatar alguns aspectos da pesquisa, em especial do trabalho de campo, que poderão ser importantes para a compreensão da análise final dos dados da pesquisa aqui apresentada.

Observou-se uma certa “dificuldade” – para não sermos deselegantes – na comunicação com as polícias militares. Todo contato implicava sucessivas autorizações em níveis hierárquicos superiores, do tipo “diretor-geral”, em uma complicada cadeia de comandos e “jurisdições”, com nítido desconforto da maioria dos entrevistados. “*Mas isso não é comigo*” pode ser a frase emblema.

Mesmo com as autorizações requeridas previamente, com antecedência não só protocolar, a primeira resposta é que “não sabiam do que se tratava”, “tinham que verificar com o comando”, “essa autorização foi concedida quando? Por quem?”.

Talvez o medo do estranho, ou seja, do não-fardado, explique o medo às críticas. Fica a desconfortável impressão de que a fala é uma fala-padrão, um discurso “concedido”, previamente estudado e destinado àquele que não pertença aos quadros militares, ou, em outros termos, um discurso para civil ouvir.

Frente a essa realidade, demandou-se dos pesquisadores certo “tato” para a marcação das entrevistas e em especial dos grupos focais. No entanto, percebeu-se que, durante as entrevistas e especialmente nos grupos focais, esse controle foi sendo substituído por um – podemos denominá-lo assim – desejo de manifestação da subjetividade, como se poderá comprovar pelas falas dos pesquisados indicadas neste texto. Curiosamente, para algumas entrevistas com diretores de academias, esses próprios diretores convocaram outros participantes e, nestes casos, o controle parece ter prevalecido sobre a subjetividade.

#### **2.3.1.1 A forma de composição dos grupos focais**

Em razão de dificuldades técnicas, não foi possível efetivar convites diretos e pessoais aos servidores das polícias Civil e Militar, o que acabou sendo realizado

por intermédio das próprias academias, algumas das quais tiveram que recorrer à autorização dos Comandos Superiores, o que aponta para um sistema de controle rígido, sobretudo em face do contato com “agentes externos”. No caso presente, a impressão é a de que os comandos foram proativos, não avaliando a pesquisa como algum tipo de ‘ameaça’ à ‘ordem interna’, tendo que se ressaltar, no entanto, o fato de ser uma pesquisa encomendada pela própria SENASP, frente à qual não seria prudente uma recusa de cooperação e participação pela direção dessas instituições.

Não tendo sido possível a montagem dos grupos focais pelos próprios pesquisadores, não temos dados objetivos para avaliar se a escolha dos integrantes para os grupos foi realmente aleatória, como solicitada pelos pesquisadores. No entanto, pudemos perceber certa hesitação para certas falas, certos olhares e mesmo a postura de silêncio em alguns casos, o que pode ser explicado por certos “vícios” de hierarquia ou por certa desconfiança com algum participante do grupo.

### **2.3.1.2 A organização em torno de carreiras**

É preciso registrar que a relação entrevistador-grupo focal caracteriza-se por um certo grau de tensão, geralmente indicando desconfiança do grupo entrevistado, pelo menos a princípio, o que fortalece a tese acima mencionada, sobre um *ethos* corporativo que vem das próprias estruturas institucionais, reproduzindo-se no âmbito individual dos operadores. Isto pode resultar da pressão de tabus históricos fincados na idéia de rejeição ao “agente externo” que, no caso, representaria a invasão dos domínios idiossincráticos ou, ainda, uma atitude de proteção contra a “incompreensão” do “mundo exterior”.

Exemplificativamente:

*Participante: “A população não entende o trabalho policial, ela não foi educada para isso. Ela não foi educada desde a infância, desde a adolescência. Ela tem da função policial uma concepção muito vaga, ou então bitolada [...] ela nunca consegue encarar o policial como uma autoridade” PM – Oficiais*

Por outro lado, pode-se admitir também que esta rejeição seja indireta, isto é, uma postura de negação às estruturas de comando, no caso, representadas pela ‘convocação oficial’, aqui realizada a pedido, conforme registrado acima. Isto porque as relações de poder interno, mesmo dentro de uma política de prevalência do princípio da hierarquia, acontecem sob confronto subliminar entre os escalões

superiores e os subalternos, caracterizando uma cisão surda em face de um problema crônico de auto-estima da comunidade policial de base.

Apesar dessas possíveis interferências, a técnica do grupo focal possibilitou falas espontâneas e aberturas que fugiam a um possível controle, justamente pelo envolvimento com a temática. Assim, mesmo que em alguns grupos focais os integrantes possam ter sido escolhidos, isso não levou a uma variação significativa na pesquisa, uma vez que as percepções e sentimentos em torno da formação apareceram, provavelmente mais do que as direções desejassem, às vezes claramente expressas, outras subentendidas em observações enviesadas ou nas contradições do discurso.

### **3 AS PROPOSTAS E AS POLÍTICAS OFICIAIS DE FORMAÇÃO DOS OPERADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Neste tópico, tomamos por referência os documentos oficiais da polícia (Civil e Militar), como resoluções ou projetos da direção ou comando, e das próprias academias, para posteriormente confrontarmos esses elementos com o processo efetivo de formação.

É preciso observar que estamos tomando por referência material recente das direções das polícias, isto é, referências de 2004 e 2005, o que é posterior às discussões e proposições da Secretaria Nacional de Segurança Pública em torno da segurança pública e do processo de universalização do ensino policial. A SENASP, no seu esforço de implementação de uma nova política de formação, produziu a primeira matriz curricular, assim enunciada pelo órgão federal:

*[A Matriz Curricular] se propõe a ser um referencial nacional para as atividades de formação em Segurança Pública e tem como princípios os direitos humanos e a cidadania, a formação e a capacitação continuada, humana e profissional dos diferentes atores sociais, a construção democrática de saberes renovados, as questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das Instituições e do Corpo Social, a integração, a interdisciplinaridade, a capilaridade, a universalidade e a especificidade, a articulação, continuidade e regularidade, e finalmente a qualidade.*

*Os conteúdos formativos propostos, chamados “eixos articuladores” dão origem à reflexão sobre o papel individual, social, histórico e político do profissional e das instituições de segurança pública. (SENASP/MJ, 2003).*

#### **3.1 A Polícia Militar**

Ao analisarmos os documentos oficiais e recentes da Polícia Militar, podemos constatar a apresentação da formação como um elemento fundamental para o agir policial, e isto com base em princípios próximos àqueles indicados na matriz curricular. Assim, destacamos abaixo algumas referências constantes destes documentos. A Polícia Militar de Minas Gerais apresenta a formação como “um

processo formativo desenvolvido por meio de ensino, treinamento, pesquisa e extensão, integrados entre si, que permitem ao militar adquirir competências que o habilitam ao exercício da profissão”. Onde, por competência entende-se “a capacidade de mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes em situações reais necessárias ao exercício de cargos na Polícia Militar, com nível superior de desempenho profissional” (Resolução nº 3.747/2004).

Para nossa discussão em torno de uma política de formação, buscaremos compreender para quê e como se mobilizam esses “conhecimentos, habilidades e atitudes”. De certa forma, o documento aponta a formação como indispensável para que se adquira e desenvolva “competências relacionadas com a polícia ostensiva e preservação da ordem pública” (Resolução nº 3.747/2004).

Quanto aos princípios que norteariam essa formação, temos: a integração à educação nacional; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; a valorização da cultura institucional; a profissionalização, obedecendo a processo gradual, constantemente aperfeiçoado, de formação continuada, desde os estudos e práticas mais simples até os elevados padrões de cultura geral e profissional; garantia do padrão de qualidade; qualificação profissional de base humanística, filosófica, científica e estratégica, para permitir o acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, inter-relacionamento com a sociedade e atualização constante da doutrina policial-militar; vinculação da educação com o trabalho policial e as práticas sociais; valorização da experiência extra-escolar; e valorização do profissional de educação.

Essa proposta de formação inclui também atividades de extensão, que teriam por finalidade “contribuir para o desenvolvimento sociocultural e promover a integração da Academia de Polícia Militar, seus Centros, Companhias de Ensino e Treinamento, Adjuntorias de Ensino e Treinamento nas comunidades locais”.

Ela será apresentada também como uma “educação continuada que visa a atualizar e modificar o comportamento dos militares, tornando-os profissionais mais capacitados à atividade de polícia ostensiva de prevenção criminal, que envolve a preservação e restauração da ordem pública, segurança ambiental e de trânsito, e garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas”. Como referencial, temos a afirmação dos “preceitos constitucionais e ideais de solidariedade humana” e, como parâmetros, indica “os fundamentos da polícia comunitária, direitos humanos, disciplina e hierarquia”.

Essas diretrizes para a educação da Polícia Militar têm-se mantido nessa linha após 2002, com certas adaptações.

Temos também que a proposta de formação explicitamente faz referência a uma busca de adequação dos currículos “observando os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à formação e o grau de frequência/importância com que aparecem no mapeamento para fins de elaboração da matriz curricular e definição de conteúdos programáticos”, e buscando a capacitação do corpo docente e administrativo, bem como o acompanhamento do aluno.

A análise da documentação da Polícia Militar dos outros estados pesquisados também mostra certa adequação aos princípios da matriz curricular. No Pará, explicita-se a busca por proporcionar aos praças condições de reflexão dentro da prática profissional, onde sejam conhecidos os princípios da dignidade humana, da ética e da cidadania. Os objetivos expressam a preocupação em melhorar a qualidade da relação com o cidadão, com base em um trabalho preventivo.

No Rio Grande do Sul, propõe-se uma formação que visa a desenvolver, capacitar e conscientizar os agentes para lidar e agir harmoniosamente com cidadãos utilizando técnicas humanísticas e dentro das normas para o “combate à criminalidade”. Busca-se também desenvolver nos agentes a capacidade para tomar decisões e resoluções equilibradas em relação à integração com o público, o desenvolvimento do raciocínio lógico e abstrato, o planejamento e a execução de tarefas, o registro e a recuperação de informações, a racionalização de custos e o manuseio de equipamentos.

Em alguns estados, no entanto, percebe-se ainda uma formação do policial voltada para a instituição, uma formação que poderia ser apresentada como marcadamente regulamentada e priorizando aspectos operacionais, apesar da fundamentação na nova ordem constitucional.

### **3.2 A Polícia Civil**

Os documentos oficiais da Polícia Civil de Minas Gerais apresentam uma aproximação com os princípios norteadores estabelecidos pela SENASP em sua “Matriz Curricular Nacional” para a formação em Segurança Pública. Ressalta-se a importância da formação e, portanto, da Academia de Polícia Civil, atribuindo-se a

esta um “papel estratégico, fomentador e transformador, buscando a excelência na formação policial civil” (Curso de Formação Policial – PC 2004).

Explicita-se a proposta de uma educação profissional continuada, seguindo os eixos estabelecidos na Matriz Nacional: a) formação humana, histórica e social; b) formação técnico-procedimental; e c) formação integrada (teoria e prática). De forma especial assume-se a busca de uma integração de saberes e práticas interdisciplinares.

A partir da análise dos documentos oficiais, é possível perceber que as organizações policiais brasileiras, por suas academias, vêm realizando esforços de aproximação com a política das Matrizes, até porque há um forte incentivo da própria Secretaria Nacional, com a recorrente promoção de cursos e outras atividades pedagógicas de fortalecimento dessa cultura, financiando a participação de centenas de policiais civis e militares de todos os estados e do Distrito Federal, especialmente a partir do ano de 2003.

Deste modo, pode-se depreender da documentação estruturadora, normas e programas de ensino das Academias, certa consonância com a proposição matricial. Há que se verificar, no entanto, se isto é indicativo de sua difusão no imaginário dos dirigentes, professores e instrutores ou se simplesmente refletiria uma inclusão instrumental desses princípios.

Além disso, um confronto entre as indicações da carga horária apresentada pelas academias para a formação dos policiais com a realidade observada na pesquisa de campo, faz-nos pensar em uma possível não-correspondência entre esses dados repassados e a realidade da formação. Na impossibilidade de verificarmos isso concretamente, optou-se por não incluí-los, restando, no entanto, a observação de que há uma variação significativa na estrutura e organização dessas academias, o que nem sempre pode ser apreendido pela análise documental.

A presente pesquisa procurou aportar dados que permitam analisar a coerência entre os princípios e objetivos éticos, jurídicos e técnico-científicos propostos pelas academias e direções policiais e os processos de formação como efetivados por essas organizações; de forma a ressaltar dessa realidade o problema da política de formação implícita nesses processos.

## 4 A EFETIVAÇÃO DA FORMAÇÃO: SUAS CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

Se no item anterior trabalhamos a partir do material “oficial”, isto é, aquele oriundo das academias respectivas, a partir de agora já estaremos analisando os dados oriundos da pesquisa de campo, ou seja, das entrevistas e dos grupos focais.

Nas análises que se seguem, buscando resguardar a identificação dos entrevistados e participantes dos grupos focais, quando da inclusão de suas falas, limitar-nos-emos à indicação do órgão e função, sem a referência de unidade federativa a que se refere determinada fala, o que acreditamos ser suficiente para que se possa vislumbrar possíveis diferenças de percepção do problema entre os diferentes operadores de segurança pública.

### 4.1 Déficit estrutural do sistema

Um dos problemas enfrentados, apontado tanto pelos responsáveis por esse processo quanto pelos que o vivem como formandos, é o da falta de infra-estrutura para a formação. É certo que esse problema aparece mais fortemente na Polícia Civil, que inclusive toma a Polícia Militar como referência comparativa para vários aspectos, ressaltando a falta de estrutura física adequada para a formação, a centralização da estrutura e a não-regionalização, assim como a falta de instrumentos, por exemplo, de munição, para uma formação continuada.

*Participante: “Tinha dia que havia dois professores para dar aula para a gente no mesmo horário, tinha vez que não tinha nenhum e eles enfiavam a gente em uma sala pequena [...] Sem falar na estrutura [...] Tinha sala lá que não tinha ventilador, luz, piso e o piso era de cimento grosso. E isso lembrando que era de 07:00 às 19:00, tinha dia que não tinha água, não tinha papel higiênico [...] Tinha dia que tinha água, mas tinha um rato na caixa d’água. Isso aí foi o que a gente viu” [...] PC – Escrivães*

*Participante: “nós fomos recebidos na instituição sem nenhum tipo de estrutura física, se chegar todo mundo lá não tem lugar, a inspetoria é um quarto... É do tamanho desse lugar para comportar 25 homens. Todo mundo na portaria não tem arma, não tem carro, não tem água, não tem algemas, não tem computador para todo mundo, não tem mesa para todos os escrivães, se todos chegarem juntos, alguém tem que ficar de pé [...] PC - Escrivães*



*Participante: Mas era do mesmo jeito na Acadepol as cadeiras eram todas coladas nós não tínhamos espaço para andar, você tinha que sair pedindo o pessoal para sair arredando para conseguir andar [...]*

*Participante: Assim era o nosso curso de formação. Você tinha que ficar no curso de sete às sete sem estrutura nenhuma e a condição de saúde era péssima”. PC – Escrivães*

#### **4.1.1 Infra-estrutura**

As Academias de Polícia visitadas e as informações obtidas sobre as demais revelam a inexistência de um padrão de infra-estrutura física e organizacional. Desde a realidade paraense, onde um único aparato abriga as instituições de ensino das polícias Militar e Civil – e, no caso, também o Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito – até a da maior parte dos outros estados e do Distrito Federal, onde há o modelo compartimentado, a realidade é de disjunção de métodos, programas e instrumental de suporte didático, inclusive predial.

Um exame sobre a estrutura organizacional das academias revela modelos burocráticos muito diversos entre si, mostrando que a lógica é pontual, sem lastro num possível desenho universalizado conforme as diretrizes nacionais da educação. Esta realidade torna as academias menos permeáveis a um diálogo produtivo com o saber externo, vale dizer, uma articulação mais franca, baseada na liberdade de construção e fruição do conhecimento socialmente produzido nas universidades e outras instituições de ensino e pesquisa. Mas não se pode negar o crescimento de parcerias com outras instituições de ensino e pesquisa, postura confirmada na prática de muitas polícias, especialmente a partir da década de 90. Ainda assim, é preciso dimensionar a condição do ‘aluno’ como sujeito de um processo pedagógico propriamente dito, e não como sujeito de um processo de adequação à lógica de valores corporativos.

Há situações de muito impacto, como ocorre com a Academia da Polícia Civil de Minas Gerais, cujos cursos de formação acontecem ainda como fase final do concurso público de ingresso. A respectiva legislação garante que o aprovado naquela fase aufera rendimentos de 50% do vencimento básico do cargo pleiteado, ficando em regime de dedicação exclusiva e em tempo integral. Ainda assim, a organização não oferece meios de alimentação e hospedagem, provocando entre os futuros policiais um clima de grande incerteza e desamparo. No caso, é preciso registrar que o valor de 50% é geralmente muito baixo, porque incidente sobre o

quantitativo básico. Some-se a isto os freqüentes atrasos no efetivo pagamento da bolsa.

*Participante: “Só que eu acho que as pessoas saem do curso pê da vida não querendo saber da sociedade e ele sai revoltado por que lá: você não tinha direito a falar, não tinha direito a questionar, você não tinha direito a ter direito você só possuía deveres e lá eles gostavam muito de mostrar que vocês só são aspirantes e não são nada e nos aqui que somos superiores e o que a gente falar aqui é que está certo. Se vocês estão questionando vocês já estão errados. Então assim, a gente ficava o tempo todo com medo de ser punido” PC – Escrivães*

*Participante: “[...] a situação é que muitas pessoas são do interior, pai de família [...] e muitas vezes não tinham dinheiro [...] passavam fome sem nenhum tipo de perspectiva” [...] PC – Escrivães.*

*Participante: “No meu caso, eu não moro aqui, sou do interior. Eu tinha que depender do meu pai para pagar alimentação, condução. Foi muito difícil.” PC – Detetives*

*Participante: “E outra coisa, que eu acho que prejudica muito os concursos da Polícia Civil, é o seguinte: você passa no concurso, você passa por todas as etapas e aí quando você vai pra academia, você vai fazer seis meses de academia, você vai com uma bolsa de 50%, no que você ganharia ao final do seu cargo.” PC – Agentes*

*Participante: “Tivemos colega lá que desistiu com um mês de aula porque estava com família no norte de Minas e estava sem receber e porque [...] isso angustiava muito à turma também [...] A polícia civil durante todo esse tempo do curso deixou apenas uma mensagem... que ficou na minha mente: hierarquia e disciplina. Uma mensagem burra.” PC – Escrivães*

*Participante: “Salário também atrasado, ou só metade: três meses sem receber. A gente não era nada, nem policial. Policial militar, tem 70% do salário, é completamente diferente. Aqui não tem regalias não”. PC – Detetives*

*Participante: “E a gente também não tinha estabilidade. Por exemplo, se você quebrasse uma perna, você era imediatamente desligada do curso, entendeu?”  
PC – Detetives*

*Participante: “Outra coisa importante também, por exemplo, o almoço, que lá era vendido a preço comercial. Pode até ser vendido, mas, a preço de custo. Porque a gente já tem o salário baixo. Podia montar algum projeto e fazer alimentação ao preço de custo”. PC – Detetives*

*Participante: “O legal também da academia é que fizeram uma caixinha para ajudar as pessoas que tinham dificuldade, que passavam fome. Elas trabalhavam na cantina, para não pagar o almoço”. PC – Detetives*

Situações como estas geram efeitos perversos no processo de socialização do grupo, alimentando e difundindo um sentimento contrário às expectativas de ingresso numa organização cujos objetivos centrais são oficialmente propostos em “defesa da legalidade”. Nesta perspectiva, o futuro policial acaba incorporando, desde a entronização, uma visão negativa dos objetivos institucionais, fortalecendo em seu imaginário a idéia de ruptura entre a teoria e a prática, ou seja, entre os alvos legais e a prática da organização.

#### **4.1.2 Centralização e baixa capilaridade da formação**

O modelo de ensino policial revelado na pesquisa é basicamente centralizado na sede da Escola, situada nas capitais dos estados. Salvo algumas exceções, especialmente na prática de algumas Polícias Militares, inexistem uma estratégia de regionalização do ensino e outras atividades acadêmicas, inclusive no campo da pesquisa. Trata-se, assim, de uma política centralizada, vinculada às estruturas superiores de comando e muito fechada numa pedagogia de cunho dogmático que reproduz o ideal de uma polícia cujo método produtivo é previsto sob forma rígida e totalizante. Não são ponderadas as particularidades de natureza geopolítica que espontaneamente afetam as atividades práticas das unidades e dos operadores, e também falta o tratamento sistemático, para todas as esferas hierárquicas, dos grandes temas contemporâneos que afetam, direta ou indiretamente, o trabalho policial.

Isto acarreta um profundo sentimento de cisão entre teoria e prática, entre as pressões por eficiência e eficácia sofridas pelo pessoal operacional, em contraposição à capacitação exigida para um desempenho efetivo.

São recorrentes as reclamações contra a ausência de atividades de ensino em âmbito regionalizado e as dificuldades de acesso do servidor à capital. Quando há cursos, há dificuldades de liberação dos servidores em razão da elevada carga de trabalho.

É preciso observar, no entanto, que nos últimos anos a política de parcerias entre a SENASP e as polícias estaduais gerou uma série importante de cursos e oficinas de trabalho em cidades do interior brasileiro, especialmente enfocando o tema dos direitos humanos e a polícia comunitária. Também é preciso mencionar novamente que este mesmo período abarcou muitos cursos de gestão, atingindo policiais do nível de gerenciamento médio e superior, em eventos interestaduais acontecidos nas diversas capitais e em outras cidades brasileiras. Em boa medida, esta ação vem provocando fortes impactos na cultura policial, despertando para a necessidade de integração do saber policial, a necessidade de uma política de ensino e pesquisa que seja desconcentrada, capaz de fortalecer uma cultura afinada às matrizes. Esta é, portanto, uma tendência não apenas de quebrar o ciclo da concentração das infra-estruturas de ensino nas capitais, mas sobretudo desconstruir uma visão estritamente corporativa, integrando-a a saberes universais, produzidos interinstitucionalmente e a partir de uma concepção multidisciplinar.

*Entrevistado: “E muitas vezes o critério do curso fica difícil. Até porque pode ser um critério injusto. Porque, por exemplo, o policial que mora e trabalha na capital, claro que ele vai retornar muito mais vezes do que o policial que está no interior do estado.” PC – Direção*

*Entrevistado: “[...] como eu lhe disse, nós temos um pouco de dificuldade devido a esta distância do policial do interior deslocar até aqui, mas pretendo conseguir, com certeza, com apoio total do Delegado Geral, trazer estes policiais para treinar [...]” PC – Direção*

#### **4.1.3 A falta de instrumentos necessários**

A clássica política de ensino na esfera policial reproduz de maneira muito explícita a ideologia da guerra, do ‘combate ao inimigo’, da ‘formação do herói

antagonista do mal'. Esta ideologia se reflete igualmente na esfera instrumental da respectiva infra-estrutura. Os dispositivos e a própria arquitetura privilegiam a montagem de campos de combate, de alinhamento de tropas – há alguns casos, como Minas Gerais, em que inclusive a Polícia Civil pratica estratégias como a 'ordem unida' e outros instrumentos de cunho militar –, incrementando toda uma atmosfera de 'adestramento' para um conflito de índole armamentista. Observa-se o culto ao corpo, à força física, muito visível na estabilidade e aceitação das disciplinas ligadas ao enfrentamento, à defesa e ao ataque corporal. Parece haver uma certa desproporção nos graus de 'aceitabilidade' destas disciplinas, quando confrontadas com as de matiz considerado teórico. Esta situação é também alimentada pelo senso comum do cidadão brasileiro, representação bastante perceptível entre os que procuram a profissão policial. As entrevistas, não só com as gerações maduras, mas também com os policiais de recrutamentos mais recentes, revelam pessoas cuja compreensão do mandato policial é francamente alinhada à idéia de combate. Não é sem propósito que esta palavra, **combate**, é praticamente cristalizada no jargão policial, e também muito empregada no jargão popular, da imprensa e mesmo entre os setores formadores de opinião.

Neste sentido, as disciplinas sobre emprego e manejo das armas de fogo é emblemática como a representação máxima da capacitação policial. As representações psíquicas desta capacitação indicam uma certa mitificação da atividade armada, como sendo a própria essência da atividade profissional. A recente estratégia de incorporar novos elementos, inclusive potencializando as lições sobre o uso ponderado da força, do emprego da arma de fogo, as técnicas para o gerenciamento de crises e outros saberes especializados, vem, de algum modo, desconstruindo estas tipificações de senso comum, mas ainda é recebida com alguma reserva, dentro da "fé" na absoluta separação entre teoria e prática. Em resumo, os policiais, sejam aqueles em fase de entronização, sejam os já submetidos às formas disponíveis de educação continuada, ainda reproduzem muito a idéia de que estes saberes especializados são devaneios inaplicáveis em situações concretas. Em outras palavras, é forte o sentimento de que teoria e prática são domínios inconciliáveis.

Mesmo feitas estas considerações, são muito recorrentes as reclamações contra a estrutura física dos *stands* de tiro e outros dispositivos de treinamento operativo. Também há muito questionamento contra a inadequação de salas,

banheiros, dormitórios e a assistência médica, psicológica e social de emergência, que surge quando dos cursos de formação, geralmente longos e, como já estudado, de grande exigência disciplinar, vale dizer, transcorridos em regime de tensão psicológica, corporal e socioeconômica dos estudantes.

Por outro lado, há também as carências de instrumental psicopedagógico, como recursos de informática em sala de aula e outros dispositivos de apoio tecnológico ao ensino, como projetores de multimídia, e assim por diante. Também, neste ponto, é preciso destacar que diversos programas da SENASP, a partir de 2000, vêm incrementando a melhor qualificação das academias, resultando na incorporação de importantes itens de melhoria na infra-estrutura do equipamento de apoio.

A questão instrumental, contudo, precisa ser enfrentada com referência aos desafios conceituais da Matriz Curricular, buscando superar, na prática das academias, a apontada cultura de prevalência do sentimento de conflito armado. Esta tendência aponta para a incorporação de novos tipos de dispositivos de apoio, sobretudo potencializando o estudo de estratégias gerenciais, análise geoespacial da criminalidade, utilização de recursos tecnológicos e, especialmente, oficinas de estudo das ciências sociais e humanas, aplicadas à atividade policial, seja a ostensiva, seja a investigativa.

*Moderador: "Então o policial aprende na prática ou na teoria?"*

*Participante: Na prática e na teoria também, mas porém [...]*

*Participante: Hoje o pessoal está ficando mais nas matérias como história, filosofia.*

*Participante: Eu quando fiz o meu curso de formação policial, de aperfeiçoamento, basicamente metade das aulas foram com psicólogos...*

*Participante: Eu discordo pelo seguinte, o acompanhamento deve ser feito durante todo o tempo que você é policial, desde quando você entrou até quando você deixa de ser, e não quando você entra e eventualmente quando você vai fazer o curso de aperfeiçoamento, como que é o curso de aperfeiçoamento? Você vai aperfeiçoar toda a parte física, tanto a parte teórica do dia a dia que é a parte de informática, que hoje é uma coisa fundamental, e muita gente na academia não teve nem noção disso, às vezes eles se preocupam muito com esse lado teórico, a parte do psicólogo, e deixam outras partes defasadas, inclusive eu fiz curso de aperfeiçoamento três, quatro anos depois de entrar para a polícia e as dinâmicas eram as mesmas que eu fiz quando entrei para a polícia, eram as mesmas pessoas, então fica aquela coisa maçante e a gente ficou lá brigando para efetuar meia dúzia de tiros". PC – Detetives*

*Participante: Isso é um problema aqui da formação, e ao mesmo tempo da formação da gente, porque o cadete não tem problema, o cadete não tem família, o cadete não tem final de semana, que tá com o filho doente em casa, como a gente vê aqui, o cadete dopado, então você aqui é visto de uma forma, que você quando sai, você tem o primeiro impasse. Você sai, não sabe que o policial tem problema, não sei lá o quê (...) alguns conseguem emprego. Refazer aquele pensamento. Você sai com a cabeça (...), que tá tudo certinho, tudo perfeito, tudo bom. Mais você bate com esses policiais que estão com problemas em casa, sei lá o que, você tem que ter essa flexibilidade (...) Está havendo algo aqui? Não quero saber não. Você tá preso no final de semana e pronto. Besteira, até por besteira. Não mais, é um fato engraçado isso aí, agora só o que a gente aprende aqui, é não lidar com os problemas da adversidade (...) Eu precisava de sair mais cedo, lá vem você de novo (...) mas eles não vêem isto, se a gente está com a mulher para levar para o hospital. E a gente não sai né? Acho que isso também é uma relação com a sociedade, tem que está aqui, você tem que ir para casa por que? Não porque eu tenho meu filho para levar ..., o sujeito vai e diz: vai não. Isso é besteira. PM Oficiais*

*Participante: Às vezes a falta de preparo, até mesmo emocional, faz com que a gente às vezes, exagere um pouco na rua, assim, atendendo a população, coisas que assim, depois com a cabeça fria, você para, pensa e diz que poderia agir de maneira diferente, às vezes você se excede até mesmo por problema emocional.*

*Moderador: Por exemplo?*

*Participante: Um mau atendimento na rua, por exemplo, grosseiro. Ou talvez, até aquela questão de não saber encaminhar aquela ocorrência para que ela tenha um melhor fim, você acaba complicando mais. Como eu falei, eu tenho seis anos de administrativo, eu vou ter essa experiência de rua agora no curso. Só que assim, eu não peguei nenhuma ocorrência assim que desse problema mas, talvez, por você não ter experiência, apesar de você ter sete anos de polícia assim, mas nessa área eu nunca trabalhei, então você chega e fica meio sem saber mas e agora o que eu faço? Entendeu? Tentar encaminhar aquela ocorrência para que ela não acabe se transformando em algo pior. Você tem que chegar para solucionar e não para complicar ou tornar o problema maior. Então eu não vivenciei algo que eu não conseguisse contornar, mas sempre quando eu chegava ficava aquela coisa, será que eu vou dar conta? Você tem que resolver na hora que você está lá, você não tem aquela preparação anterior. Tudo bem que a teoria é bem diferente da prática mas o problema é que você não tem aquela teoria bem desmembrada para você ter mais segurança de chegar e atuar, você chega lá e meio assim, pelo que os outros falarem ..., é aquele empirismo.*

*Moderador: Como é que aprende a ser um bom policial na teoria ou na prática? Ou com a teoria e com a prática?*

*Participante: Eu penso que a prática, na atividade fim, assim, ela é importantíssima, mas você tem que ter esse embasamento teórico para você poder conciliar as duas coisas.*

*Moderador: E a importância da formação para vocês na atuação do policial? Qual que é a importância da formação?*

*Participante: Eu acho que tinha que ter alguma coisa voltada para o lado emocional também, porque eu não sei se aulas a mais de psicologia ou avaliações durante o curso.*

*Moderador: Você teve aulas de psicologia durante o curso?*

*Participante: Durante o curso de cabo eu tive. Foram umas duas aulas no máximo. Porque, eu já tive situações de, por exemplo, num acidente de trânsito, que lotou de pessoas, e que a gente não tava conseguindo controlar e elas queriam que prendesse a pessoa que bateu no poste, é uma situação que a gente tem que estar preparado para lidar, mas eu acho que deve estar no psicológico, não é tanto. Retornando àquela pergunta que o senhor tinha feito, qual é a formação do policial militar? Seria na prática ou na teoria ou nos dois mesclados juntos? Então, eu acho que tem os dois lados da moeda, que a gente falou aqui que a gente sentiu muita falta de tempo, para a gente ter mais tempo para a gente estar estudando, ter umas disciplinas com maior carga horária, armamento e tiro, defesa pessoal entre outras, e isso em grande parte foi o que a (...) falou, a gente ficava um dia no CEFAP outro dia na rua, um dia no CEFAP outro dia na rua, e inclusive, o comandante queria, por ele que a gente não fosse para a rua, mesmo eu acho que, para um sargento já é diferente, porque o sargento já passou, já tem vários anos de polícia militar, agora para um soldado, que recém entrou na polícia, com quinze dias joga esse soldado na rua, sem nenhuma preparação, sem nada, quer dizer, como que esse policial vai estar agindo, o risco é muito grande, já teve colega nosso que foi agredido, ele estava sem arma, e eles davam cassetete, sendo que nem instrução de cassetete a gente não tinha tido ainda. Quer dizer, a gente não sabia nem utilizar. Então, eu sei que em grande parte, agora que eu estou na faculdade de política, eu sei que tudo nessa vida é política. PM – Praças*

#### **4.1.4 A falta de suporte psíquico**

Aqui é necessário considerarmos o problema da amplitude da formação, para, com isso, considerarmos a subjetividade como elemento fundamental para o processo de formação, ou seja, a não-dissociação entre sujeito psíquico e sujeito acadêmico. Não há conhecimento que produza transformações significativas sem que essa relação esteja posta de forma central; isto é, a subjetividade e os obstáculos para o conhecimento seriam aspectos fundamentais de uma formação integradora. Desta forma, o suporte psíquico para a atuação do policial deve integrar a formação, com a vantagem de se poder superar resistências para que isso ocorra de forma mais direta.

*Participante: “Porque tem aquilo ali, o colega tá com problema financeiro, psicológico, alguma coisa procure esse departamento, fale pro seu chefe. Eu, já tive essa situação. Eu, já vivi isso. De estar numa situação, que eu, eu me conhecendo sabia, que eu não tinha mais condições. Eu disse pro meu chefe:*



*não estou em condições de continuar trabalhando. Eu não estou... Porque se eu for pra uma operação, eu não sei o que vai acontecer comigo. Eu preciso ser encaminhada a um psicólogo. Isso não é vergonha.” PC – Agentes*

*Participante: “Eu vivi essa experiência também, porque eu tive internada na psiquiatria por depressão e estresse, por quinze dias e, o comandante encaminhou um pedido para que eu passasse pra uma junta superior de saúde, pra reavaliar a minha capacidade como policial militar. Então, eu sofri na “carne” isso e depois até em brincadeira o pessoal dizia: eu também sou muito brincalhona, já digo, olha que eu tenho carteirinha, né, então não brinquem comigo, que o “chumbo come”, né. Mas a gente fica com um “X” nas costas, porque tu teve um momento muito grande de stress. E junta pela profissão, por essa perseguição que eu diria, que existe muito a nível hierárquico, né. Infelizmente e também outras perseguições, porque a gente é ser humano, a gente tem problemas familiares, problemas amorosos, problemas de dinheiro também e quando tu tem um problema assim, que tu cai, literalmente tem bastante discriminação”. PM – Oficiais*

*Moderador: “Deixa eu te perguntar, não há, não é mal visto aquele... Porque nós sabemos que a depressão, assim como a peste era doença do século XV e XVI, a depressão é a doença do século XXI, como dizem os doutos não é?. Aquele que sente... Quem de nós aqui, não se sentiu deprimido pela perda de um ente querido? Bom... não é mal visto aquele que procura um serviço psicológico?*

*Participante: Olha, eu tenho visto assim, pelo tempo que eu trabalhei, e, eu venho de várias delegacias. Às vezes os colegas [...] Ah, tu trabalha aí, tu não sabe o que é vida na rua não. Eu sei. Eu sei, eu já vivenciei de todas, desde a Delegacia da Mulher, D.P. do Idoso, sabe, até distrital, até especializada, Delegacia de Captura, de Tóxico. Tudo isso eu já passei. Então, eu convivi com todos os tipos de policiais possíveis, desde os corruptos trabalhando comigo, vendo essa parte aí toda, sabe essa coisa. E eu convivo e não destrato ninguém. Eu tento, até justamente, um pouco que eu conheço eu tento ajudar, não prejudicar. Se eu noto que a pessoa tá com problema e, eu vejo que os meus colegas também de delegacias percebem que o colega, já tá assim, entrando no vício da bebida muito, sabe, eles tentam é orientar a pessoa... Não, não existe. Pelo menos no princípio, que se vê. Até existe alguma coisinha assim, pouca, mas, a maioria não”. PC – Agentes*

*Participante: “Psicólogos no nosso quadro, não. Acho que são poucas polícias, acho que tem. Acho que isso é uma carência.” PM – Oficiais*

*Participante: “Vamos avaliar o meu pessoal que tá em atividade. Porque nós tivemos um ano, que nós perdemos muito policiais aqui. É suicídio, uma questão e outra assim, mas que mostrou uma fragilidade, que gente poderá identificar.*

*Muito alto, muito alto. Em um ano, assim foram cinco agentes que cometeram suicídio né, foi uma loucura assim.” PC – Delegados*

*Participante: “É o que ela falou, a gente deveria ter um amparo psicológico. A gente não tem nenhum”. PC – Detetives*

*Participante: “O policial vê que está com problema, ele tem que ter estrutura psicológica (...) para deixar o problema financeiro e outras coisas de casa e... por a cabeça tranqüila no serviço dele”. PM – Oficiais*

*Participante: “O homem não é trabalhado para agüentar a pressão que ele leva na rua. Aí entra aquela pergunta que o senhor fez, é admitido erro? O erro é admitido, certo? Mais o problema é que o homem está indo para rua sem conhecimento básico dele, do que é que ele vai fazer na sua atividade, lá ele não sabe o que ele vai fazer. É como se dizia anteriormente [...] que diz que ele é colocado lá, bom... você vai para lá dar a sua presença, ali está o policial militar, mais ali não é só o policial militar, ali está o homem vestido, todo fardado, com roupa da polícia militar.*

*Moderador: E se ele não dá conta [...] não dá conta dessa pressão e tem um problema psicológico? E ele procura o sistema médico? Tem serviço psicológico?*

*Participante: Tem. [...] É eficiente.*

*Moderador: Ele é mal visto, pelos companheiros de oficialato, se ele procurar? Ele é fraco, ele não deu conta. Ou na própria corporação é tido como um doido?*

*Participante: É como se fosse um cachorro.*

*Moderador: Não tem espírito de solidariedade? [...]*

*Participantes: Não.*

*Participante: [...] isso é um preconceito, não depende [...]*

*Participante: Eu vou só dar um dado para o senhor, o senhor já ouviu falar muito isso, que até a polícia militar de São Paulo tem um alto índice de suicídios, entre policial militar né? Todas [...] Todas têm, justamente o fato do despreparo, o senhor veja que isso é coisa que não é brincadeira, essas pressões, esse trabalho não é fácil”. PM – Oficiais*

*Participante: [...] de um modo geral se tem muito preconceito, por exemplo, quando um policial vai atrás de um psicólogo, uma assistência psicológica e o*

senhor tocou num aspecto interessante, o senhor sabe que o homem, por mais que os seres humanos sejam teimosos e estúpidos, entendeu? A sociedade cometeu um equívoco. E a gente sabe disso [...] houve casos até no meu batalhão, que o policial tinha alguma tendência psicológica, só o comandante não teve problema, teve ressalva com relação a este problema e foi resolvido naturalmente. Mais que existe esse preconceito não só dentro da polícia, mais também de um modo geral, que o cara está ficando louco ou coisa deste tipo, passa a ser uma pessoa excepcional e aquela pressão dependendo do tipo de problema, se a sociedade o [...] social está batendo todo dia no cara, termina o camarada aumentando o problema em vez de melhorar. Daqui a pouco está com o comportamento pior. Quer queira ou quer não, o homem é um produto social. Se ele não souber receber essa pressão, ele vai ser destruído né? Pode ser construído ou destruído”. PM – Oficiais

Participante: “É [...] eu acho que essa questão é... é uma questão cultural de cultura interna, cultura da profissão se pode dizer isso, ou... e eu acho que ela é grande e gera muitos problemas, tanto por parte do pessoal, que vê os outros como a própria pessoa [...] Eu, quando trabalhei no interior do estado, eu tinha problemas [...] sabe. E tentar encaminhar ela, e ela não queria. Quer dizer o... Tinha soldado uma vez, que estava na “beira” em atirar no colega, porque brincava com ele. E, eu encaminhei pro psicólogo e aí [...] eu não sou louco, não preciso ir pro psicólogo. É, então, eu acho que a, é culturalmente, como eu já dizia é muito forte essa questão é de a gente querer resistir a essa [...] Dizer não, não eu aguento tudo isso e não fico estressado, tudo bem. “

Participante: Eu vejo tem muito disso atualmente, mas com dezessete anos de Brigada, eu percebo que está muito diferente. Os próprios comandantes hoje estão encaminhado os seus comandados pro acompanhamento psicológico. Inclusive aqueles que têm problemas, como os alcoolistas. Recebem todo o apoio [...] A Brigada inclusive tem um serviço que a Assessoria Psicossocial, que trabalha essa questão dando todo o apoio necessário, buscando tratamento, buscando a recuperação e dando um acompanhamento. E estendendo, através de convênios com as universidades, inclusive no interior do estado, Vale dos Sinos e várias outras regiões, que já estive e presenciei atendimentos [...] lógico isso está funcionando. Claro que ainda existe, como a colega falou, esse preconceito setorizado, de algumas pessoas, não mais a nível de instituição. Porque a própria instituição, ela incentiva hoje em dia essa questão do acompanhamento psicológico”.

Participante: “Discordo um pouco dele. Só na questão de administração. Eu acho que o investimento nesse setor [...] Tem manifestado no início é bastante tímido pro tamanho do problema, acho. Acho que é muito tímido. Acho que o investimento nosso e o acompanhamento psicológico é ... tem melhorado [...] O problema de alcoolismo é bem grande, problemas [...]

Moderador: De drogas?

Participante: “Tem. Tem problemas com drogas, problemas de envolvimento com crime. Problema é... E tem problemas talvez, pode-se dizer um pouco melhores, digo stress [...] Mas eu acho que [...]

Moderador: Violência? Violência doméstica?

*Participante: “Não, o estresse doméstico, eu digo o interno dos nossos conflitos da administração, dos nossos conflitos pessoais, que o nosso relacionamento pessoal, às vezes fica um ambiente tenso, às vezes fica difícil. Eu acho o investimento nesse setor pequeno. Acho que um tempo atrás se tentou um pouco melhor isso. Isso também é uma questão governamental. A culpa do governo que não investe nisso, a culpa do governo não [...]*

*Participante: Tem que ter contratação de pessoal e não tem.*

*Participante: É, mas eu acho tímido. Eu, minha posição sobre isso na polícia, tanto civil como na militar aqui, que eu conheço. Eu acho bastante tímido pelo tamanho do problema. O tamanho assim, do nível de estresse, eu acho que o acompanhamento tem que melhorar muito aí. (...) As pessoas ainda têm que correr atrás. Eu acho que isso pudesse ser o contrário. Eu acho que devia tá bem próximo pra constatar.*

*Participante: É de imediato não existe esse acompanhamento, né. O comandante não vai ter que solicitar, porque ele é pequeno, mesmo o serviço. Tem poucas pessoas (...)* PM – Oficiais

*Participante: “Existe dentro da corporação, há um preconceito muito grande com o psicólogo, porque ele é o dedo duro do comandante. Eles falam que é sigiloso, mas o comandante fica sabendo de tudo que foi falado. Como que é sigiloso?”* PM – Praças

*Participante: “O psicólogo do batalhão é o dedo duro do comandante, quando alguém chega lá e fala que é psicólogo, pode saber que ele é o dedo duro. Às vezes ele pode falar até que é confidencial, mas é fato: o comandante fica sabendo. Eu falei com comandante que eu não tinha condições de comprar uma arma e eu ainda não comprei o colete. Se eu tiver qualquer problema psicológico e eu for conversar com o psicólogo a primeira coisa que eles vão fazer é tomar a minha arma. E se eu falar que minha esposa está me traindo. Eu tenho certeza que o comandante fica sabendo. A própria tropa [...] E quando nos estamos com problema é mais fácil procurar o superior e explicar o que está acontecendo do que a ajuda psicológica. E muitas das vezes as coisas vão ajuntando até explodir porque nossa vivência de rua é muito estressante”. PM – praças*

*Participante: “Então eu acho que esse é mais um motivo para nós termos uma preparação psicológica [...] Isso que eu ia colocar, por exemplo, olhar o policial apenas como uma máquina de guerra, se for fazer uma pesquisa, o policial quando ele vai para a tropa de tiros, tem policiais que tem dez, vinte anos de serviço e foram raras as situações, agora tem essa lado humano do policial é mais cotidiano esse tipo de ação do policial, às vezes e mais sereno, mais eficiente, ela tem uma palavra melhor, entendeu [...] Concorda? [...] É naquele pensamento da proteção. Porque quando a gente tá protegendo um colega, muitas vezes, não tá protegendo só aquele colega. tá protegendo toda uma*

*instituição mesmo que ele, não seja pra estar naquele momento. Naquele lugar. Você está protegendo toda uma instituição.*

*Participante: Eu acho que a instituição também não se preocupa com a vida particular do policial, eu tenho um policial que trabalha comigo lá, ele está com um problema complicado, ele se envolveu num processo, ele está respondendo por homicídio, a esposa com depressão, ninguém se preocupa de saber com ele, o que está se passando na casa dele, que problema está lá, está cobrando só a produção, se ele não cumprir a ordem de serviço aquela que eu te passei, essa diligência tal, daí eu fui conversar com ele outro dia, ele veio me contar [...]. eu já passei por isso também com a minha esposa de depressão, aí é que a gente vai ver o que ele está passando. Ter uma noção mais ou menos ali, ninguém preocupa". PM – Praças*

*Moderador: "Tem muitos casos de depressão?*

*Participante: Muitos, a polícia é deprimida, ontem suicidou um escrivão aí. Tem acompanhamento psicológico? Tem um serviço psicológico? Não. Não tem? Está sendo criado agora. Mas depende da iniciativa do policial, ele ir lá e procurar.*

*Moderador: Pois é, mas esse policial que sente, vamos pegar esse caso x, ele sente a esposa com depressão, ele também não deve estar muito bem, evidente, respondendo esse processo, se ele procura esse serviço psicológico, ele seria mal visto pelos colegas?*

*Participante: Por alguns sim, pelos preconceituosos sim, e que existe na polícia, como em todo lugar existe. Eu acho que hoje se falar em depressão não existe mais, normal. É uma doença da década de vinte, do século vinte. Eu acho que muito mais importante do que o acompanhamento psicológico seria um trabalho institucional para aquela pessoa, para que aquele funcionário não precisasse do acompanhamento psicológico, são certas coisas que são feitas com ele no decorrer da profissão dele que não necessitaria fazer para que evitasse para que ele precisasse lá na frente". PC – Delegados*

*Participante: "[...] o policial ele tem que ser também conselheiro, ele tem que saber ouvir porque não adianta só chegar e falar: 'é assim e o senhor pode calar a boca e eu já sei o que eu vou fazer', não, porque se você deixar ele falar um pouquinho, você nem escreve nada e já resolve o problema do cidadão, e eu também me casei na época de academia, um mês antes de acabar a academia, um casamento de quatro anos, ganhei a minha auto-estima, eu sempre trabalhei na iniciativa privada, sempre busquei na carreira, eu buscava um senso de justiça então a gente busca fazer justiça de uma forma, uns querem ser juízes, promotores, delegados e policiais enfim, e com mudanças eu tive decepção, porque eu esperava uma outra coisa da polícia, eu esperava uma polícia melhor, eu tive decepções, eu queria encontrar muito mais, eu sonhava com algo, não que esse sonho esteja frustrado, a polícia caminha, ela tem melhorado, a gente tem visto isso.*

*Participante – Eu acho que na verdade a gente continua sonhando ainda com essa melhoria, para mim, eu continuo acreditando que ela possa melhorar.*

*Moderador – Não há um serviço psicológico de atendimento, há ?*

*Participante – Esse serviço existe dentro da academia de polícia, agora resta saber o seguinte, até que ponto isso é eficaz? Isso vai identificar o problema de alguém [...]*

*Moderador – Não é mal visto quem entra, quem procura ajuda, quem não está dando conta, quem está deprimida, está cheio de pepino, que procura o serviço psicológico não haveria um certo preconceito em relação à essa pessoa [...]*

*Participante – Mas eu, particularmente, eu prefiro um psiquiatra do que esses psicólogos, a parte mais fraca que eu acho na academia, no meu ver, eu acho que eles não estão preparados avaliar tudo, no meu ponto de vista.*

*Participante – A humanização do serviço policial, isso não existe, os colegas colocaram aí, é o seguinte, às vezes as chefias, nem percebem que o seu colega está com problema, e quando percebem, às vezes não estimulam para que eles se tratem, nós temos 100 inquéritos aí, se vira, eles não falam: vai para casa, vai procurar ajuda, vê isso aí, porque a sua vida é mais importante, não, nós temos um trabalho para cumprir, nós estamos com carência aqui, não temos pessoal, acabou, vamos fazer, então não existe essa humanização, e a cultura dentro da polícia, é tratar o ser humano, que apresenta algum problema, como problema, então se ele apresenta um problema, vamos mandar ele daqui, outro que resolva, eu não vou buscar resolver” PC – Agentes*

*Participante: “nós devemos ainda ter um acompanhamento psicológico por que faltou na Acadepol, está fazendo muita falta agora [...] mesmo que não seja um psicólogo ou até uma assistente social para nos informar para poder [...] a polícia é muito engraçada [...] tem esses serviços de assistência social, tem a diretoria de recursos humanos, mas não tem estrutura é vergonhoso nem divulgam por que não tem o pessoal para trabalhar então não podem divulgar” [...] PC – Escrivães*

#### **4.2 A falta de consideração das aptidões, potencialidades ou desejos individuais para o exercício profissional e para uma determinada formação**

Uma questão que ficou evidenciada, tanto na Polícia Civil quanto na Militar, foi a falta de consideração das aptidões, habilidades e/ou vontades individuais para a definição do exercício profissional. Essa realidade evidencia o problema da falta de consideração do sujeito, que parece ficar submetido aos princípios da hierarquia e da disciplina; fazendo com que quem determina o que os subordinados devam fazer não tenha a preocupação com essas aptidões ou com o desejo da pessoa. Como

expresso em um dos grupos, “o policial fica obrigado a fazer, não importa a qualidade do que foi feito, mas se foi feito”. Com isso, pode-se atribuir a determinado policial a incumbência de falar sobre um tema, como, por exemplo, “Polícia Comunitária”, sem que o mesmo nunca tenha realizado um curso sobre o assunto, não trabalhe com isso diretamente ou, ainda, que não tenha gosto pelo tema.

*Participante: Olha a filosofia da corporação é essa, tá, a filosofia é essa: “o homem certo no lugar certo”, tá. Então, por exemplo, se um soldado fulano de tal gosta de trabalhar em rádio patrulha, como patrulheiro, a corporação vai tentar atender esse interesse dele. Agora de início dessa filosofia para a prática tem um longo caminho. Porque existem diversas variáveis intervenientes, que são variáveis que independem da vontade do próprio gerente, do próprio comandante do batalhão, da qual está subordinado aquele soldado. Que variáveis seriam essas? Carência de efetivo. Às vezes o efetivo é tão reduzido é tão reduzido pra trabalhar na cidade, que surge um curso para um soldado, um cabo, um oficial fazer é obrigado a abdicar desse curso pra não desfalcar o policiamento. Essa inclusive é a realidade mais comum. Ele deixa de fazer aquilo que ele gostaria de fazer, não porque na deixaram ele fazer, ou não porque ele não quis fazer, mas porque a demanda operacional tolheu a ele essa vontade. Essa é uma realidade muito comum. Então, isso é apenas uma das variáveis. É carência de efetivo, né? PM – praças*

*Participante: É o que se busca fazer assim o é que na verdade colocarmos vamos dizer assim o: colocar “o homem certo, no lugar certo”; pela aptidão dele. Mas muitas vezes isso não é possível e a pessoa [...] E o policial tem que se adaptar, porque há uma necessidade do serviço que demanda, ele vai ter que atender esse cumprimento. Mas na medida que se é possível, se busca adequar o “homem certo na missão certa”. Inclusive nós estamos agora buscando uma relação de oficiais modificação da lei, para instituímos oficiais temporários para as áreas de administração, psicologia, engenharia, enfim as áreas que são complementares nossa e que estamos carentes. PM – praças*

*Participante: Não, não, porque a formação na academia [...] Forma para todas as atividades desenvolvidas na Brigada. E se ele foi melhor numa cadeira, numa disciplina do que noutra, ele não vai sair após a formação indicado pra trabalhar numa área, que ele foi melhor durante o curso de formação. Saem já distribuídos para as unidades, que muitas vezes, eles já vêm predeterminados pra onde vão. PM – praças*

*Moderador: Seria positivo se fizesse isso?*

*Participante: Seria sim. Porque a gente percebe que manda muito mais por interesse particular, e às vezes até por punição. Às vezes a pessoa é excelente*

*profissional em determinadas áreas, mas não eu quero que fulano vá para lá. Não tem a preocupação de aproveitar a pessoa porque já é da área ou qualquer coisa assim. Que nem aconteceu nesse último curso que auxiliares de enfermagem pediram para serem colocados na policlínica da polícia e não foram transferidos para lá. Quer dizer, tem o curso da área, poderiam ser bem melhor aproveitados na área que eles já trabalhavam e mesmo assim, não [...] PM – Praças*

*Entrevistado: É aproveitado, como os colegas observaram anteriormente, aqui na Academia de Polícia, o diretor da divisão de ensino, que é uma divisão de destaque na polícia civil, é um investigador de polícia, pelo fato dele ser um psicólogo formado, ele é psicólogo, a escrivã [...] também que vocês conheceram há pouco, ela tem o curso de sociologia [...]*

*Entrevistador: E ela é aproveitada neste curso?*

*Entrevistado: É aproveitada, ela ministra aulas também. Sociologia do crime e da violência, escrivã de polícia ela dá aula aqui dentro. PC – Direção*

*Participante: “Ele tem condições, ele estudou para aquilo. Então, nós temos hoje no cargo de agente, policial aí, gente, gente que é formado em Ciências da Computação. Essa pessoa, o que, que ele espera da Polícia? A Polícia não tem campo para ele. Ele vai se formar e vai trabalhar no centro de informática nossa para ganhar R\$1.000,00! Que é o salário de agente da Polícia hoje. A tendência dele é o seguinte, ele está ali terminando, esperando terminar o curso dele, para que ele saia. Nós temos engenheiros mecânicos, comigo lá eu tenho. Eu recebi quatro detetives dessa última turma. Uma está no 9º período de Direito, um está no 7º de Ciências a Computação forma o ano que vem. E o outro é Engenheiro Mecânico eu acho, ele está se formando. A Polícia tem campo para essas pessoas, como ele com o salário, que tem? É isso que nós temos que visualizar. Quer dizer, você abre um concurso público para agente de polícia, né. Você não exige do cara que ele seja habilitado. Aí, ele chega na delegacia de polícia, ele tem que dirigir. Quem não tem habilitação não vai. Mas você chega ao cúmulo de em algumas delegacias você não ter um motorista, por que? Por que não exigiu dele, quando ele foi passar?” PC – Delegados*

*Participante: Você não leva em consideração o perfil da pessoa. Eu não sei se a carência de pessoal é tão grande, que eu acho que não dá pra fazer isso.*

*Participante: O que, que o regional disse? Ah não, tu faz química e tu faz engenharia, isso não interessa pra polícia, tá. Isso não interessa pra polícia.*

*Participante: [...] tem pessoas muito competentes dentro da polícia civil que não são reconhecidos [...] a gente vê que são pessoas muito boas e competentes, então a gente tem que aproveitar [...] ele aproveita dela muito pouco [...] acaba que tem pessoas que são muito fechadas mesmo, ficam lá a maior parte do tempo e o ensino fica deficiente. PC – Delegados*



Do mesmo modo, as pessoas são colocadas em determinados postos sem que sejam consideradas suas habilidades, ou são encaminhadas para cursos sem que se avalie o seu interesse. Como expresso nos grupos, as afinidades ou empatias pessoais são bem mais importantes para essas definições do que propriamente a qualificação.

Como resultado dessa prática, de não se considerar as habilidades, afinidades e interesses das pessoas, podemos ter policiais atuando na formação de outros policiais, quer dizer, nas academias de polícia, sem que os mesmos tenham qualificação e/ou interesse para atuarem nessa área. E temos aqui um elemento que indica o predomínio da prática sobre a teoria e, conseqüentemente, uma não-valorização efetiva da formação, no âmbito da própria direção, uma vez que a escolha da direção da academia de polícia é feita, em última instância, pelo comando ou direção geral.

#### **4.2.1 As ambigüidades do rigor disciplinar**

O aparato legal que mantém as organizações policiais se fundamenta em dois pilares principiológicos de alta significação no cotidiano das relações interpessoais internas, refletindo-se de forma impactante também na relação que respectivos servidores travam com o cidadão e os grupos sociais no processo produtivo de suas funções. Hierarquia e disciplina são dois conceitos recorrentes no imaginário dos operadores, exteriorizados por uma ritualística afirmada desde a fase de formação. Mesmo na Polícia Civil, onde o rito não acompanha a estética militar, há todo um cerimonial que emblematiza as relações internas de poder, segundo uma escala hierárquica definida pela norma. Neste sentido, tais princípios podem ser tomados de forma universal, no que tange a sua importância como tipificação ideológica na formação e na prática do policial civil e militar.

Esta dualidade, no além de suas adequadas definições legais, representa um marco da estratificação dos poderes internos, implicando uma grande ambivalência entre, de um lado, o culto da hierarquia/disciplina como valor de afirmação moral das instituições policiais e, de outro, a sua rejeição como instrumento de opressão no campo da política interna. Há muitas evidências de que as organizações policiais incorporaram, a partir da década de 90, cidadãos de maior nível de instrução formal, ou seja, observa-se que significativa parte dos policiais da base está exercendo ou

já consumou formação universitária. Isto ocorre mesmo nas carreiras ou postos para os quais a exigência legal é a conclusão de curso médio. Este fenômeno provavelmente incrementou o nível da capacidade crítica da comunidade subalterna, permitindo-lhe construir, nas raias extra-oficiais, um discurso de refutação contra práticas autoritárias.

*Entrevistado: “É carência de efetivo, né. Outra variável, outras vezes ele quer fazer, mas o comportamento disciplinar dele não permite, né. Agora o que, acontece, aí o que precisa entender, a Polícia Militar querendo ou não querendo, ela é militar. E isso está atribuído a ela. Esse caráter militar na Constituição Federal, na Constituição Estadual. E esse caráter militar não é questão de apenas um adjetivo não. Esse caráter militar, ele transcende e muito. É uma questão, por exemplo, de ideal. Ninguém vai ser militar pra arrumar um emprego e se dar bem no mercado de trabalho, porque daí a pouco ele vai sair. Ou ele vai ser excluído. Então, por ser militar, o que caracteriza esse militarismo – “dois pilares básicos”: não existe militarismo sem disciplina e sem hierarquia. Se ruir um desses pilares desaba o militarismo. Por isso, que disciplina e hierarquia tem que ser cultuadas como valor. Não é porque a gente quer; é por causa da nossa característica de militar. [...] Então, nós somos uma instituição de Ensino Policial – somos! Mas somos uma Instituição de Ensino Policial Militar, tá certo? PM – Direção*

*Participante: Teve épocas que a formação era bem pior. Por exemplo, logo após 1997 quebrou um pouco a hierarquia. Existem mecanismos que você vai protelando determinadas situações de um procedimento administrativo, até prescrever, então, falta o consentimento de um regulamento disciplinar, [...] moldar os cidadãos às normas; nós precisamos isso e você tem que ser aquilo. Se você se adaptar é isso, então você está dentro, se não, você está na praia errada e na posição mais errada ainda, só que com o advento da greve de 97, isso protelou uma situação de modificar os ânimos extremamente. E com o advento do código de ética e de disciplina, a partir de 2002, mudou a situação, na minha época, o policial que era contra, ele falava que você vai ficar detido aí, e acabou e não era pouco não [...] PM – Oficiais*

*Moderador: Explica isso para nós, o melhor é ginástica?*

*Participante: Compulsória é uma detenção pra você realinhar sua conduta ao regulamento. Sua conduta não estava legal ali dentro da academia nos ditames exigidos da época, então, você tinha que ter cerceada a sua liberdade momentaneamente para resolver seus problemas na quarta-feira, aí você formava o pessoal de 80 a 100 cadetes detidos né. E eles ficavam ali fazendo atividades de ordem, troca de uniforme, atividade puxada mesmo.*

*Participante: Depois de 1997, o código de ética ajudou a melhorar muito às vezes coisas simples, como cortar o cabelo, caso estivesse grande ficava preso. Hoje tem pontuações; e alguma coisa simples pode até levar a exclusão. PM – Oficiais*

*Participante: Até comentei com algumas colegas, ... hoje eu entrei no cassino para pegar um copo de água e um aluno me chamou de você , nós temos uma hierarquia de disciplina, e ele me chamou de você , não destratei ele mas falei para ele que não era daquela forma. Então quer dizer, eu acredito que está até bom demais, você entendeu, porque na nossa época, Deus me livre chamar alguém de você, um cabo, um soldado [...] não, ele me chamou de você , talvez seja engano, não sei, mas eu jamais ia chamar o capitão de você, mesmo porque não dá para esquecer...*

*Moderador: Mas hoje esta hierarquia , não permanece?*

*Participante: Isso aí entre parênteses quer dizer, sabe o que? Lavagem cerebral. Eu no caso mesmo não, aquela lavagem cerebral como usam, foi levado lá para cima, plasmado na tela de TV, e que as maldades que eles fazem, não. Eu digo aquela lavagem cerebral, botar na cabeça da pessoa que quanto tu entrou tu que era uma coisa, tá saindo outra, você vai desempenhar uma coisa, que tu te qualificou, pelo menos, tu estudou para isso. PM – Praças*

*Participante: Bom, pegando um gancho do que os dois falaram; eu acredito que dentro do curso de formação tem que haver uma...Tem que ser ensinado a hierarquia e a disciplina. Quando a gente está fazendo o curso, a gente acha que aquilo, às vezes é até demais. Mas quando nós saímos do curso para as delegacias, nós percebemos que aquilo é fundamental. Porque na minha, quando eu fiz, que foi 97 e 98, a hierarquia era bem exigida. Acontece que nesse último curso agora parece que não foi bem assim. Parece que foi mais branda a exigência dessa disciplina. E parece que estão ocorrendo alguns problemas com esses aspirantes, que foram nomeados e foram designados para as delegacias. Parece que eles não obedecem muito e então estão tendo problema. E eu vejo isso como muito temerário, porque um dos pilares da Polícia Civil é a hierarquia e a disciplina. E se fica muito "frouxa" essa disciplina é ruim para o serviço interno na delegacia e conseqüentemente a prestação de serviço para a sociedade.*

*Participante: Só colaborando aí com a fala do número sete, eu acho fundamental esses princípios basilares que prevalecem dentro da nossa Polícia Civil, no que diz respeito à disciplina e à hierarquia. Eu acho fundamental, que prevaleça dentro da nossa academia de polícia. Com já havia dito pelo número sete, a gente no dia a dia, na prática, é que a gente vai ver o quanto faz falta essa, essa "imposição" e agente depara com pessoas, ser humano, uma pessoa difícil de se conviver; se ela não tiver um tratamento já direcionado em que diz respeito a essa hierarquia e disciplina e a gente sente muita dificuldade, quando no gerenciamento dessas pessoas, nós como delegados principalmente. PC – Delegados*

*Participante : [...] na nossa atividade policial, democracia demais é um pouco prejudicial, porque o delegado, ele é o último nível, ele é o comandante, ele é o presidente do inquérito, da investigação, né. Todos devem, na medida do*

*possível, se orientar, né, na missão que ele colocou. O que acontece é , às vezes, há muita divergência sobre esse aspecto. É o problema da hierarquia que nós estamos falando – problema de horário, nós temos horário de chegada e às vezes não de saída. E costumam chegar em horários díspares e você chama a atenção e a maioria da polícia é assim, né, então esse é o problema da hierarquia e da disciplina – o horário. Problema também dos canais de comando, o detetive deve se dirigir ao seu chefe imediato, o delegado da unidade e a gente tem visto que, às vezes, ele vai a um outro delegado superior aquele e acaba te “atropelando”, né. E colegas nossos que estão em um patamar hierárquico acima do nosso, corroboram esse tipo de coisa. Então, a gente teria que obedecer aos canais de comando. Quem é a sua chefia imediata? E na Polícia tem isso de desviar caminhos e “cortar” esse canal de comando, essa hierarquia de comando. PC – Delegados*

*Participante: [...] a maioria dos delegados eu, eu tive pouco exemplo prático sobre esse aspecto. Meu contato mesmo é com os nossos subordinados. Os escrivães, os agentes mais antigos, né. É que estão com medo dessa nova polícia, porque o serviço está cobrando uma exigência maior, a qualidade – está se cobrando qualidade. Eu acho que a “moda antiga” seria pior pra eles, porque não teria o controle e hoje nós temos um controle maior da situação. E tem turma que não aceita esse “cabresto”, né, essa posição, até por questão de fugir de uma responsabilidade ou de um excesso de trabalho, que a cada dia vem aumentando consideravelmente. PC – Delegados*

*Participante: [...] ficou na estrutura da polícia civil de todo curso, porque tudo que você fizesse ou fosse contra as normas, você estava sendo indisciplinado, tem que ser punido, você tem que respeitar a hierarquia da polícia porque é uma instituição hierárquica e um dos fundamentos dela é a hierarquia. Assistia àquelas aulas de direitos humanos em que o cara estava conversando de democracia e tudo mais, aí você vê que a estrutura é totalmente hierarquia, discurso que você vê que é antagônico, porque o que é aplicado na sala de aula é totalmente irreal, mas aí quando você sai da academia e vai trabalhar, você acaba vendo que aquele discurso deles é verdadeiro por que? É apenas aquele que vingou.*

*Participante: Teve uma matéria no primeiro período que ensinava, que cobrava muito a hierarquia, uma coisa que foi deixando com o tempo com a evolução tecnológica, foi ficando um pouco para trás, eu falo que foi evolução porque eu acredito que foi evolução sim, porque vamos supor, em oitenta e seis, por aí, se fosse um detetive para falar com um delegado, ele não falava direto, ele tinha que falar com um inspetor para depois ter acesso ao delegado, então tinha essa hierarquia que eu não sei até que ponto é proveitosa, hoje percebesse que tem mais comunicação, mais credibilidade. Tivemos colega lá que desistiu com um mês de aula por que estava com família no Norte de Minas e estava sem receber e por que, que não veio isso angustiava muito à turma também. [...] a polícia civil durante todo esse tempo do curso deixou apenas uma mensagem muito [...] que ficou na minha mente hierarquia e disciplina uma mensagem burra que ficou na estrutura da polícia civil de todo curso. PC – Detetives*

Já na formação, o signo da submissão é sistematicamente apresentado e reforçado em práticas de controle disciplinar, que vão de exigências sobre manutenção de trajés e uniformes, corte de cabelo e uso de acessórios do vestuário ‘civil’ – repita-se, isto ocorre também na Polícia Civil – até atos ‘punitivos’ de cunho sacrificial, como imposição de tarefas de economia doméstica básica, exercícios físicos fatigantes ou mesmo repreensão pública. É de se registrar que os castigos humilhantes, muito anunciados pela literatura e imprensa, vêm sendo naturalmente substituídos nas organizações policiais, o que não significa que o rito repreensivo tenha sido propriamente abolido, mas sim modificado em sua estrutura executiva. Neste sentido, vale a pena um diálogo com Foucault, que, no clássico *Vigiar e Punir*, enfrenta o tema da evolução do castigo segundo a ideologia da ‘docilização dos corpos’, referindo-se à superação do paradigma do castigo corporal para o castigo moral.

O importante é levantar a questão sobre a ambigüidade de um modelo ‘pedagógico’ que reforça de modo contundente a questão principiológica aqui tratada, de modo a consolidar um *ethos* de submissão, e não propriamente de divisão escalonada de tarefas e responsabilidades, conforme é, em suma, a idéia de disciplina e o instrumento da hierarquia na esfera das organizações em geral.

A hipótese é a de que este tipo de procedimento ‘formador’ tenha efeitos perversos na subcultura do operador, desbordando dos domínios estritamente técnico-procedimentais e alimentando uma concepção de onipotência sobre a idéia do exercício do poder, inclusive e sobretudo em relação ao usuário da máquina pública, mormente o infrator da lei. Assim sendo, há uma contradição entre uma plataforma de disciplinas ‘modernizantes’, que incluem saberes universais das ciências sociais e humanas, mas que ocorrem no plano formal, dissociados de uma prática que se revela já nas relações primárias do ingresso na organização.

Um aspecto bastante evidenciado durante os grupos focais foi o da disciplina. Ficou claro que, em especial na Polícia Militar, não ter o coturno bem engraxado, não estar com a farda bem passada ou com a barba bem feita, podem ser muito mais relevantes durante a formação do que a participação ou o efetivo aproveitamento do curso, pois a pessoa pode não ser aprovada e/ou, posteriormente, promovida se teve uma dessas “faltas” computadas no seu boletim, com a conseqüente perda de pontos. Ora, com isso uma pessoa não pode se assentar no ônibus, mesmo que este esteja vazio, para não amassar a farda, pois

poderia levar à perda de pontos na academia. Dessa forma, podemos imaginar a situação de um oficial da Polícia Militar que pode não ser bem reconhecido em sua carreira pelo fato de um dia, durante sua ida para a academia, ter se assentado no ônibus.

*Entrevistador: Aqui quando os alunos chegam na academia, existe uma formação externa, aquela chamada formação de conferência, existem uniformes, para que entrem em sala de aula, a exemplo de Minas Gerais, calça de uma cor, camiseta de outra [...]?*

*Entrevistado: Nós já usamos aqui um uniforme na academia de polícia mas o ultimamente para os delegados de polícia, nós já estamos exigindo traje forense nas aulas.*

*Entrevistador: Existe a formação externa?*

*Entrevistado: Tem, existe a formação externa, nós temos também o Hino, o hino da academia de polícia. É cantado o hino nacional, o hino da academia de polícia, aí só após eles adentram na academia.*

*Entrevistador: Há a conferência de barba, se está de cabelo raspado...*

*Entrevistado: Não, assim não, não é nesse aspecto, pode ser cabeludo, barbudo isto aqui não. Mas não permitimos sobre hipótese alguma sandálias havaianas, bermudas de jeito nenhum.*

*Entrevistador: Com esse calorão todo [...]*

*Entrevistado: Calorão mas tem que vir dignamente para cá, para a academia de polícia, mas com certeza o bom dia, boa tarde, boa noite, por favor, muito obrigado tem que existir porque já conta ponto, é aspecto atitudinal e competência senão não será um policial competente.*

*Entrevistado: Essa pontuação é como? Como é que ela é feita? Como que é se conta pontos? ... Vale ponto, não deu bom dia, menos dez pontos [...]*

*Entrevistado: Digamos de um a dez, se é notado aquele aspecto atitudinal do aluno o professor pode arbitrar dois pontos a menos tranqüilamente, entendeu? Ele não está se enquadrando no aspecto competência, ele tem que sair daqui competente, e ele têm que ter saberes teóricos, práticos e ele têm também que ter a bagagem atitudinal para que ele possa ter habilidades para desenvolver.  
PC – Direção*

Surge com isso a ambigüidade do não-cumprimento das normas disciplinares por parte de oficiais por saberem que uma determinada falta computada pode inviabilizar a carreira de um policial, fazendo com que se faça “vista grossa” sobre essas coisas; o que nos levaria ao problema da dependência das relações ou das afinidades pessoais e ao não-cumprimento efetivo das normas.

Há que se considerar a forte defesa da disciplina e da hierarquia nos grupos focais realizados.

No caso da Polícia Militar, um discurso intrigante é o de que “não nos ocupamos da segurança pública, mas da ordem pública”. Não seria isso um indicativo de busca de maior controle?

Uma diferenciação quanto às coortes mais antigas e as novas é de que na formação do policial não se considerava o indivíduo nos seus direitos de cidadania, assim como é relatado por um dos participantes dos grupos:

*Participante: Antes nós éramos mal formados, porque era mais humilhação, faxina, era muita humilhação, era tapão. A gente tinha que pegar fezes de cavalo que tinha lá. Era assim nosso dia-a-dia. Era assim, a gente limpava aquele [...] com a mão [...] Então a gente vai para a rua e vai tratar o cidadão assim também, como cavalo. Se a gente pega um rapaz, um infrator, é tratado com apelido, dificilmente com nome. Então, é por isto hoje em dia tem muito policial truculento, violentos, devido à má formação deles, porque a gente não podia dizer por favor. Policial não pede por favor, não se mistura, e não sei o quê. Foi esta formação que passaram para a gente. Hoje em dia está voltado para cidadania, tanto é que a cidadania está dentro do quartel. Eu acredito que vai se formar melhor, os soldados vão se formar melhor. PM – Praças*

Em grupo focal de praças aparece a ligação entre a forma com a qual os policiais tratam as pessoas e o tratamento que receberam quando da formação. E ele se pergunta: como é possível que se tenha um tratamento das pessoas com respeito, se o que recebemos foi “truculência”, desconsideração do formando como cidadão?

#### **4.3 A falta de uma proposta didático-pedagógica consolidada**

Se os novos currículos para a formação dos operadores de segurança pública, assim como as posições oficiais das polícias, em sua quase totalidade, apontam para uma formação com maior espaço para as disciplinas normalmente incluídas no “eixo humanitário”, ou se os princípios norteadores da formação apontam, como vimos, para a consideração de um pluralismo de idéias e uma visão integradora, não podemos, no entanto, falar em uma proposta didático-pedagógica consolidada.

*Entrevistado: Nós temos projeto específico de curso mas o pedagógico está sendo criado agora. Tinha uma estrutura interna de regimento mas, não tinha aquela proposta de trabalho que foi concebida através da distinção conjunta,*

*desta escola, qual é o perfil de aluno desta escola? Inclusive esta questão de perfil, a gente trabalha muito em cima daqui, aí a gente pode complementar isto aí, vamos ver, a definição de um curso é em cima de que? De cargas horárias que não existem, de conteúdos que já existem, é isto aí, e reformulando, melhorando sempre [...] PC – Direção*

*Entrevistado: [...] reúnem os profissionais envolvidos neste processo. Reúnem os docentes e aí começam a montar, fazer a montagem, o que eu quero [...] fala mal do mesmo currículo do sul, agora [...] fez um curso, é feito um planejamento. É feito um [...] para solicitação da clientela, apresentação, [...] para ter os resultados esperados [...] muita prática, esta questão da definição não existe assim um [...] não tem saída, às vezes eu analiso...então esta demanda atende aquela atividade [...] PC – Direção*

*Entrevistador: O senhor dizia major sobre a construção do projeto pedagógico, e de que forma ele se dá?*

*Entrevistado: Ele ainda é feito internamente, apenas o pessoal que trabalha no ensino, muito embora a gente tenha contato com academias de outros estados. Esse a gente tem bastante [...] a gente aprende muito, a gente é eterno estudante de segurança pública, e buscamos muito apoio, até em conversas informais com as pessoas que a gente tem se relacionado nesses cursos [...] PM – Direção*

*Entrevistador: Então, nós falávamos do projeto pedagógico e de outras influências afetas à formação do policial civil. Eu gostaria de retomar uma questão que é a seguinte: se há um projeto pedagógico na academia voltado para a formação dos policiais civis? E, se sim, como é que esse projeto pedagógico foi construído e se ele existe na forma escrita?*

*Entrevistado: Ele não existe, ele ainda está em fase de construção, em virtude da própria questão da agregação, da integração que houve da academia da polícia civil ao instituto de ensino de segurança. Mas apesar dele não existir, já existe esboço com relação à construção do mesmo. Mas os nossos projetos de curso, eles tentam abranger muitas questões voltadas para o processo político pedagógico. Então, em virtude do nosso regimento interno da academia, ele está para estudo junto ao delegado geral e ao conselho superior de polícia civil também com relação a algumas mudanças, em virtude da própria integração da academia ao IESP. E dá nova política, no que diz respeito ao ensino policial, nós estamos ainda construindo esse projeto político pedagógico. E estamos participando da criação do projeto político pedagógico do IESP. PC – Direção*



*Participante: A gente fala que a proposta do curso é nova, mas as pessoas que estão coordenando [...] não têm idéias novas, então não adianta [...] PC – Escritivães*

*Entrevistado: É, como é que e vou dizer! Na questão pedagógica, a questão pedagógica a gente trabalha isso muito com os professores, nós discutimos muito a Escola Nova, né. PC – direção*

Ao fazermos essa afirmação, estamos considerando a contradição percebida entre as propostas de curso e suas aplicações; sobretudo se considerarmos aspectos como a não-integração e componentes do corpo docente que, como relatado, manifestavam suas divergências com a coordenação, ocorrendo também a desqualificação das posições de professores que, neste caso, eram considerados como aqueles que não conhecem a realidade da polícia.

Um outro fator, ainda mais relevante, dessa falta de uma proposta de formação consolidada será a influência da coordenação nos rumos da formação, como analisado abaixo.

*Entrevistado: “Eu acho o seguinte: isso tudo depende do estilo do governador. Se o governador quer traçar uma política eu acho que para o bem da eficácia da sua política, ele deve ouvir o Comandante Geral, certo. Agora o que aconteceu – ultimamente o que nós vimos foi a corporação perder espaço para uma Secretaria Estadual de Defesa Social, devido a um novo modelo de estrutura estatal. E na minha opinião perdi espaço? Não sei. Na minha opinião perdeu, por que? Porque aquilo que era representado diretamente pelo Comandante Geral da corporação passou a ser representado para o público pelo subsecretário de defesa social, nem secretário é, certo. Então eu posso falar que não perdeu espaço por medo, mas a percepção está aí clara, pública e notória, certo. Agora a sua pergunta eu vou ter tranqüilidade para responder? Depende. Depende, do que, do estilo do governador, depende do estilo do secretário. Quer saber uma questão de estilo – olha o estilo do secretário que saiu, hoje é o ouvidor geral de polícia e olha o estilo de secretário que entrou [...]. A função é a mesma. A missão é a mesma, o objetivo é o mesmo. A política era a mesma, ma há o estilo [...]” PM – Direção*

*Participante: “Eu observei que varia muito o comando da academia do diretor da academia ou do CFO em si dando mais apoio ao CFO e dando menos apoio ao estudo [...] tem outros que dão uma importância maior aos estudos [...] é porque a gente passou por três comandantes lá, então teve alguns que falaram assim: no final de semana vocês vão ficar por conta do estudo, isso vai variar de acordo com o comando [...] ou então vai haver uma tropa de apoio lá”. PM – Oficiais*

*Entrevistador: Esta questão de você ter em uma mesma sala de aula, de maneira integrada, fazendo cursos específicos no CO, você tem bombeiro, PM, Civil, Sistema Penal, Detran, Centro de Perícias, isto é uma influência do IESP. E, mudança do comando geral, comando geral das organizações repercute na política da informação?*

*Entrevistado: Pode ter algum reflexo. Com certeza.*

*Entrevistado: Eu vivi isto, ele não estava aqui na época, mas houve mudança de comando, de uma corporação e com ele houve uma mudança de direção, de pessoas que estavam ligadas à área de educação.*

*Entrevistador: Cada um deixa sua marca? Cada um que passa por aqui deixa sua marca?*

*Entrevistado: Deixa sim.*

*Entrevistador: As mudanças políticas influenciam ou determinam os rumos da política da educação?*

*Entrevistado: Determina. PC – Direção*

*Participante: Completando a fala dele eu vejo que falta uma continuidade [...] um norte a ser seguido e não o que um certo comandante quer, mas sim aquele norte que temos que alcançar, só que cada comandante tem que dar o seu toque especial para pode ligar com este assunto, mas a atividade fim tem que ser alcançada. PM – oficiais*

#### **4.3.1 A dissonância entre teoria e prática**

É dado que a década de 90 trouxe mudanças expressivas na prática das organizações policiais. Entre elas, a busca de parcerias educacionais, a exemplo da Polícia Militar de Minas Gerais, que naquela fase se associou à Fundação João Pinheiro, reconhecida instituição de ensino e pesquisa de Minas Gerais, na tentativa de vencer os domínios idiossincráticos da formação profissional de seus operadores, pactuando com ela alguns cursos de importância. Daí conhecimentos sobre a administração geral e pública, questões de Sociologia, de Ciência Política, de Direito e outras disciplinas das áreas de Humanas e Sociais foram e vêm sendo introduzidas na formação e na educação continuada das organizações policiais. A própria Matriz Curricular resulta de um acúmulo de experiências deste mesmo processo, consolidando farto material produzido também pelas universidades, como a Universidade Federal Fluminense, e pesquisadores de larga formação.

Não obstante, as evidências desafiam a incorporação de uma cultura pluralista decorrente desta ‘universalização’, na medida em que ela se insere no denso campo das tradições e da ‘prática rotineira’. Neste sentido, Paixão já advertia:

“Já se notou também que a ‘lógica em uso’ do policial implica normalmente inversão dos formalismos legais de processamento de criminosos. Mais do que categorias legais, ideologias e estereótipos formulados organizacionalmente orientam a ação dos membros de ‘linha’ em sua atividade rotineira e estas ideologias e tipificações tornam mais econômica a ação policial, na medida em que esta é orientada para a vigilância e controle das ‘classes perigosas’”. (PAIXÃO, 1982, p. 64).

As relevantes e adequadas políticas de ‘exteriorização’ das academias encontram, portanto, uma resistência espontânea em face da instância do que Paixão qualificou como atividades de rotina, ou seja, uma resistência da subcultura e da própria prática tradicional. Há uma ‘cerimônia’ absolutamente repetida na vida cotidiana do policial, que acontece desde os primeiros instantes de trabalho de um novo integrante. Dificilmente ele deixará de ouvir uma pregação emblemática, mais ou menos formulada assim: “Esqueça de tudo o que aprendeu na academia. Aqui é a realidade. Aqui é a prática. Teoria aqui não tem valor.” Como bem acentuou um dos dirigentes de academia de polícia civil, ao ser entrevistado, “essa frase é mortal!”.

A referência que sinteticamente emblematiza estes episódios vem reproduzida em grupos de diálogos que revelam passagens como se vê adiante:

*Participante: “Aí o Delegado me falou que era para eu esquecer tudo o que tinha aprendido na Academia porque lá é um lugar de fazer doido, aquilo é só fachada, é tudo mentira; agora você vai aprender comigo o que é escrivão, você vai aprender com a lei e a realidade”. PC – Escrivães*

Assim, a própria força ideológica das tradições instala armadilhas em pontos estratégicos do espaço operativo (quartéis e delegacias), numa conspiração subliminar de desqualificação do saber, tipificado como o ‘mundo dos sonhos e fantasias’, em contraposição ao ‘mundo real ou prático’ concebido pelos operadores. Este mesmo fenômeno se revela, especialmente nas polícias civis, quando o servidor encontra um ambiente de trabalho degradado em termos de condições e dignidade que possa viabilizar o regular exercício profissional. Estas condições efetivas da realidade empírica desmontam o vigor moral do novo funcionário, que inicia sua carreira, em geral, ainda movido por uma expectativa positiva de ser

socialmente recebido na condição de autoridade pública prestigiada por um mandato que ele ingenuamente representa como heróico. O desencantamento também se municia com a pressão social por resultados e a exigência da opinião pública sobre o controle da criminalidade, violentando todas as expectativas 'teóricas' de um exercício ponderado pelos marcos constitucionais e legais, em grau profissionalizado de eficiência e efetividade.

Mencionou-se aqui a eclosão de um fenômeno espontâneo de reorganização e revitalização dos quadros policiais, sem referência orgânica de cunho nacional, mas especialmente marcada pela atração de indivíduos de elevado *status* na educação formal, grupo que constitui, mais presentemente, uma esfera de autocrítica melhor qualificada, porém muito ressentida de espaços para explicitação e conseqüente transformação da realidade. Mas este grupo sobrevive pressionado pela vitalidade intelectual de suas críticas e, ao mesmo tempo, pela força do regime hierárquico e, ainda mais contundente, da subcultura em questão. Esta demarcação revela o conflito entre dois universos na realidade atual da polícia brasileira: primeiro, a relativamente tímida emergência de uma cultura pluralista, que sustenta a flexibilização e integração do saber e do fazer; e, segundo, a cultura autoritária, que de um lado sustenta valores corporativos de rigidez organizacional e, de outro, mantém em campo fértil uma visão ideologizada da 'prática' como sendo o 'submundo' em que só os policiais conseguem penetrar, portanto, dispensável o saber de 'teorias exógenas'. Paixão diz assim, segundo o que observou há 20 anos:

“Este processo prático de socialização contrasta fortemente com o modelo formalmente prescrito [...] e [o] estágio em delegacias. Os cursos formais, além do objetivo de 'moldar' tecnicamente o profissional, buscam 'mudar a mentalidade dos novos policiais, dando a eles novos conhecimentos científicos da criminologia e ensinando técnicas científicas de interrogatório'. Entretanto, no estágio, o novo policial 'aprende que nada que ele aprendeu na Academia vai ser utilizado' e, 'em pouco tempo' já está pegando todos os vícios do pessoal antigo'. Assim, os cursos da Academia de Polícia, definindo-se como meios racionais de formação profissional, no sentido de introdução de critérios técnicos e científicos na atividade prática da organização, funcionam como cerimoniais adicionais de legitimação da organização.” (PAIXÃO, 1982, p. 78 e 79).

Portanto, o conjunto das observações demonstra que o dia-a-dia da atividade policial é marcado por atitudes que produzem uma ruptura capaz de simbolizar a contraposição entre “mundos” e que tornam dissonantes a teoria e a prática, uma em

relação à outra, isto porque, como destaca um dos entrevistados, são recorrentes reflexões como “a teoria é muito bonita, mas a realidade é outra”, ou, ainda, que devem os novos policiais “ouvir a voz da experiência”, o que exprime a falsa percepção de que apreendem mais com a vivência em face da exploração do conhecimento, ignorando-se que esta secção entre teoria e prática na verdade são apenas momentos distintos de um único processo.

O que ocorre nos ambientes do saber e do fazer, aqui representados como dentro e fora das organizações, demonstra que as profissões policiais continuam dependentes e sujeitas à fratura entre a teoria e a prática, onde se afirmam, dissociação de que devem estar imunizadas face ao seu perverso processo de alienação. E isso precisa acontecer com urgência, por intermédio de políticas preferenciais que devolvam a elas o sentido humanístico e democrático de suas funções como responsáveis pelo uso da força legítima.

Esta compreensão, que exige unidade, é prejudicada na medida em que a realização de cursos para policiais, definidos como meios racionais de formação profissional, no sentido de introdução de critérios técnicos e científicos na atividade prática da organização, funciona, de um modo geral, como destacado, como ritos que buscam legitimar a instituição. A persistência desta contradição dificulta a afirmação social positiva da instituição policial e, inclusive, a defesa dos direitos humanos pelos policiais.

A noção de que teoria e prática constituem mundos que apresentam realidades distintas capazes de negar uma à outra, em síntese, faz com que o ensino policial seja considerado insubsistente não só entre os discentes, bem como no mínimo conhecido pelas direções de ensino policial, o que se potencializa diante das condições de trabalho destes profissionais e se reconstrói recorrentemente em um clima que reforça esta subcultura da dicotomia entre o teórico e o prático.

Este problema, em última análise, induz uma subliminar tensão que eclode entre os profissionais que atuam no campo do ensino e da pesquisa, que constitui uma das atividades-fins de natureza estratégica para a organização, e aqueles que se dedicam à atividade-fim de natureza tático-operativa, e por esta via materializam o trabalho final constitucionalmente atribuído à polícia, de tal ordem que os policiais docentes são conhecidos pelo epíteto de “teóricos”, o que os deprecia e oferece significado reducionista para a preocupação com o processo dialético existente entre o pensar e o fazer, entre o teorizar e o agir, entre a imaginação ordenada e a ação

materializada, que essencialmente são dimensões de um mesmo eixo, onde uma não existe sem a outra.

A dissonância existente entre a teoria e a prática no ambiente policial enseja a discussão da referência à prática durante a formação do policial. Aqui deve ser assentada a indagação que consiste em saber se a formação do policial está também fundada em alguma prática. Dúvidas não há de que a formação do policial, ao longo dos últimos anos, recebeu os fluxos da conquista democrática vivenciada pela população brasileira, o que veio implicar a ruptura com práticas em parte colidentes com alguns dos direitos e garantias fundamentais. Tal modificação repercutiu positivamente na formação do policial, ensejando reflexões em torno de práticas ambíguas que negam as conquistas de direito do mundo contemporâneo, tudo isso constatado em praticamente todos os cenários em que se discute a polícia de antes e a polícia pós-1988.

Contudo, ainda é perceptível a constatação de que continua presente em nossos dias, como se constatou nessa pesquisa, a falta de sincronia entre estas realidades, a da prática e a da teoria, o que provoca preocupações que induzem a respostas no sentido de que existe um desvalor atribuído ao ensino acadêmico face àquele experimentado no cotidiano, já que não seria a teoria capaz de formar o policial para a extensa gama de possibilidades do agir no caso concreto, a impor a superavaliação do imprevisível para crer-se que somente a experiência do dia-a-dia é capaz de viabilizar um bom resultado prático do trabalho policial, mais facilmente assimilada e que exclui o esforço acadêmico exigido pela disponibilidade de tempo para os estudos e as pesquisas.

A par de contar com tênues referências e fundamentos na prática, a teoria não tem sido mesmo suficiente para oferecer sincronia com o que tem sido chamado, equivocadamente, de “fazer polícia”, ou seja, há realmente dicotomia entre os que estão envolvidos no processo de ensino e aqueles envolvidos no processo de aprendizagem, o que somente pode encontrar adequadas respostas diante da ausência de uma teoria referenciada em uma análise crítica da prática.

Portanto, o desenvolvimento de uma teoria geral da ação policial, destacada neste texto, haverá de conduzir a adequadas abordagens sobre o ensino e a pesquisa como estratégia e sobre a ação policial como atividade tática, tendo em vista que integram os dois ângulos de uma mesma finalidade: a entrega de um bom

serviço policial; isto porque não deve existir tática sem estratégia, prática sem fundamentação teórica.

#### **4.3.2 A priorização da ação frente aos outros aspectos do agir policial**

A elaboração de uma cultura de segurança pública que se volte para o futuro tem de iniciar-se pela tarefa de olhar de frente para as insuficiências do modelo e das práticas que o Brasil adota. Este modelo e práticas têm sido discutidos. Por exemplo, no ano das eleições de 1998, o Estado de São Paulo entregou às forças de repressão 2.345 novas viaturas policiais, mas, já no ano seguinte, quando não havia qualquer premência eleitoral, a polícia foi brindada com apenas 371 carros novos. No ano 2000, nova eleição, e são distribuídos 4.428 veículos. Em 2001, sem eleição, a polícia só recebe 386 carros. Já em 2003, nova eleição, e até agosto se distribuiu 2.104 viaturas. O curioso é que os altos administradores dos sistemas policiais e os criminologistas sabem que a variação da intensidade do patrulhamento tem pouco efeito sobre a incidência do crime ou temor do crime. Como se vê, há muito que mudar, tanto nas mentalidades quanto nas formas de gestão das organizações policiais.

Outro problema grave é a tradição das polícias brasileiras, presas a duas vertentes complicadas, que dizem respeito, primeiro, ao fato de se constituírem num braço armado do Estado para promover e manter a ordem pública e, segundo, devido se constituírem num braço do Estado para investigar as infrações cometidas, esquecendo-se de seu terceiro papel, mais importante, que diz respeito à função do Estado de negociar a ordem pública. O que é valorizado são os tiroteios, as apreensões, as contenções de tumultos e de manifestações, e não a tarefa de negociar a ordem, mas o dever de recuperá-la a qualquer custo<sup>1</sup>.

Por outro lado, como destaca João José Sady<sup>2</sup>, a década de 90 foi muito rica no estudo de novos projetos de cultura da atividade policial. O ponto em comum dos investimentos em inovação, todavia, vem apontando para a opção da prevenção do crime mediante a aproximação entre a polícia e os cidadãos. O caminho está

---

<sup>1</sup> Posição também defendida pelo antropólogo e professor titular da UFF Roberto Kant de Lima no artigo "Espaço Público, Sistemas de Controle Social e Práticas Policiais: O caso brasileiro e uma perspectiva comparada". NOVAES, Org. Direitos Humanos: temas e perspectivas, Rio de Janeiro: Muad, 2001, p.110.

<sup>2</sup> Consulex, nº172, 2004, p.42.

demarcado no discurso da reconstrução da atividade policial com base em uma filosofia e em uma estratégia organizacional que proporcionem esta parceria. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas de segurança pública, desde crimes, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, em geral, até a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

Observe-se que o medo, a insegurança, a desconfiança em relação ao próximo e o descrédito na autoridade pública tomaram conta dos corações e mentes da coletividade. A insegurança pública ultrapassou o aspecto conjuntural e assumiu contornos de questão estrutural, intrínseca e fundamental atingindo a qualidade de vida dos cidadãos. A questão tem-se agravado pela exploração comercial do delito e do delinqüente, efetivada pelos meios de comunicação. O crime, a violência social e o interesse público são evidentes. Contudo, a superficialidade e o exagero da forma como são divulgados aumentam a sensação de insegurança e causam pânico nas pessoas. É necessário mudar o ângulo e destacar a miséria do crime e a pequenez do delinqüente, isto porque o inverso atrapalha a análise racional do problema da violência e do meio eficaz para resolvê-la.

Diante de tudo isso, a Polícia que foi considerada, do ponto de vista subjetivo, como a arte de descobrir instintivamente o criminoso, reduzindo-o à impossibilidade de agir, deve consolidar as transformações engendradas desde o final do século XIX e início do século XX, quando Quintiliano Sandaña (1929, p. 80/81), já em 1920, afirmava o seguinte:

“Por isso vemos, atualmente, que a atividade do homem se afasta cada vez mais do trabalho instintivo do “cão policial”. A polícia moderna, transformada, tornou-se uma verdadeira técnica ou “ciência prática”, ciência “da descoberta de crimes e dos criminosos”. Obra do progresso dos tempos modernos. É uma ciência que surge dum amontoado de bárbaras rotinas, ritos sangrentos, superstições absurdas, para tornar-se num sistema racional, verdadeira especialidade científica, corpo de doutrinas desenvolvidas em tratados, cultivado em revistas, e mesmo prematuramente invadido por uma literatura esmagadora.”

Urge a estruturação de um sistema de justiça criminal e de um subsistema de segurança pública, com contornos uniformes, em âmbito nacional, que dê ênfase às políticas coerentes de segurança pública fundadas no estudo da violência e da



criminalidade, além de atenção à estrutura das organizações e corporações policiais, ou, ainda, conforme destaca Angelina Peralva (2000, p.187):

“Urge formular uma lei de diretrizes e bases da segurança pública nacional, do mesmo modo como há uma para a educação nacional. Precisamos ter uma polícia respeitada e respeitável, que seja adequadamente formada, bem remunerada, que disponha de um plano de carreira e seja submetida a estruturas eficientes de controle, em todo território nacional.”

Nunca é demais ressaltar a idéia de que violência em sentido amplo, ou a criminalidade em sentido restrito, não se resolve com a atuação isolada da polícia, sendo esta somente uma parte de um fenômeno complexo e multidisciplinar, que reclama a contribuição de várias ciências para ser corretamente entendido e enfrentado com eficácia.

Perceba que diante do caráter técnico-científico de toda atividade policial, as estratégias de ensino e pesquisa, correções, inteligência e informação, aliadas ao planejamento tático-operativo das investigações criminais, devem encontrar reforço em outras políticas públicas coerentes com aquelas relacionadas à educação, à saúde, à moradia, ao saneamento básico e com a geração de empregos. Daí porque as ações de polícia, executadas para a resolução do problema da violência, tanto recebem como provêm de fundamentos das ações governamentais, num processo social cada vez mais dinâmico e dialético. Daí também porque uma administração eficaz em segurança pública não pode deixar de aliar políticas internas com atuação centrípeta, voltada para dentro da organização, com políticas centrifugas, voltadas para a transversalidade ou interconexidade do problema, tendo em vista que o enfrentamento da criminalidade deve ser sempre uma das prioridades nacionais.

Enfim, de outra forma, como tudo isso pode ser alcançado se apenas as ações táticas forem priorizadas? Como alcançar bons resultados no campo tático-operativo se não houver uma valoração adequada do campo das estratégias, que consistem na gestão do conhecimento, com a inteligência e a informação, na normalização para orientação preventiva e para as correções, bem como no ensino e pesquisa para produção de teorias consonantes com praticas? Ou mesmo se não houver tratamento apropriado para o campo das ações de suprimento logístico? É preciso, em suma, que estas políticas institucionais estejam imbricadas umas às outras de maneira a que sejam igualmente compreendidas, fomentadas, priorizadas e executadas.

### 4.3.3 A não-integração do corpo docente

Um dos aspectos caracterizadores de uma política de formação não consolidada é justamente a não-integração do corpo docente. Essa realidade foi apontada em especial nos grupos focais, mas também identificada junto a coordenadores didático-pedagógicos mais críticos e conscientes do momento que vivenciam na formação do policial.

As influências dessa não-integração serão ainda mais graves considerando os vários professores para uma mesma disciplina, em função do número de turmas criadas. Com isso, os formandos começam a perceber as diferenças de visões completamente distintas entre esses professores.

Ora, a escolha dos professores pela academia tem priorizado aspectos práticos e mesmo de conhecimentos pessoais da direção ou por indicações, e a falta de discussão conjunta com esses professores sobre qual a proposta da academia para a formação manifesta é um elemento que expressa claramente a falta de uma política de formação consolidada.

Algumas falas ilustram bem essa realidade:

*Participante: “Parece que existe a disciplina que tem que ser dada, pega o professor para dar, sem discutir seu conteúdo. As disciplinas tinham visão diferente.” PC – Detetives*

*Participante: “[...] A docência, a docência foi adaptada. Aqueles que foram nossos docentes são pessoas com desvio de função, muitas vezes não preparados, mas com uma boa vontade extrema numa adaptação em um curso de formação, que não houve um planejamento. Então, muitas, muitas pessoas que estavam lá eram mais pra nos auxiliar. Agora eu considero todos nós uns autodidatas, por que? Porque não só a realização da atividade policial em si, né, mas saber da operacionalização da polícia e o serviço administrativo, que não foi passado e está totalmente consoante [...] Então, eu me considero autodidata a partir do momento que eu entrei numa delegacia de polícia e aprendi o administrativo, que também é competência da atribuição de polícia e que sequer foi tocado no curso de formação.” PC – Delegados*

*Participante: “Isso aconteceu muito. O coordenador era professor de história. Então ele ia muito para o lado de história, isolava da polícia. E tinha professor que era polícia. É um absurdo você ficar vendo o feudalismo sem saber de coisas da polícia, qual é a delegacia do seu bairro, qual a competência dela. Eu*

*não entendo porque dar aula de história. Uma literatura muito pesada”. PC – detetives*

*Entrevistado: “Perguntou o que mudou de 2001 pra cá, eu acho que três fatores além desses evidenciados pelo senhor. A questão da ênfase da qualificação do corpo docente. Um exemplo, titulação. Então, o corpo docente foi mais “lapidado”, um corpo docente mais qualificado até pelas exigências de titulações, especialização, mestrado etc. Então, isso é um fator que, eu acho que o ensino ganhou com uma certa forma, porque caminhou nesse sentido. Um outro documento que já foi falado aqui e que ele também deu um norte diferente foi competente, porque nós formamos [...] A educação foi canalizada para aquele fim. Eu quero militar com essas características, ele vai desempenhar essa função, então, eu vou preparar ele aqui. Com isso houve muita mudança nos currículos. As mudanças curriculares, elas foram implementadas em 2001, houve uma mudança curricular muito grande, até pelo curso de formação de soldado de nível médio. Houve uma reviravolta de 2001 pra cá justamente [...] Eu acho que a qualidade foi muito intensa.” PM – Direção*

*Moderador: “Sobre a formação do corpo docente, com relação à composição, isso que vocês consideram formação e qualificação adequada para a sua atuação no curso, e sobre alguns professores externos, vocês tiveram na formação de vocês professores que não pertenciam à força policial? E com relação aos professores civis, como é que vocês avaliam?”*

*Participante: Eu acho que foram muito capacitados, tanto civis como militares, eu acho que o que eles puderam contribuir, eles contribuíram, mas assim, voltando a esse assunto, os civis trataram de assunto de defesa da mulher, defesa do idoso, todas essas questões mais sociais, que pra gente é interessante saber, mas a gente acaba não utilizando muito para a atividade fim. Os instrutores militares, eles nos ensinaram o que eles estavam mais aptos a fazer, e eu, particularmente, achei que foi muito bem empregado, a maioria deles, tanto os mais teóricos quanto os mais operacionais, eles foram divididos de tal maneira, que cada um trabalhou na sua área e muito bem trabalhado, eu pelo menos achei assim, tirando assim, a falta de organização do próprio curso, e o fato da gente ter que trabalhar dia sim e dia não, fico defasado por falta de horas, e não por falta de qualificação do professor. Eu vejo assim, como em todas as áreas, tem aqueles que são excelentes e tem aqueles que deixam a desejar, pelo menos eu, na minha avaliação, achei que nós, tivemos um instrutor civil só, então, o civil, tal. A gente teve professores e disciplinas diferentes, então, não sei, pelo menos na minha avaliação, tinham muitos instrutores ali que deixavam a desejar, e tinham instrutores, que eles eram bons, eles sabiam o conteúdo, mas parece que eles tinham dificuldade em passar, como tem pessoas que tem o conhecimento, mas não sabem passar. Sabe muito pra ele, mas não sabe como transmitir. E gostaria de fala também da ordem unida, que tiveram vários professores militares, um veio do exército, outro veio de outro lugar, ficou meio misturado, confuso a ordem unida e eu acho que eles deram muitas horas/aula de ordem unida, toque de corneta, algo que a gente nunca vai usar na vida, nunca vai escutar, eu não lembro de mais nada. Esse é um dos que podem ser trocados por outra coisa, outra coisa qualquer”. PM – praças*

*Entrevistado: “Não. Aqui nós temos policiais civis, nós temos escrivães, investigadores, delegados. Nós temos uma [...] que é pedagogo que é o chefe do setor pedagógico da academia. Nós temos também agentes administrativos, nós temos também auxiliares técnicos da polícia civil”. PC – Direção*

*Entrevistado: “Recebe hora aula, mas é importante colocar isso: o convidado a vir dar aula na Academia, nós cobramos muito isso, né, deve se sentir reconhecido, né. Por ele trazer a sua experiência na formação dos novos policiais, então, não é ônus. E, é tão forte isso, que a “palavra chave” que nós cobramos deles aqui é engajamento. A academia tem uma missão, essa missão é de todos, e aqueles que são escolhidos a vir fazer parte do corpo docente, em determinados cursos vários cursos que nós realizamos aqui, devem se sentir agraciados, tanto que “vestir essa idéia”, “abraçar” a causa da academia. Quando alguém até não corresponde a isso, a coordenação pedagógica vai até a direção e diz: olha não tá bom, acho que tá precisando de comprometimento”. PC – Direção*

*Entrevistado: “O que nós fazemos aqui na academia é [...] sempre antes do início do curso de formação, nós reunimos o corpo docente e tal. E aqueles que já são convidados ou que, de repente, serão convidados; reunimos aqui e fazemos a preparação deles na atividade docente. Então, a coordenação pedagógica “entra em campo” aí pra dá orientações nesse sentido. E ao mesmo tempo, os professores se reúnem por disciplina ou por matéria, né, pra discutirem a questão do conteúdo programático, a carga horária, enfim pra que nós tenhamos uma linguagem só e uma inter-relação das disciplinas para que a formação seja adequada. Isso nós fazemos sempre”. PC – Direção*

*Participante: “Mas houve um despreparo muito grande dos professores que deram aula ali naquela época. Pessoas com conhecimento técnico, mas não tinham didática para transmitir aquilo ali e fixar aquele conteúdo de forma técnica. Então, era essa a dificuldade que nós tínhamos. Por sorte foram muitos trabalhos em grupo. Trabalho de seqüestro, trabalhos de tortura, trabalho [...] Uma série de coisas que nos foram dadas das matérias. Então, se conseguiu nesse teatro ali, das apresentações se colocar e fixar muita coisa, que posteriormente o pessoal utilizou, né. Mas efetivamente eu senti essa falta; muita história e pouca questão técnica. Pouco problema técnico”. PC – Delegados*

*Participante: “menor estrutura para passar a matéria tinha uma professora formada em letras que não sabia escrever entorpecentes e a gente tinha que ficar ensinando a ela como que se escrevia, só por que era amiga dos que organizavam o curso. Então a gente ficava questionando quanto à permanência*

*dela e não era só ela, tinha outros professores e a gente via que eles não tinham capacidade. Eles não tinham capacidade de transmitir e outros que não sabiam nada [...]*

*Sabe tem uma coisa que me chamou muita atenção e que achei que foi muito positivo, foi o fato de ter tido aula com professores que não eram policiais”. PC – Escrivães*

*Participantes: “Eu sou da última turma, eu acho que faltou qualificação dos professores.*

*Moderador: Professores estranhos à instituição?*

*Participante: Eram professores ligados à instituição, mas não continham a qualificação para passarem aquela informação podiam saber o conteúdo da matéria.*

*Participante: Mas não sabiam transmitir isso para a realidade né!*

*Participante: Sei lá, eu dou um exemplo. A professora de interrogatório aplicado, ela entra na sala e fala: “gente, me desculpa, mas eu nunca dei aula”. Como que uma instituição dessa, a Polícia Civil, coloca na sala uma pessoa que nunca deu aula, não tem essa prática na sala de aula. Não tem didática nenhuma. Tinha que ser policiais para dar aula. Uma pessoa mais calejada”. PC – Agentes*

*Participante: “Não. Todos são policiais como nós, né. Todos eram policiais, só que eles não eram professores. Esse era o grande comentário da nossa turma. Então, eu tive Processo Penal com uma comissária de polícia, que nunca lecionou. Ela era apenas formada em Direito há 30 anos atrás. Ela não sabia passar o conhecimento dela. E a nossa carência em Processo Penal foi tremenda. Toda a nossa turma ficou sentindo muito de ter que está correndo atrás de código, perguntando a gente não aprendeu nada. Sabe, e ela, coitada se esforçava, mas ela não tinha condições. Então, foi mau escolhido o corpo docente com certeza”. PC – Agentes*

*Entrevistado: Depois que nós viemos, eu posso falar só na minha gestão, que graças a Deus coincidiu quando eu estava assumindo a Academia de polícia, nós viajamos para Brasília entendeu? Depois que nós participamos dessa construção da matriz curricular de segurança pública, isto no primeiro semestre, mais precisamente em abril de 2004, nós fizemos a reconstrução da matriz curricular nacional de segurança pública aqui, no IESP, chamando todo corpo de professores e é disto que resulta nossa política de segurança pública e judiciária, a documentação que saiu vai diretamente para a Academia de polícia, eu não posso dizer agora de cabeça esta documentação porque é do IESP. Ou seja, tem que ser válido para todas as academias. PC – Direção*

Esta última fala, no entanto, poderia ser indicativo de uma certa esperança, algo que estaria de acordo com as novas orientações da SENASP e que se busca promover.

#### 4.3.4 A falta de uma formação continuada

Um dos pilares da proposta de formação da SENASP é que ela se faça de forma continuada, isto é, não limitada ao curso inicial de ingresso na carreira. Todavia, percebeu-se que para que isso se torne realidade efetiva vários obstáculos ainda necessitam ser superados.

Consideremos a manifestação de alguns operadores:

*Participante: “Então, tem a problemática como os colegas colocaram, tem muita exigência da polícia, mas tem pouco investimento nessa parte. Por exemplo, a gente vai para um curso de formação de soldado, cabo, sargento, seja o que for, passou daquela época, nunca mais é investido, não tem uma reciclagem, é uma área muito abrangente, por exemplo, até mesmo dentro da polícia, tem os diversos batalhões, ambiental, rodoviário etc., então não tem como num curso você entender de todas as áreas e você sair de lá excelente. Então, o que deveria acontecer, você deveria fazer o curso de formação, tem aquela formação básica, e depois tem que ter uma continuidade agora não, a gente vai por exemplo, eu estou aqui na seção aonde eu trabalho, há seis anos, desde que eu sai do Trânsito, que eu fiquei quatro meses, vim para cá, eu estou aqui há seis anos e desde que eu estou aqui não fiz nenhum curso em outra área, em outra coisa, e às vezes eles querem transferir a [...] lá não sei pra onde, me manda pra lá, então não tem uma preparação antes, você chega lá e tem que estar aprendendo no dia a dia com os colegas, que nem vocês saíram do CEFAP e te mandaram para algum lugar, e tipo assim, você chega assim e não sabe então, não tem uma preocupação em estar o policial para atuar, então, se ele tem interesse, ele vai atrás, se ele não tiver, fica ali naquela mesmice e acabou.*

*Participante: Precisamos de outros cursos, de tiro, educação física, lutas, mas que seja pelo menos no horário de serviço, por que muitas vezes, os cursos são nos dias de folga e acabam que às pessoas fazem com má vontade.” PM – Praças*

*Participante: “Depois do curso de formação nós temos duas oportunidades para voltar para a Academia de polícia: curso de aperfeiçoamento, que é chamado curso de reciclagem e o curso de chefia quando se chega, quando se alcança determinado grau de promoções. Não existe, não é só por parte da Academia não. Não existe por parte da Polícia um incentivo, no que tange a preparação melhor dos seus profissionais. Por exemplo, eu sei que tem alguns cursos da SENASP – em curso que determinados colegas são indicados e vão fazer curso em outros estados – a grande maioria aqui, não sabe, não tem nem conhecimento, que houve essa seleção e esse encaminhamento a esses cursos. Deveria existir uma política governamental que incentive a todos os policiais para*

*uma melhor preparação. Cursos destinados à reciclagem, as coisas atuais. Nós temos delegados de polícia aí, que têm 25 anos de cargo lá no interiorzinho, lá bem escondidinho. Não chega nada para ele. O pouco de informação que tem é através de ouvir dizer ou folhetim. Então, eu acho que deveria haver estímulo para que essas pessoas busquem uma melhor preparação. Porque hoje para eu buscar uma melhor preparação, às vezes eu tenho que custear com o meu próprio salário". PC – delegados*

Ora, se o trabalho policial é essencialmente um trabalho de equipe, integrado, como esperar um bom trabalho com orientações e visões distintas em torno do ser e do agir do policial?

Poder-se-ia perguntar o porquê do não-investimento nessa formação e qualificação continuada, com exceção talvez das polícias militares do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Aqui, além da falta de recursos para a ampliação da formação, talvez seja possível ponderar se efetivamente as direções das polícias assimilaram que houve mudanças significativas na metodologia do ser policial, a ponto de se exigir que os que passaram pela formação há mais tempo tivessem que retornar à academia, ou que a academia fosse até eles, para novas discussões e reflexões sobre a teoria e a prática do ser policial hoje.

A queixa em torno da forma de seleção dos que realizam os cursos existentes aparece também como outro fator que expressa a falta de critérios mais universais para o processo de formação. Foi constante a visão de que para fazer esses cursos é necessário o apoio, a afinidade com o superior, indicando que essa escolha é percebida como subjetiva; o que demonstra, mesmo que não seja como relatam, não haver critérios objetivos e explícitos, ou seja, não há uma política clara de formação continuada.

Outra possibilidade para compreender essa falta de planejamento para uma formação mais universal pode ser considerada a partir do que tratamos acima em torno da falta de consideração da subjetividade do operador de segurança pública, sobretudo se o mesmo está em um grau hierárquico inferior. Quer dizer, é provável que essa não-universalização ocorra também em função do forte grau de hierarquia e obediência, valores defendidos pelas direções e corporações, mas que podem encobrir também essa não-consideração do outro como sujeito do processo. Dito de outra forma, a não-valorização dos servidores que ocupam funções subalternas, a sua não-consideração como sujeitos mas como aqueles que devem cumprir ordens. Neste sentido, buscar-se-ia uma melhor formação daqueles que podem "comandar" ou "ordenar".

Essas análises nos levam finalmente a perceber que o processo de formação continuada das polícias, sobretudo na Polícia Civil, mas estando presente também na Militar, ainda pode ser apontado como uma realidade para os privilegiados.

Há que se ressaltar aqui a unânime abertura para essa formação continuada, evidentemente, desde que não continue a ser à custa de sacrifícios dos próprios servidores, isto é, realizada fora do tempo de trabalho e/ou viabilizada com seus recursos.

#### **4.3.5 A falta de consideração da realidade**

Conforme afirmado anteriormente, são fartas as evidências de que as polícias têm hoje um aporte de servidores melhor habilitados pela educação formal. Não obstante o conflito entre o “velho e o novo” – o que não se refere apenas à geração de pessoas, mas também ao choque de culturas e aos modelos organizacionais –, o que se observa é a baixa sensibilidade e efetividade na superação do paradigma “disciplinar” das academias. Os métodos de controle individual, que decorrem de um certo ‘panoptismo’ corporativo, parecem desprezar a capacidade crítica e intelectual das novas gerações e mesmo a capacidade de superação das gerações mais antigas.

É possível que isto decorra de um vácuo doutrinário, que manteve intocável uma visão de recrutamento para a lógica da submissão ao modelo hierárquico, tematizada atrás. Não se evoluiu para formas de recrutamento que considerem habilidades específicas, tanto quanto não se previu a inserção de tais habilidades no contexto da ação policial.

Pode-se dizer da falta de uma ‘teoria geral da ação policial’ aplicada à realidade brasileira, em face da existência de duas polícias estaduais que têm interface com outras instituições públicas, sobretudo o Ministério Público, o Judiciário e o Setor Penitenciário, além da sociedade civil. Em recente trabalho intitulado “Modernização da Polícia Civil Brasileira”, reflexão patrocinada pela SENASP, lê-se algo nesta direção:

Como a ação investigativa está intimamente inserida na dinâmica interinstitucional do sistema de justiça criminal, deve-se estimular uma relação de solidariedade ética e técnica entre as polícias Civil, Militar e os demais atores responsáveis – Ministério Público, Poder Judiciário e Administração Penitenciária – a fim de que protagonizem uma prática de mútua confiança e, daí, possam executar de modo otimizado todo o ciclo



produtivo do sistema em questão, perante e com a participação da sociedade organizada e do Poder Legislativo.

Este trecho aponta justamente para uma demanda política por uma ação referenciada em processo homologado em comum acordo, que facilite a articulação interinstitucional segundo um plano ético e técnico competente. Este plano refere-se exatamente ao que foi qualificado acima como 'ciclo produtivo'; no caso, um ciclo capaz de absorver habilidades distintas dos operadores, em modelo aplicado às especificidades das ações exigidas no seu decurso. Neste caso, os indivíduos com graduação nas Ciências Humanas, Sociais e Naturais, segundo as vastas disciplinas destes campos, seriam empregados conforme uma lógica de formação integral, mas ponderadas as habilidades específicas. Isto afrouxaria as tensões do modelo disciplinar, pouco vocacionado para o emprego de pessoas segundo uma disciplina normativa de cunho técnico-científico, e não de cunho corporativo, baseado numa concepção de fazer de pouco lastro intelectual.

*Participante: "O pessoal mais antigo, e outros até novos que também já vêm com aquela mentalidade que entra na instituição, que ela representa força, e na realidade hoje a polícia militar não representa mais a força, a polícia militar hoje representa o serviço público que deve ser prestado com excelência, que deve ser prestado com qualidade, mas nós temos algumas resistências, temos alguns paradigmas para serem quebrados ainda, tem aquela coisa de tradicionalismo, eu sou polícia e você é cidadão, eu sou polícia e você é paisano, então cada um na sua, quando você precisar você me liga que eu vou lá para ver o que eu posso fazer. Como se fossem dois tipos de cidadãos, o cidadão especial e o cidadão comum, isso, mas a maioria hoje, a tropa, ela tem aquela mentalidade, eu não vou mais esperar o cidadão me chamar, eu vou lá tendo uma visão preventiva, eu vou lá verificar antes que aconteça, o que está ocorrendo, o que está necessitando, o que é que nós podemos trabalhar juntos, para evitar que venha a ocorrer um ato ali, um ato ilegal, ou um ato contra essa comunidade."*  
PM – Oficiais

*Participante: "Eu notei muito assim, que a atividade do policial ela vem sofrendo e ela está sofrendo uma mudança muito séria então aquela visão que as pessoas tinham do policial, de apenas utilizar a parte física, isso ai tem sido mudado, então hoje o policial militar tem sido exigido em muitas áreas, então o policial militar, antigamente tinha a visão que ele tinha que saber correr, saber atirar, hoje não, hoje o policial tem que saber direito, ele tem que saber do direito da mulher, direito do cidadão, direito do idoso, direito da criança, ele tem que saber dar uma informação, ele tem que saber atirar, ele tem que saber correr, ele tem que saber dirigir, ele tem que saber nadar, então é uma atividade que abriu um leque e o policial a cada dia tem que estar mais bem preparado, mais profissional, e esse profissionalismo tem sido exigido cada vez mais da gente, e*

*a gente como Polícia Militar, só vai sobreviver se adaptar a esse profissionalismo.” PM – Praças*

*Entrevistador: “Como era naquela época?”*

*Entrevistado: O policial era aquele cara que altamente operacional, era assim por causa do padrão da época, a repressão militar, aquele cara valentão, torturador, que prestava serviço a qualquer custo, no pau-de-arara, inclusive quando que entrei na Academia, eu fui abordado, eu fui questionado pelos Diretores da polícia civil e me pergunto se tinha na Academia esta disciplina na Academia, pau-de-arara, eu disse, não senhor. Então de lá para cá fica modificado este perfil de um bom policial”. PC – Direção*

*Participante: “Hoje o nível, o nível policial, o nível cultural do policial ele aumentou muito, até dos agentes mesmo, né. E isso é o seguinte, a tendência hoje, eu tenho certeza pelo menos que a maioria dos policiais, que ingressaram na Polícia nos últimos dez anos todos estudam ou são formados. Possuem curso superior, os que não possuem, estão perto de concluir o curso superior.*

*Então essas pessoas, eles tem uma visão maior em cima disso, né. E vem e passam por uma academia, quer dizer eles entram para a Polícia hoje. E hoje terminou aquilo, aquela coisa que existia anteriormente, que entrava para Polícia porque ele queria ser policial. Ele tinha aquilo como objetivo. Hoje não, ele entra procurando um emprego. Ele procura um emprego ali, porque a situação ali fora... E ele já entra para polícia pensando o seguinte: eu vou fazer um concurso, o primeiro concurso que tiver que a remuneração for um pouco maior, não precisa nem de ser muito maior não, for um pouco maior, ele vai fazer esse concurso e vai sair, vai deixar. Então, ele tem aquilo ali, a maioria deles como uma passagem. Como uma proteção na sua vida social.” PC – Delegados*

*Participante: “Mas o pessoal mais antigo resiste às mudanças, porque eles que não aceitam o sistema, eles que não sabem mexer com o computador, e são os que mais resistem, são os mais antigos mesmo, que os novatos já entram aprendendo isso mesmo.*

*Participante: eles entram com empolgação, mas na verdade quando começam a trabalhar vêem que não é aquilo”. PC – Detetive*

*Participante: “Aqueles policiais que são mais acostumados a lidar com os presos no dia-a-dia, querem passar uma visão mais assim, ‘pega e arrebenta’. Os outros que mexem com a parte mais burocrática da lei, sabem o que aquilo vai*

*acarretar, já vêem mais pro lado dos direitos humanos, ou seja, seguir a lei com imparcialidade. Não importa se o cara matou, se era pior.” PC – Detetives*

*Participante: “É o respeito. O policial antigo já é respeitado na delegacia. Ele já tem mais flexibilidade de conversar com o preso da forma dele. A gente não tem isso. Igual isso que eu te falei, a gente não tem apoio nenhum. A gente formou e se expõe muito, não tem adicional de periculosidade, andamos em favelas horrorosas e o salário é aquele e pronto. O sindicato é fraquíssimo. Às vezes a gente não tem nem arma”. PC – Detetives*

*Participante: “Vou falar por mim. Por exemplo, mania de interrogar as pessoas. Foi um na minha delegacia, há dois meses, que estava sendo acusado de estelionato. Ele estava usando cheque de outras pessoas. E os novatos estavam perguntando para ele e ele não queria entregar de jeito nenhum. Aí o antigo chegou e usou os métodos dele para fazer isso. Logo que ele começou a usar os métodos dele, os novatos saíram da sala porque não queriam participar daquilo. Não foi nada escandaloso. A gente não queria participar porque a gente não concordava com aquilo. Esse tipo de mentalidade. A sociedade acha que toda a polícia de hoje tem a mentalidade desses policiais antigos da polícia civil”. PC – Detetives*

#### **4.3.6 A questão da ‘Teoria Geral da Ação Policial’**

A despeito da vasta literatura sobre a atividade policial, boa parte da qual adaptada e tributária de uma visão romanceada das tramas criminais e de uma criminologia de corte positivista, pode-se observar a falta de um arcabouço teórico capaz de abordar, de forma consolidada e, portanto, homogênea, a complexa teia de exigências éticas e técnico-científicas da ação policial. Admitindo que a ação policial seja parte de uma grande política pública fundada na idéia de prevenção e, residualmente, de uma repressão juridicamente ponderada pelos instrumentos de promoção e garantia dos direitos fundamentais, é possível cogitar-se de um grande esforço de demarcação crítica dos difíceis passos do ciclo de atividades praticadas pelas organizações policiais.

Da fase de policiamento ostensivo até a fase de consumação da investigação policial, há um extenso e complexo itinerário de providências que exigem a homologação de uma política conceitualmente estruturada numa ética e numa técnica. Esta política seria o lastro teórico e procedimental das organizações policiais, Militar e Civil, conformando-se como uma produção coletiva, uma produção da sociedade brasileira, e não de organizações fechadas em suas lógicas

corporativistas. Deste modo, as justas intenções de formações integradas, hoje estimuladas e vistas com esperança, teriam uma grande referência, capaz de estimular uma atitude permanente de crítica sistêmica – inclusive a dos próprios operadores – de aperfeiçoamento dos fundamentos, princípios e práticas dessas organizações públicas. Este referencial seria o grande indutor, o eixo sobre o qual uma produção constante das escolas de polícia e parceiros acadêmicos da sociedade em geral poderiam elevar a construção dinâmica, dialética do aparelho policial, de modo democrático e efetivamente produtivo.

As entrevistas com os grupos focais mostram um constante sentimento de desamparo conceitual, expresso por convicções buscadas no senso comum, nos tabus e mitos de um imaginário baseado em sensações pessoais, também fortemente influenciados pela cultura organizacional, conforme já tematizado aqui, ou seja, sob o império da lógica corporativa, da disciplina aos valores internos, reproduzidos por ideologias e tipificações.

No centro do conflito histórico entre a cultura política autoritária e a democracia, a polícia brasileira ainda hoje vive os dilemas de uma busca por identidade afirmativa, adequada às 'pressões' da lei e da consciência da cidadania. Nesta perspectiva, ela institucionalmente incorpora uma expectativa de desenvolvimento técnico-científico, em contraposição às práticas baseadas na violência e na ilegalidade. Entretanto, a comunidade policial responde à idéia de ciência com uma concepção mitificada, baseada na hegemonia das ciências naturais, vale dizer, as enfeixadas nos campos da biologia, da química, da física e da matemática.

De certa forma, sobretudo por força de um conceito tradicionalmente afirmado na cultura organizacional das polícias civis – que repercute fortemente no imaginário das polícias militares – convencionou-se, até com força da norma jurídica, que 'polícia técnico-científica' é a praticada nos domínios dos Institutos de Criminalística, Medicina-Legal e Identificação. Em outras palavras, fixou-se a ideologia de que o fazer técnico-científico da atividade policial é o realizado em laboratórios, numa atividade impessoal confirmada por equipamentos de alta tecnologia, exames biológicos e médicos. Em resumo, trata-se do antigo tema da hegemonia das ciências naturalísticas em relação às ciências sociais e humanas, assunto fartamente enfrentado pela Epistemologia.

Esta situação tem uma conseqüência grave, que reclama abordagem numa agenda de construção dessa teoria geral da ação policial. É que as tipificações da subcultura policial acabam, inconscientemente, fragmentando a ação policial entre dois universos ambíguos: de um lado, as funções 'técnico-científicas', consideradas 'puras', defluentes de uma razão perfeita, a razão 'científica'. De outro lado, as funções residuais (da ação ostensiva e sobretudo, da ação investigativa), fundadas em geral numa idéia de vocação, de 'instinto', de experiência pessoal (vide considerações sobre a oposição entre 'teoria e prática), de 'faro', enfim, de uma dimensão supostamente impassível de controle racional, porque incidente sobre o 'comportamento' do criminoso, instância 'impenetrável com teorias e ciências'. Esta interpretação é a provável causa das resistências à incorporação de disciplinas das ciências sociais e humanas, dos conteúdos de natureza filosófica. Ou, então, o flagrante desprezo por elas, agora que mais recentemente introduzidas, ainda de forma incipiente, nos currículos policiais.

Um dos efeitos perversos desta subcultura é a imaginação ingênua de que a solução dos crimes está no incremento do *quantum* tecnológico nas organizações policiais, na incorporação de máquinas e laboratórios, câmeras de monitoração de rua, tudo dedicado ao 'desmascaramento' do infrator. Isto potencializa, de forma sutil, a velha ideologia da punição, em detrimento da necessidade de se conhecer o crime como fenômeno de natureza plural, não apenas uma 'doença' proveniente da falência moral de indivíduos ou mesmo como resultado da 'pobreza', outra 'verdade' igualmente ingênua e de pouca densidade empírica. Obviamente que não se nega a importância de instrumentos de tecnologia no ato de policiamento em geral, investigativo em particular, mas a questão do método produtivo da ação policial exige, antes de tudo, atitudes profissionais afinadas à capacidade de formular teses, construir hipóteses. Exige capacidade de interpretação lingüística, psicológica, antropológica e econômica, com vistas na maior qualificação dos serviços desde o atendimento de uma chamada, narrativa de um conhecimento, lavratura de boletins e relatórios, até todo o intrincado procedimento de investigação, com as suas conclusões que devem naturalmente expressar um relato de consistência gnosiológica.

A questão, assim, não passa pela simples inclusão das ciências sociais e humanas nesses currículos. Trata-se de trabalhar estes campos de forma aplicada à ação policial. Na realidade, a ação policial se projeta sobre o comportamento

humano, o qual repercute materialmente. Deste modo, a ação policial reclama um tratamento técnico-científico de todo o ciclo, o que significa a edição dinâmica de protocolos que vão, conforme assinalado acima, desde o atendimento telefônico de uma solicitação até a consumação do trabalho de intervenção no drama do conflito em questão, atingindo, posteriormente, análises conjunturais e estruturais da criminalidade no tempo e no espaço.

#### **4.3.7 A formação e sua dependência com uma determinada direção e governo**

De acordo com os entrevistados, a forma de se vivenciar o período de formação dependia já da percepção mais operacional ou teórica da direção; ou como expresso no grupo focal: “cada diretor imprime a sua proposta, não há uma definição sobre a formação”. Neste caso tomavam por referência as mudanças na formação quando da substituição dos responsáveis pelas academias. Ora, com isso, percebe-se que há uma distância entre os projetos de formação ou os planos de curso e suas execuções, que ficam dependentes dessas mudanças de coordenação, que por sua vez são constantes, considerando que durante a formação dos oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais chegaram a ter três ou quatro coordenadores distintos.

Essa falta de unidade quanto à formação poderia evidentemente expressar diferenças de percepção que por sua vez poderiam ser consideradas saudáveis para a organização e para a própria formação. Porém, também ela vem contribuir para que se possa afirmar a falta de uma reflexão mais aprofundada, ou efetivamente assumida pela instituição, em torno do papel da formação na instituição, evidenciando, fundamentalmente, a falta de uma política de formação bem definida.

Havendo essa dependência entre a “política” de formação e a pessoa que ocupa a coordenação da formação, mas também com o comando ou direção da polícia, e considerando, como relatado acima, que as aptidões e habilidades individuais não são relevantes para o exercício profissional, podemos inferir dessa relação a possibilidade de termos “políticas” de formação e não uma política de formação que, como resultado de uma construção e reflexão coletiva, poderia nortear a instituição para uma formação mais universal e menos pessoal.

Obviamente, não se questiona aqui a possibilidade de interferência da subjetividade dos responsáveis pela formação na implementação de uma política. O

que se discute são as contínuas mudanças de orientação para a formação, e em escolhas para a coordenação ou direção dessa formação, nem sempre fundadas na consideração de habilidades específicas ou conhecimento para tal.

Com isso, temos a possibilidade de coordenações sem uma trajetória em torno da formação, sem considerar aptidões; o que pode ser apresentado como outro fator de não-valorização da formação; além de reforçar a idéia de que o “aprende-se a ser policial na prática”, inclusive para a função de formação, não é restrito aos que estão em níveis operacionais, é algo assimilado também pelas atuais direções.

Porém, a possibilidade de interferência nos rumos da formação não está limitada ao âmbito policial, mudanças de governo também podem levar a tais mudanças ou no estabelecimento de políticas ou prioridades para a ação policial e conseqüentemente na formação do operador de segurança pública. Assim, podemos constatar que em determinadas realidades analisadas, a política de segurança pública sofre mudanças também por pretensões ou prioridades do governador do Estado ou do seu governo, refletindo na formação do policial.

Como resultado dessas interferências pudemos constatar em certos estados a variação de carga horária e o tempo de formação, como conseqüência direta da vontade política de determinado governador; o que é um aspecto da realidade aqui estudada, mas também pode ser apontado, considerando o objeto e os objetivos da pesquisa, como um outro indicativo da não-consolidação de um determinado paradigma ou política de formação para os operadores de segurança pública e justiça criminal.

## **5 A FORMAÇÃO E PERCEPÇÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA JUSTIÇA CRIMINAL**

### **5.1 A formação no Ministério Público**

A Lei Orgânica do Ministério Público, Lei nº 8.625/93, abre a possibilidade de se criar como órgão auxiliar o “Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional”, destinado a “realizar cursos, seminários, congressos, simpósios pesquisas, atividades, estudos e publicações visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição”. Ocorre que, após mais de 10 anos, o Ministério Público das unidades federativas pesquisadas não tem a estrutura necessária para implementar uma formação efetiva, sendo que as poucas atividades que se consegue implementar têm baixa participação.

Para nossa discussão, interessa-nos mais especificamente como a formação do promotor, em especial daquele que ingressa na carreira para o estágio probatório, aborda o problema da Segurança Pública. Porém, há questões estruturais que devem ser consideradas.

O curso de ingresso na carreira em alguns estados é realizado por esse Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, sendo que em outros ele fica sob a responsabilidade da Corregedoria. Mas em geral é um curso intensivo com duração não superior a uma semana, apesar de previsão legal para que tenha duração não inferior a 30 dias.

Ora, com um curso reduzido, trabalha-se nada mais que indicativos gerais de questões que são priorizadas. Com isso, a análise de um dos dirigentes pode bem representar a realidade da formação no Ministério Público: “Quem está formando os promotores de justiça são os cursinhos preparatórios”.

Os órgãos responsáveis pela formação do promotor limitam-se, portanto, a uma proposta de formação através de seminários temáticos oferecidos aos promotores em geral, o que parece não ter nenhum atrativo, uma vez que não desperta o interesse do público-alvo, considerando a baixa participação nesses eventos.

Um dos fatores que pode explicar essa situação é que com uma formação inicial tão restrita, o promotor irá vivenciar seu aprendizado específico para o cargo a



partir de sua atuação empírica, dos “desafios” da prática no dia-a-dia. Assim, como reconhece um dos promotores entrevistados, essa prática pode ser boa ou ruim; pode estar fundada, por exemplo, em uma orientação para a busca de reintegração das pessoas ou para o recrudescimento de elementos marcadamente punitivos.

Com base na formação do promotor nas unidades federativas pesquisadas, podemos afirmar que o Ministério Público não tem um programa de formação que apresente uma ação integrada em torno de uma determinada política frente ao problema da Segurança Pública. No entanto, os diretores dos centros de formação analisados reconhecem a importância de se buscar uma melhor formação, inclusive integrada com outros órgãos do Sistema de Justiça Criminal, como condição para se atingir a eficácia do sistema penal.

Alguns dos diretores dos centros pesquisados relataram algumas experiências de atividades formativas integradas, porém apontam que o maior obstáculo para a ampliação dessa formação e atuação integradas são as “resistências corporativas”.

## **5.2 A formação na Magistratura**

Comparada à realidade da formação no Ministério Público, a formação para o magistado já atingiu um grau bem maior de reconhecimento. As escolas estaduais para essa formação, umas ligadas ao Tribunal de Justiça e outras às respectivas associações de magistrados, têm uma estrutura bem melhor para o desenvolvimento da formação inicial e para o aperfeiçoamento dos magistrados.

Assim, por exemplo, a formação inicial do magistado em Minas Gerais tem acontecido em aproximadamente cinco meses, nos quais se trabalha por módulos. Esse período mais extenso de formação denota uma preocupação maior com a formação, mas também o reconhecimento de que ela é fundamental para se chegar a uma maior coesão interna no Judiciário. Por isso, está muito forte nessa formação a discussão em torno do perfil do magistado que o Tribunal deseja, além evidentemente de discussões técnico-jurídicas. Em Minas Gerais, há ainda uma estrutura capaz de mobilizar também os juizes do interior para encontros regionalizados de formação permanente.

A realidade da formação do magistado em Minas Gerais pode, no entanto, ser apresentada como algo para o qual a formação dos magistrados no Brasil está

se encaminhando, uma vez que a escola judicial de Minas Gerais é apontada como uma das melhores do Brasil, significando que outras, como, por exemplo, em Alagoas, não estão promovendo a formação dos juizes com essa intensidade.

Porém, o fator decisivo para uma mudança de perspectiva para essa formação é a criação, estabelecida na Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ligada ao Superior Tribunal de Justiça; a participação em cursos de aperfeiçoamento passando a ser um dos critérios para a promoção por merecimento. Dessa forma, as direções das escolas entrevistadas manifestam uma expectativa positiva quanto a uma nova fase para a formação dos magistrados.

Ocorre que, se a formação do magistrado tem tido esse reconhecimento pelos órgãos institucionais, não se percebe, no entanto, que a questão da Segurança Pública seja um ponto importante para a formação. Até o momento, os módulos priorizados para a formação inicial do juiz ou para seu aperfeiçoamento são expressão de percepções da própria direção da escola, e teremos, no máximo, a discussão em torno das formas de cumprimento das penas.

Experiências nas quais se integre no processo de formação do magistrado visões de todos os envolvidos no sistema de Justiça Penal ainda não fazem parte de nossa realidade, ficando essa abertura restrita à participação do Ministério Público.

### **5.3 Justiça Criminal: encontros e desencontros**

Diante do exposto sobre a formação nas academias de polícia (Civil e Militar), para o Ministério Público e a formação dos magistrados, podemos compreender melhor a falta de unidade e a desintegração dos órgãos públicos que atuam frente ao problema da justiça criminal.

A formação dos operadores do sistema penal está se fazendo de forma compartimentada, cada área priorizando aspectos de sua função constitucional específica.

Apesar da indicação sobre a relevância de uma maior integração, ressaltada de forma especial pelos responsáveis pela formação no Ministério Público dos estados considerados, aponta-se como dificuldades para essa integração a falta de estruturação das escolas e as resistências corporativas. Ora, considerando que a falta de estrutura não é um problema para todas essas instituições, ter essa

estrutura não parece ser garantia de um trabalho integrado, uma vez que ela não acontece, a não ser esporadicamente, o que não pode caracterizar uma política de formação. Assim sendo, parece ser o segundo fator apontado: as resistências corporativas, o fator predominante para essa desarticulação na formação dos operadores da Justiça Criminal.

Ao concluir a análise em torno da formação em Segurança Pública nos órgãos do sistema penal, parece ser ilustrativa a resposta do diretor de um “Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público” ao ser perguntado sobre sua percepção em torno dessa integração: “É absolutamente necessária para uma eficácia do sistema penal”. Ora, considerando esta posição correta e se não há essa formação integrada, então podemos afirmar que é a eficácia do sistema penal que está em jogo e que está sendo questionada.

## 6 A FORMAÇÃO DO OPERADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA EM UM CONFLITO DE PARADIGMAS

### 6.1 O paradigma da Doutrina de Segurança Nacional

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), brilhante pérola da guerra fria, basicamente estabelece que o conceito do **inimigo interno**<sup>3</sup>, subvencionado pela Internacional Comunista – durante décadas, divulgou-se o financiamento dos opositores pelo chamado “ouro vermelho de Moscou” –, deveria ser contido e aniquilado a todo custo, como norma prioritária do Estado Militar de cunho nitidamente fascista, instaurado pelo Golpe de 1º de abril de 1964.

Assim, a Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1967, teve o condão de transformar a doutrina de Segurança Nacional em **Lei**, a fundamentar o Golpe, a dar uma espécie de “cobertura legalista” à ilegalidade cometida contra um governo constitucional eleito democraticamente.

Originariamente elaborada nos EUA, por militares, posteriormente “aperfeiçoada”, ou “nacionalizada” se se prefere, na Escola Superior de Guerra (ESG) – organizada nos moldes da *National War College* –, dava corpo teórico ao combate na chamada “guerra suja”. Espécie de “vale-tudo” onde nem mesmo os comezinhos de tratamento digno a prisioneiros inimigos era respeitado. Ações a fazer dos *lager* nazistas alguma coisa suave.

Em apertada síntese, poderíamos dizer que seus princípios básicos consistiam na militarização do Estado e na vigilância total. Recorde-se que o famigerado Serviço Nacional de Informações (SNI) chegou a investigar **todos** os ocupantes de cargos públicos ou mesmo exercendo seu poder de veto aos candidatos a qualquer posto na burocracia e empresas estatais.

Assim, qualquer pessoa “natural (*sic*) ou jurídica”, seria responsável pela segurança nacional.

Preparava-se o terreno para o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suspenderia, em dezembro de 1968, todas as garantias cidadãs, entre elas a mais comezinha de todas: o *juris corpus*.

---

<sup>3</sup> Observem-se os 717 Inquéritos Policiais Militares (IPMs) catalogados pelo projeto BRASIL: NUNCA MAIS, onde encontramos mais de 20 mil pessoas processadas.

Estava instaurado o estado terrorista que prendia, torturava e matava. Torturava-se, às vezes, pelo prazer de torturar. Sem a necessidade de obter daquele preso qualquer tipo de informação. Torturava-se para fins didáticos, como no caso tristemente famoso de Dan Mitrione dando “aulas de tortura” no DOI-CODI, do bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro.

Um Estado terrorista, preocupante, preocupado e paranóico, para o qual todo e qualquer cidadão era considerado suspeito e que, obviamente, deveria *confessar*.

A Ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento representava uma completa *weltanschauung* que tinha como meta criar condições para, através do fortalecimento do Estado, construir um modelo de desenvolvimento econômico extremamente favorável à entrada do capital estrangeiro, pretendendo implantar uma infra-estrutura capaz de transformar o país em uma potência econômica. Para que isto pudesse ocorrer, era necessário manter sob controle o crescimento dos movimentos sociais organizados que, cada vez mais, ocupavam espaços no cenário político, criando um clima político-social de grande instabilidade, ameaçando os interesses da classe dominante nacional<sup>4</sup>.

Se pudéssemos voltar no tempo, encontraríamos a mesma matriz da tortura para *extração* da confissão no *Malleus Maleficarum*, de Henrich Kramer e James Sprenger: “*Se confessar sob tortura, deverá ser então levada para outro local e interrogada novamente, para que não confesse tão-somente sob a pressão da tortura*”.<sup>5</sup> Mas a ditadura militar brasileira, assim com a argentina, a uruguaia, a paraguaia, a chilena, elevariam a tortura a um requinte jamais visto, combinando brutalidade e “tecnicismo”, com uma perversão de fazer corar os inquisidores do século XV: “*Que ordene aos oficiais que a amarrem com cordas e a coloquem em algum aparelho de tortura; então que o obedeçam de imediato mas sem que demonstrem satisfação, antes mostrando-se aparentemente perturbados pela tarefa*”.<sup>6</sup>

Desta forma, a Doutrina de Segurança Nacional foi o sustentáculo para a segurança pública pós-golpe de 1964 tendo se estendido, mesmo considerando os momentos de “distensão” ou de “abertura”, pelo menos até 1988, isto é, até a promulgação da nova Constituição. Com isto, podemos notar que muitos dos operadores que atuam na segurança pública hoje, cumprindo função de chefia ou não, receberam uma formação norteadora com base nesse paradigma que pode,

---

<sup>4</sup> João Rego é cientista político e psicanalista. É diretor executivo da Finis Africae.eng.br.

<sup>5</sup> *Malleus Maleficarum* - O martelo das feiticeiras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2004, p. 433.

<sup>6</sup> Opus cit., p. 432.

portanto, ser apresentado como de identificação, controle e aniquilamento do inimigo.

## **6.2 O paradigma sustentado pela SENASP e seus desafios de implementação**

Frente ao paradigma anterior, os questionamentos, as discussões e debates vivenciados pela sociedade em um processo de redemocratização levaram a novas propostas para a segurança pública. As propostas assumidas pela SENASP com o governo Lula representam o resultado desse processo, expresso posteriormente no documento “Matriz Curricular Nacional”.

A Matriz Curricular Nacional resultou de uma ação articuladora da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que cuidou de reunir especialistas em educação, policiais civis, militares, federais e rodoviários federais e outros diversos atores da sociedade organizada, buscando delinear uma trajetória capaz de afirmar as aspirações por um modelo consensual, capaz de dignificar o mandato policial, estabelecendo um novo tipo de relação entre polícia e sociedade.

É provável que a intensificação do debate nacional, sobretudo a partir do ano de 1997, tenha sido a responsável por inserir itens de qualidade nas agendas de modernização das polícias e suas academias, entre os quais a incorporação de uma visão proativa sobre os direitos humanos e a idéia de integração entre elas especialmente pela estratégia da criação de currículos comuns de formação, quando não o funcionamento acoplado das próprias escolas de polícia.

Será neste contexto que a SENASP iniciou a discussão que resultou na referida matriz, porém, em face da autonomia do Estado Federado, esta não pode ser impositiva, por impedimentos constitucionais e legais. É, portanto, um indicador, exatamente como intitulado, uma matriz. Assim, funciona como ponto de convencimento, de sensibilização.

Para esse confronto de paradigmas que propomos aqui não poderíamos prescindir da inclusão neste texto, apesar da longa citação, dos “princípios que fundamentam a concepção de formação profissional adotada pela Coordenação de Ensino SENASP/MJ” que, como estabelecidos na Matriz Curricular Nacional, são:

- a) **Compreensão e valorização das diferenças:** princípio de caráter ético, normativo-legal e prático que trata dos Direitos Humanos e a Cidadania,

*privilegiando o respeito à pessoa e a justiça social nas diversas ações educativas, envolvendo conteúdos teóricos, técnicos e práticos destinados à capacitação dos profissionais da Segurança Pública comprometidos com uma identidade e uma imagem profissional compatíveis com as políticas nacionais e a implementação das Políticas de Segurança Pública.*

**b) Formação e qualificação profissional continuada:** *princípio de caráter educacional e de constante envolvimento com estudos vinculados a questões reais e práticas e que incentiva a atenção aos demais segmentos do sistema penal da esfera pública e da sociedade civil.*

**c) Flexibilidade, diversificação e transformação:** *princípio que abrange a Educação em Segurança Pública entendida como um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais.*

**d) Interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes:** *princípio que apóia processos educativos que ultrapassam a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos, em que processos de interação tornam-se espaços de encontro, de busca de motivações, discussão de saberes, de escuta de contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia, o enfrentamento de novos desafios e a construção democrática de saberes renovados, atendendo à extrema relevância do desenvolvimento da capacidade de lidar com questões complexas, mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos, da literatura científica, da prática profissional, da vivência pessoal.*

**e) Valorização do conhecimento anterior:** *princípio educacional que trata da reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultam das práticas dos indivíduos, das Instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias do saber policial ... para o saber prévio dos atores concretamente envolvidos na experiência social e profissional, eliminando a visão de que “ somente os especialistas são detentores do saber ”.*

**f) Valorização do conhecimento da realidade:** *princípio que fundamenta as políticas pedagógicas a partir do diagnóstico geral e circunstanciado da situação das políticas e ações de Educação em Segurança Pública das diversas regiões do país, oferecendo uma imagem clara das realizações, carências, necessidades e demandas. O diagnóstico, por seu caráter participativo, envolve vários segmentos sociais e institucionais que lidam com questões de Segurança Pública nos diversos níveis hierárquicos:*

*policiais civis e militares, corpo de bombeiros, delegados e oficiais, diretores, especialistas e docentes de instituições educacionais, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, representantes de grupos sociais organizados, pesquisadores e outros.*

*g) **Integração:** princípio que trata da construção do conjunto das ações de Educação em Segurança Pública, com diretrizes comuns, elaboradas articipativamente, levando-se em conta as experiências bem sucedidas já existentes, buscando por um lado a integração entre as Instituições formadoras tradicionais e, por outro, a participação das demais Instituições envolvidas com educação e ensino como Universidades, Centros de Formação de Recursos Humanos, ONGs, entre outros.*

*h) **Abrangência e capilaridade:** princípio que trata da garantia de que o maior número possível de pessoas, profissionais, organizações seja alcançado por meio da articulação de estratégias que possibilitem processos de multiplicação, fazendo uso de tecnologias e didáticas apropriadas.*

*i) **Universalidade:** princípio em que a universalidade se refere a conteúdos, métodos e referências veiculados de maneira padronizada no conjunto das ações (a noção de cidadania ou algumas técnicas policiais, por exemplo), levando-se em conta a diversidade que caracteriza o país.*

*j) **Articulação, continuidade e regularidade:** princípio que visa dar consistência e coerência aos processos, através da implementação da formação dos formadores e da constituição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitará disseminar os paradigmas de políticas democráticas de Segurança Pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências.*

*l) **Qualidade e atualização permanente:** princípio que trata da garantia e do reconhecimento da excelência das ações formativas submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemático realizados segundo modalidades diferentes e o compromisso com a sociedade.*

Após a indicação dos princípios acima, acrescentam:

*Associa-se a estes princípios o entendimento de formação como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social, como oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate de abordagens diferentes, e*



*ocasião privilegiada para gerar discussão sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho.*<sup>7</sup>

A análise em torno desses princípios permite-nos visualizar a forte oposição entre os dois paradigmas para a formação do operador de segurança pública, que, como veremos abaixo, parecem sustentarem as diferentes percepções em torno do ser e do agir policial e os próprios conflitos nessas instituições.

### **6.3 Uma aceitação “instrumental” da formação**

Ao apresentarmos as propostas oficiais das polícias Civil e Militar, antes de confrontá-las com a realidade efetiva da formação, pudemos constatar certa consonância daqueles princípios e objetivos expostos com os princípios norteadores da proposta de formação da SENASP.

No entanto, após a análise dos dados da pesquisa de campo, o que encontramos não foi exatamente o que se vislumbrou através dos documentos oficiais, isto é, da visão institucional das polícias, mas a não consolidação das propostas apresentadas.

Dentre os aspectos através dos quais pudemos afirmar a não-consolidação dessas propostas pedagógicas como apresentadas oficialmente, podemos destacar a dissonância entre teoria e prática, a não-integração do corpo docente, a falta ou as deficiências de uma formação continuada, a não-consideração da realidade, incluindo aí o não-reconhecimento de conhecimentos anteriores e da subjetividade, a falta de universalidade conceptual, a dependência das direções e governos e mesmo o grau de evasão dos operadores de segurança pública durante o período de formação e logo após um período inicial de atuação.

Ora, se a realidade da formação nos aponta para uma não-efetivação dos princípios norteadores da formação proposta pela SENASP, e se os documentos oficiais das instituições policiais indicam, ao contrário, uma busca de aproximação com esses princípios, podemos perceber uma distância entre o que se apresenta sobre a formação, pelas direções estaduais, e seu processo efetivo.

Neste sentido, se pudemos constatar a identificação e assimilação dos valores e princípios estabelecidos pelo novo paradigma para a formação, em

---

7 Matriz Curricular Nacional. (SENASP/MJ, 2003)

especial junto aos coordenadores didático-pedagógicos das academias, o mesmo não pode ser dito com relação à direção ou comando geral nas polícias.

Poder-se-ia apontar causas diversas para essa distância entre as propostas de formação dos estados e sua efetivação, sendo que algumas podem ser vislumbradas a partir deste relatório; porém, podemos identificar também nessa realidade algo que estamos denominando como uma aceitação instrumental da formação.

Essa aceitação instrumental nos foi sugerida considerando algumas percepções críticas, colhidas nas entrevistas sobre a relação com a SENASP, através das quais se percebeu discordâncias, sem que isso tenha ficado manifesto nas propostas oficiais das instituições. Decorre daí essa aceitação instrumental, considerando que a aprovação de projetos em segurança pública poderia depender de uma consonância que, como estamos vendo, nem sempre é efetiva ou assimilada integralmente.

#### **6.4 As marcas de diferentes políticas de formação**

Indicamos acima que os atuais operadores de segurança pública tiveram formações distintas que poderiam ser aproximadas aos dois paradigmas para a formação policial apresentados acima. Temos, portanto, que esses operadores, com forte variação na forma de compreensão do ser e do agir policial, atuam conjuntamente.

Por outro lado, fizemos referência também à falta de formação continuada, o que permite antever que essa diferenciação de formação tenha implicações na prática cotidiana do agir policial. Essa prática, faz com que a questão do novo e do antigo policial perpassa as relações e as formas de atuação da polícia, o que leva também a conflitos internos, não trabalhados, e que, portanto, terão influência na ação operacional dos policiais, além de se constituírem em um dos elementos para a organização das relações subjetivas nas instituições.

Uma determinada formação pode marcar de forma significativa a pessoa que passa por ela, e se estamos falando em paradigmas para a formação é porque nestes teremos uma concepção do ser policial e de sua forma de agir. Durante nossos grupos focais, a questão da divergência de métodos dos antigos e novos policiais apareceu reiteradamente. Ora, a discussão aqui pode ser posta em termos

de diferenças de concepção sobre o agir policial, o que nos permite apresentá-la também como diferenças de paradigmas ou ainda em políticas de formação distintas.

*Entrevistado: “Há vinte anos, nós tínhamos uma formação puramente militar de guerra, de eliminar o inimigo. Hoje, nós temos uma formação de uma polícia cidadã, mais humana. Então, é uma mudança radical. Inclusive, até a constatação dentro da academia, muitos oficiais que não têm a formação pedagógica, que ficou só nos muros da PM, não aceita muita a contestação do aluno, o direito do aluno. Aí existe o conflito, você é aluno e eu sou tenente.” PM – Direção.*

*Entrevistado: “Então, mas isso tudo o aluno aqui é preparado pra isso. Acaba enfrentando esse choque do mais antigo que diz pra ele: olha, esquece o que tu aprendeu na academia porque é teoria e aqui não serve. Então, ele começa verificar que serve. Ele aprende aqui também uma outra coisa que, ao meu juízo é uma das mais e também importantes aí. Que o trabalho de polícia é um trabalho de grupo. Não é um trabalho individual. É trabalho de equipe. Eles treinam em equipe, eles são incentivados a trabalhar em equipe. Então isso acaba reforçando de que é necessária a dissociação de teoria e prática”. PC – Direção*

Temos então essa referência à política de formação de 20 anos atrás, compreendida como uma proposta de “eliminação do inimigo”, o que era uma das bases da Política de Segurança Nacional. Mas a mesma pessoa observa que temos hoje uma formação para a cidadania; o que é uma mudança radical, e daí surgem conflitos. Muitos não aceitam essa mudança... Isso leva também a mudanças no perfil do bom policial – o bom policial no período da repressão da Ditadura Militar e o bom policial de hoje.

A partir dessa fala, que parece representar bem o sentimento que apreendemos nos grupos focais, em especial com os mais antigos, podemos compreender que talvez não tenhamos atualmente uma política tão disseminada como a da DSN, mas também não se trata de reforçá-la. Porém, essa formação para a cidadania ainda não se consolidou em função dessas formações anteriores, das resistências, dos conflitos também quanto à forma de atuação, aqueles que buscam adotar os métodos propostos nessa nova fase e os que continuam trabalhando sob “métodos antigos”.

Ora, um problema fundamental decorrente daqui é que, se há quase uma unanimidade em dizer que se aprende a ser policial na prática, isto indica que parte significativa desse “aprendizado” tem a influência dos “antigos”, que vão “ensinar, na prática”, com seus “métodos antigos”, a fazer polícia.

Mas de maneira nenhuma podemos dizer que esses “novos” também não vivem esse conflito, uma vez que esteve bem presente a idéia de que “não se pode mais ser policial”, isto é: ser policial à moda antiga, com métodos antigos ou, mais claramente, a defesa da tortura como componente do processo investigativo. Ou como o único “processo investigativo” verdadeiramente “eficiente”...

Esses conflitos vivenciados pelos policiais, pelos operadores de segurança pública, expressam, na base, a crise paradigmática que se vivencia, isto é, o velho ainda faz-se presente e o novo ainda não está assimilado. Constata-se resquícios de uma formação anterior, que as propostas atuais não conseguiram suplantam nos “novos” operadores; uma vez que muitos, ainda gostariam de ter todos aqueles “poderes”, e se sentem limitados, coibidos; não podem ser “verdadeiros policiais”. Ora, isso indica um conflito em torno da própria representação do ser policial e com isso sobre a forma de agir do policial.

Porém, o que podemos afirmar também é que o novo paradigma para a formação e para a segurança pública já causa divisões. Há aqueles que dizem: “Como eu não concordo com esses métodos, eu deixo o local...” Em outro grupo focal, aparece esse reconhecimento de que muitos estão “pirados”, pois aprenderam a ser policiais de uma forma, e agora se pede a eles que façam diferente.

*Moderador: Vocês estão falando sobre essas limitações, se eu estou entendendo bem, vocês estão falando que a pessoa hoje para ser policial, tem que ter cabeça boa para entender e se adaptar a essas mudanças. Mas não há uma formação para isso?*

*Participante: Não.*

*Participante: Vamos supor, os policiais, vamos dizer que eles tiveram formação anterior, antes dessas mudanças, tiveram que aprender isso na prática, não houve uma discussão [...]*

*Participante: Tem muita gente que ficou louca, não aceita essas mudanças, acha que ficaram radicais as coisas.*

*Participante: É não teve preparação para isso, inclusive até para entender essa mudança, para se preparar para isso.*

*Participante: Os cursos de aperfeiçoamento que talvez aperfeiçoassem alguém nas mudanças, não aperfeiçoam, porque não é obrigado a fazer o curso, então a pessoa deixa de freqüentar o curso e não se prepara para as mudanças. [...]*

*Moderador: Vocês falaram de muitas pessoas que estão na polícia e que estão sofrendo com essas mudanças, isso é freqüente? Vocês percebem que há pessoas assim em todos os grupos, em todas as delegacias? Vamos dizer em termos de percentual, entre dez pessoas, quantas estariam nessa situação?*

*Participante: Essa incidência é muito grande.*

*Participante: Umas três pessoas, entre dez, umas três. PC – Agentes*

Eis aqui, talvez as falas mais significativas de todo o nosso trabalho de campo, pois elas vão ao cerne do problema a que nos propomos pesquisar, elas apontam para o que talvez seja o maior desafio da segurança pública brasileira atual: integrar, através de uma política de formação, em uma nova concepção do ser e do fazer policial, aqueles que foram e continuam marcados por uma concepção fundada em bases radicalmente opostas.

Esse desafio não pode ser vencido senão com uma valorização efetiva – e não instrumental – da formação, e uma formação que abra espaço para a subjetividade, sendo esta a única possibilidade de envolvimento real no processo formativo; que nesse caso exigiria uma reestruturação subjetiva, para que se tenha alguma chance de que venham a se constituir em sujeitos de um processo aceitável de atuação policial.

#### **6.4.1 Os limites do próprio aluno e/ou do operador de Segurança Pública**

A maioria do povo de pequena capacidade de reflexão crítica – e nisso a DSN fez um trabalho de mestre, convenhamos –, envenenado pela mídia, parece “cobrar” dos agentes de segurança pública uma postura violenta, intolerante e capaz de produzir “neutralização”<sup>8</sup> das massas pobres, ou das subclasses – para dizermos com WACQUANT.

O agente de segurança pública, em contato direto com a denominada criminalidade, muitas vezes ele mesmo originário das *under class*, “apaga” sua

---

<sup>8</sup> Cf. *A penologia do grotesco*, Massimo Pavarini, Università degli studi di Lecce, Centro di Studi sul Rischio, mimeo. 2003, passim.

origem de classe para funcionar como braço armado dos privilégios das classes dominantes, sem consciência de classe, sem consciência do papel que cumpre.

Assim, pode-se dizer que o “instinto” repressor ficou impregnado nos corações e mentes dos operadores de segurança pública que, ao mascarar, ou fazer dos direitos humanos apenas um tópico de discurso – como podemos observar em todas as polícias analisadas, quando se as observa na prática –, na real verdade reproduzem a errônea e perigosa idéia de que a ação repressiva é aquela que “funciona”, em contraposição a uma alardeada política de prevenção que não consegue ultrapassar o nível do discurso tido como moderno.

É preciso, pois, apagar essa noção repressiva entranhada no “fazer policial”, para que se possa trabalhar verdadeiramente, em um primeiro momento, com a visão da prevenção, deixando a repressão para ser utilizada como *ultima ratio* e obediente aos princípios insculpidos, notadamente, no art. 5º da Constituição da República.

Ao ressaltarmos alguns elementos que interferem ou dificultam a implantação de um projeto ou de uma política de formação mais condizente com a realidade do Brasil contemporâneo, devemos observar também o desafio de suplantar os limites teóricos e de visão de mundo dos próprios formandos.

Neste sentido, se percebemos nos cursos de formação das polícias uma abertura maior para a inclusão de disciplinas que poderiam levar a uma melhor compreensão da realidade e das relações sociais, jurídico-políticas e éticas da sociedade, os alunos, por sua vez, manifestaram freqüentemente uma incompreensão sobre a necessidade de disciplinas que seriam, como dizem, “sem nenhuma importância operacional”.

*Participante: “É um absurdo você ficar vendo o feudalismo sem saber de coisas da polícia. Qual que é a delegacia do seu bairro, qual a competência dela. Eu não entendo porque dar aula de história. Uma literatura muito pesada.*

*Participante: Deixa eu dar um depoimento meio “curto e grosso” [...] eu acho que o conteúdo das disciplinas, elas deveriam ser dadas especificamente pra polícia. Eu acredito muito nos princípios, na índole e na educação de cada um. Não é uma disciplina de Sociologia ou uma outra disciplina ligada, Filosofia, que vai te ensinar a lidar com o público. Eu acho isso aí é a educação que tu tem, que tu trazes de casa. Não é esse tipo de disciplina. Ah, o colega ali falou em ética. Eu quero deixar bem claro que eu também não delataria, tá. Mas eu acho que esse é também um tipo de disciplina, que na minha opinião não acrescenta muita coisa. Por exemplo, nós tivemos 10 meses de curso integrado. A primeira parte integrada com a Brigada. Excelente a integração. Mas ali se gastou muito tempo*

*com direitos humanos, aquelas coisas todas ali. Sociologia, Ética, essas coisas. Esse tempo poderia ter sido aproveitado com disciplinas específicas da polícia civil. Essa disciplina que tu falaste é interessante, nem sabia que existia, né. Assim, eu acho que muita coisa, por exemplo, a Psicologia, acho que ninguém gosta. Eu pelo menos não gosto, tá”. PC – Agentes*

Da mesma forma, escutamos relatos de alunos que, sobre a metodologia do professor de abrir uma discussão em torno de determinado tema, relatavam isso como desperdício de tempo. Reflexo, talvez, do “obedecer sem questionar”. Ou, em outras palavras, o pernicioso: “esqueça o que você sabe e faça o que eu estou mandando”.

A análise dos limites daquele que passa por um processo de formação não pode, portanto, desvinculá-los da percepção e compreensão da própria sociedade sobre o “ser policial” e sobre “segurança pública” e criminalidade. E, de uma forma geral, prevalece junto à população visões consideradas limitadas diante das bases conceituais propostas pela SENASP e mesmo compreensões que estão em desacordo com os princípios constitucionais e com a legislação em vigor.

Essas questões permitem-nos refletir sobre as resistências dos próprios alunos a propostas de formação mais democráticas e interdisciplinares, sobretudo se elas não são assumidas institucionalmente o que, sem dúvida, levará a que sejam implantadas com contradições, dificultando a compreensão e aceitação.

#### **6.4.2 As dificuldades de uma conciliação: ser policial, cidadão e sujeito**

Aos tratarmos das dificuldades do próprio aluno para a implantação de uma política de formação que tenha os parâmetros da construção jurídico-política atual, isto é, fundado nos pilares da cidadania e dos direitos humanos, queremos ressaltar a dificuldade de tratar com pessoas que muitas vezes são aprovadas em concursos públicos para o ingresso na polícia, mas que trazem uma visão deturpada do ser e do fazer policial, uma imagem da qual a instituição polícia busca livrar-se.

Assim, após o ingresso efetivo como policiais, tendo passado por uma formação que expressa entre seus objetivos a busca dos valores democráticos, a valorização da cidadania e a orientação do fazer policial tendo em consideração os direitos humanos; ainda temos policiais que defendem práticas antigas ou que se ressentem de não mais poderem agir com “liberdade”. Assim, a maioria dos policiais civis entrevistados, formados com base em um currículo com um forte cunho humanitário, defende a pena de morte. Entre os policiais militares, apesar de não se

posicionarem da mesma forma quanto à pena de morte, ainda têm muito forte a idéia de que os direitos humanos vão defender “bandidos” e limitam a ação policial; e isso apesar da inclusão da disciplina de direitos humanos estar consolidada no currículo da formação policial já há alguns anos.

Interligando o problema com as questões postas em torno dos limites do próprio aluno, podemos considerar que quando o policial opta por ser policial, ele o faz tendo uma determinada compreensão do que é ser policial, que advém desse conhecimento de senso comum, vulgar, difundido na sociedade, com interferência da mídia e de outros grupos de interesses, então temos que o processo de formação deveria ser capaz de alterar essa concepção tradicional do ser policial e consolidar uma outra base valorativa. Mas isto está ocorrendo? Pelo que podemos constatar nos grupos focais, o processo de formação não está sendo capaz, pelo menos de forma satisfatória, dessa reestruturação.

Conseguir transformar percepções e conhecimentos prévios dos operadores de segurança pública, fundados em paradigmas ou em visões tradicionais e ultrapassadas frente à realidade sociopolítica e jurídica atual, eis talvez o maior desafio quando se busca implantar um novo paradigma para a área em questão, um desafio que, no âmbito da formação do policial deve buscar a integração entre ser policial, cidadão e sujeito.

Ao discutirmos os desafios dessa integração considerando o problema das marcas das diferentes formações ou paradigmas para o ser policial, não podemos deixar de apontar uma realidade que precisa ser enfrentada: o número de policiais que, tendo entrado na polícia em outros tempos, isto é, com formação marcadamente para a repressão, se dizem “perdidos” e sofrendo diante da nova exigência do ser policial. Isto é, se para os novos policiais esse processo é importante, para os “antigos” ele é fundamental, exigindo a implantação imediata e efetiva do novo paradigma para o ser policial, aliado à cidadania e ao respeito ao outro.

## **7. À guisa de conclusão: política, políticas ou falta de política de formação?**

Após a apresentação e análise de pontos fundamentais de nosso estudo em torno das políticas de formação dos operadores de segurança pública, eis que chegamos a um determinado ponto em nossas reflexões que parece ser possível



construir uma resposta para uma questão que se fez presente desde o início de nossas entrevistas e grupos focais: como é possível caracterizar a realidade do operador de segurança pública frente ao problema da formação? Teríamos uma política, várias políticas ou nosso objeto apontaria para uma falta de política de formação?

Poderíamos abordar o problema considerando a forma pela qual dele nos aproximamos para a realização da pesquisa. O que tínhamos inicialmente? Tínhamos as referências teóricas como norteadoras de uma visão comum, mas sobretudo uma Matriz Curricular que, sem dúvida alguma, aportava elementos de uma política de formação fundada em um novo paradigma para o ser e o agir policial. A partir dos princípios, objetivos e orientações metodológicas ali estabelecidas podíamos perceber a proposta de se implantar uma certa política de formação para a segurança pública.

Com o início do trabalho de campo, desde o nosso primeiro contato, percebemos que não se tinha uma política de formação consolidada e que os valores e princípios estabelecidos na Matriz poderiam ser uma orientação, mas que ainda estava restrita a alguns poucos, em especial àqueles que tinham a função ou responsabilidade pelo projeto “didático-pedagógico”, que não conseguiam efetivar uma proposta, o que agora compreendemos mais claramente, considerando os vários fatores de interferência que ressaltamos acima, e que poderiam ser apresentados como obstáculos epistemológicos para a implementação desse novo paradigma, sendo um deles as marcas e os resquícios de uma formação anterior, com padrões éticos e jurídico-políticos bem distintos, o que poderia explicar também a falta de sintonia com o novo projeto.

Mesmo que formalmente tivéssemos estampados elementos de aproximação com os novos referenciais propostos, essa sintonia não foi percebida na prática efetiva da formação, fazendo com que mudanças de comando, direção ou governo pudessem implicar em mudanças no processo. Assim sendo, frente à política de formação proposta pela SENASP teríamos nos estados a implantação talvez de políticas de formação, uma vez que não aplicavam de forma efetiva os princípios propostos naquela política, e cada uma tendo interferências próprias.

No entanto, à medida que ampliamos nosso trabalho de campo, a realidade nos levava a construir uma outra questão: afinal, existe alguma política de formação para os operadores de segurança pública?

*Entrevistador: Com relação à política de formação, a Academia promove de tempos em tempos uma discussão em torno de uma política de formação para os agentes de segurança pública?*

*Entrevistado: Não. Os cursos de formação eles só acontecem quando há o concurso público para o preenchimento de vagas nos quadros da polícia civil. Então isto não é periódico, vão estar dividindo a necessidade da instituição.*

*Entrevistado: [...] uma política de formação explícita, a partir do momento em que haja concurso público". PM – Direção*

*Entrevistador: A Academia tem uma política de formação explícita?*

*Entrevistado: Isso vem numa onda. Nós estamos num trabalho que são muitas coisas né? Como dizer...Tudo muito novo. A gente está aqui há [...] seis, sete meses né? Então a gente está assim numa onda de reformulação, e primeiro as instalações físicas da academia ainda não estão com as condições prontas para ela. Mais por exemplo, nós já nos reunimos e verificamos as possibilidades, as necessidades aliás, de que nós tenhamos a condição de estarmos abrindo o corpo diretriz da academia, para desenvolver um trabalho de desenvolvimento estratégico, para que a gente possa estar criando uma política de ensino de formação dentro da corporação, onde nós sejamos os aplicadores aqui". PM – Direção*

*Entrevistador: Com relação à política de formação, a Academia promove de tempos em tempos a discussão em torno da política de formação dos agentes de segurança pública?*

*Entrevistado: Fazemos, infelizmente essa política é ainda mais restrita às pessoas envolvidas com a formação [...] PM – Direção*

*Participante: "Até porque esse é um tema novo, que está surgindo aí agora, que é esse tratamento como operador de segurança pública. Claro que nós como delegados de polícia já fazemos parte disso há bastante tempo. Mas o tema é um tema novo né? Agora felizmente a União passou, viu a situação que chegou e a forma que está. Então, aí nós voltaríamos à questão da formação. Da Academia de polícia, nossa e de outros. Nós estamos aqui falando da situação de Minas, que é a que conhecemos, mas isso deve estar sendo objeto de debate no Brasil inteiro. Porque cada um tem o seu objeto, tem a sua forma. Então eu acredito que essa é a saída, a Secretaria Nacional de Segurança Pública adotar medidas pra que isso seja determinado no Brasil inteiro uma situação de procedimentos que devam ser adotados. Pelo que nós temos aí a situação que já foi dita aqui, a Academia, a forma, como eram formados, os desvios né? Houve aqui críticas, com relação à formatura, com o último curso de formação de delegados. Então, pelo que se vê não existe uma doutrina e sim cada um fazendo a sua parte.*

*Participante: Eu acho que para a formação, o que é mais importante é a formação de operadores de segurança pública. Formação de uma doutrina a qual mantenha um equilíbrio dos procedimentos, injetando os procedimentos. Havendo uma doutrina forte na formação de todo operador de segurança pública, estando aqui ou no interior.*

*Moderador: Mas vocês não identificam que isso acontece?*

*Participante: Não acontece, não existe.*

*Moderador: Não tem isso de uma unidade?*

*Participante: Você está colocando uma doutrina? Uma política? Não existe!*

*Participante: O que a gente identifica [...] que nós identificamos é uma ausência nefasta de uma doutrina.” PC – Delegados*

Podemos perceber a retomada ou o pedido de uma “doutrina”, o que na verdade parece apontar para a questão posta acima de perda de referências, frente às quais se buscaria uma orientação forte, uma doutrina. Mas o que nos importa particularmente aqui é essa referência à falta de proposta, à falta de unidade.

É possível que entre a política ou o paradigma proposto pela SENASP para a formação do operador de segurança pública e essa percepção da falta de política de formação – em especial se considerarmos aqueles que estão “perdidos”, que “estão doidos” como nos foi relatado, por uma falta de reflexão sobre essas novas referências – talvez estejamos vivendo uma situação de transição, uma transição paradigmática, como sugerimos acima, que será marcada por uma crise.

O desafio parece-nos, portanto, poder ser simbolizado da seguinte forma: a posição da SENASP representando o *topos*, o lugar do novo paradigma proposto; aqueles policiais “perdidos”, “doidos” – ao que poderíamos acrescentar, buscando interpretar essa realidade, desorientados – podendo ser representados como o *topos* do antigo paradigma, aqui indicado como o da Doutrina de Segurança Nacional. Essas duas situações representam os dois pólos extremos e os limites para o desafio de transformação da segurança pública brasileira. E o desafio é conseguir substituir essas marcas da repressão pelas marcas da cidadania e do respeito ao outro. Somente a re-significação do ser policial por estes que se situam nesse antigo *topos*, permitirá uma saída dessa crise que pode ser o indicativo de uma transição, o *topos* onde parece situar-se o maior contingente desses operadores.

Aqueles que manifestam o desejo e a necessidade de uma nova doutrina, parecem buscar algo que preencha o vazio provocado pelas certezas no antigo paradigma. O problema é que o novo paradigma não é fundado em certezas, sua força estaria justamente no aprendizado em se aprender a conviver com os limites do agir policial, limites impostos pelo respeito ao outro.

Assim, temos que a superação dessa crise ou dessa transição, e conseqüentemente a efetivação de um novo paradigma, implicaria, fundamentalmente, em se conseguir retirar aqueles que estão presos “em suas cavernas”, em seus limbos, mostrando-lhes outras possibilidades, o que, sem dúvida, seria tarefa para educadores; para bons educadores.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosa Maria Gross. **Reflexões sobre a Humanidade do Ser Humano**.
- AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. **Direito e Segurança Pública – A Juridicidade Operacional da Polícia**. Brasília: Editora Consulex, 2003.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral da Cidadania: Amplitude da Cidadania e as Garantias Constitucionais e Processuais**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BATISTA, Nilo. **Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revam, 2002.
- BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro – Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revam, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: SEMTEC 2000.
- \_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Educação Profissional – Legislação Básica. 5ª edição**. Brasília: SEMTEC 2001.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Projeto segurança pública para o Brasil**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2003.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2002.
- BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento**. São Paulo: Edusp, 2002.
- CAMILO, Ronaldo Darwich. **Modelagem Dinâmica da Gestão – Passos das Organizações para a Excelência e Resultados Superiores**. Belo Horizonte: IQM 2003.
- CHRISTIE, Nils. **A indústria do controle do crime**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio – o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.
- DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e Sua Criminologia**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- DEMING, W. E. **Qualidade: a revolução da administração**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1990.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia e pedaços: direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ENRICONE, Délcia; GRILLO, Marlene. **Avaliação: uma discussão em aberto**. Porto Alegre: Edpucrs, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. In: FARIA, José Eduardo (org.). *Democracia e Governabilidade: os Direitos humanos à Luz da Globalização Econômica*. Rio de Janeiro: LCT, 4ª ed., 1963.

GREENE, Jack R. (org.). **Administração do Trabalho Policial: Questões e Análise**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

HERNÁNDEZ, Fernando. **A organização do currículo por Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KARAM, Maria Lúcia [org.]. **Globalização, Sistema Penal e Ameaças ao Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro: Juris Juris, 2005.

KRAMER, Heinrich [et] Sprenger, James **Malleus Maleficarum – O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2004.

LEITE, E.; MALDIQUE, M.; SANTOS, M. R. dos. **Trabalho de Projeto 1. Aprender por Projetos centrados em Problemas**. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1989.

LOPES, João. **Relatório Anual 2003: Academia de Polícia Civil de Minas Gerais**. Belo Horizonte: ACADEPOL, 2003.

LOPES, João. **A Segurança Pública em Minas Gerais: Reflexões sobre a desarticulação entre a Polícia Civil e a Polícia Militar**. Belo Horizonte: 2002.

MENEGAT, Marildo (et) NERI, Regina [org.] **Criminologia e Subjetividade**, Rio de Janeiro: Juris Juris, 2005.

MENKE, Ben. A.; WHITE, M. F.; CAREY, W. L. **Profissionalização da polícia: em busca de excelência ou de poder político?** In: GREENE, Jack R (org.). *Administração do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2002. n. 4, cap. 2, p. 85-117.

MINAS GERAIS. **Regulamento Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Resolução Nº 5.350 de 23/06/1976**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública 1976.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Segurança Pública **Lei nº 5.406, de 16 de dezembro de 1969 – Lei Orgânica**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Civil 1989.

\_\_\_\_\_. **Lei orgânica da Polícia Civil: Lei nº 5.406, de 16/12/69**. Belo Horizonte: ACADEPOL-MG, 1989.

\_\_\_\_\_. Cia. de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais. **Demonstrativo da distribuição do pessoal do quadro da Polícia Civil** (capital e interior). Dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Estado da Segurança Pública Relatório de Atividades.** Belo Horizonte: ACADEPOL-MG, 2001.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedade na Europa.** São Paulo: Editora da USP: 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia.** São Paulo: Edusp, 2002.

MONTEIRO, José A. – **Qualidade Total no Serviço Público.** Brasília: QA&T Consultores Associados, 1991.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MUNIZ, Jacqueline de O. e MIRANDA, Ana Paula M. **Modelos de Polícia em sociedade Brasileira.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

NOVAES, Regina (org.). **Direitos Humanos: temas e perspectivas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

OLIVEIRA, Rita de Cássia M. **A configuração da QVT no contexto de trabalho dos detetives da polícia civil metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Faculdade de Direito – UFMG, 2001.

PERALVA, Angelina. **Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Paulo Antônio – **Desenvolvimento organizacional de um órgão público – ACADEPOL – um estudo de caso.** Dissertação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ROPÉ, Françoise & TANGUY Lucie, **Saberes e Competências – O uso de tais noções na escola e na empresa.** Campinas: Editora Papirus 1997.

SILVA, Adriana L. & RODRIGUES, C. Davis. **Lei e Controle Social.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

TROSA, Sylvie – **Gestão Pública por Resultados: Quando o Estado se compromete .** Brasília: Editora Revan, 2001.

VANAGUNAS, Stanley. **Planejamento dos serviços policiais urbanos.** In: GREENE, Jack R (org.). **Administração do trabalho policial.** São Paulo: Edusp, 2002.n. 5, cap.2, p.43 – 57.

YUS, Rafael. **Temas Transversais em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Modelo do Consentimento Informado



#### Consentimento Informado

Para a realização da pesquisa sobre *Políticas de Formação dos Operadores de Segurança Pública e Justiça Criminal*, com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Escola Superior Dom Helder Câmara está realizando entrevistas que duram cerca de 2 horas.

Apesar de as conversas serem gravadas, é importante frisar que tudo o que se fala no grupo de discussão é confidencial e utilizado apenas para fins da pesquisa, não sendo feita menção ao nome do entrevistado.

A sua participação é muito importante para a realização deste estudo. Contudo, você poderá, se assim desejar, desistir de participar em qualquer momento, sem que isso implique em qualquer problema.

Estou de acordo com o termo acima.

---

Local, data

Nome

---

Assinatura

APÊNDICE B – Questões norteadoras para entrevistas com Dirigentes das Academias/Escolas de Polícia Civil e Militar

**Questões preliminares:**

. A explicitação sobre a pesquisa ...

**- 1ª parte: A Academia e sua ligação institucional:**

1. Qual e como é a inserção da Academia na estrutura organizacional da Polícia (Civil, Militar) deste Estado?
2. Qual é o *status* jurídico da Academia de Polícia (Civil, Militar) deste Estado?

**- 2ª parte: Estrutura interna e constituição:**

3. Qual é a estrutura organizacional dessa Academia / Escola de Polícia?
4. Quais são as normas que regulam o funcionamento da Academia de Polícia (Civil, Militar) deste Estado?
5. Como é composto o quadro de servidores da Academia/Escola?
6. Como se dá a constituição do corpo docente da Academia/Escola? Ocorre por indicação ou há um processo seletivo?

**- 3ª parte: Planejamento e participação da e na formação:**

7. Como é o processo de formação do Agente de Segurança Pública hoje?
8. Existe uma estratégia de recrutamento para a participação nos cursos da Academia/Escola?
9. Quais são os cursos e outras atividades acadêmicas oficial e oficiosamente ministrados pela Academia/Escola?
10. Estes cursos são definidos por carreiras ou graus hierárquicos?
11. Como se dá a agregação de valores na carreira dos policiais, em função de cada curso ou atividade acadêmica que frequenta?

12. Após os cursos, da Academia/Escola oficializa recomendações – para a área operacional – visando emprego adequado do servidor na atividade-fim, segundo seu aproveitamento discente?
13. Poderia, por favor, nos fornecer dados quantitativos referentes à formação promovida por essa Academia?

**- 4ª parte: Política de formação:**

14. A Academia promove, de tempos em tempos, a discussão em torno de uma política de formação dos Agentes de Segurança Pública?
15. A Academia/Escola tem uma política de formação explícita? Se não, quais são os elementos norteadores da formação do policial?
16. Essas orientações estão expressas nos objetivos da formação do policial, e quais seriam esses objetivos?
17. Como isso se efetiva?

**- 5ª parte: Projeto pedagógico e outros referenciais**

18. Há um projeto pedagógico da Academia/Escola? Se sim, como ele é construído?
19. A Academia/Escola trabalha com base no referencial teórico de alguma ciência?
20. A Academia/Escola tem por fundamento alguma base conceptual que expresse algo como uma “teoria geral da ação policial”?
21. Há, no plano fundante das estratégias pedagógicas da Academia/Escola, alguma abordagem das ciências sociais, humanas e naturalísticas, de maneira aplicada à atividade policial (ostensiva e investigativa)?
22. A Academia/Escola executa alguma atividade permanente de pesquisa voltada para a atividade-fim da instituição?
23. São feitas avaliações do impacto da formação na atuação policial?
24. É possível dizer que a formação do policial tem uma implicação direta em sua prática ou prevalece, entre os policiais, a idéia de dissociação entre teoria e prática?

**- 6ª parte: A Academia na Sociedade:**

25. A Academia/Escola tem alguma interlocução permanente com a universidade, centros universitários, faculdades, centros de estudo ou similares reconhecidos oficialmente?

26. A Academia/Escola tem interesse e/ou promove a interlocução com Associações e outros organismos da Sociedade Civil?

**- 7ª parte: Influências na política de formação:**

27. Qual a percepção do Sr./Sra. sobre o ser humano?

28. Qual a percepção do Sr./Sra. sobre a organização da sociedade?

29. Qual a percepção do Sr./Sra. sobre os conflitos na sociedade?

30. Qual a percepção do Sr./Sra. sobre o papel da polícia?

31. O diretor de uma Academia de Polícia (aqui de acordo com o cargo: o responsável pelo projeto pedagógico da polícia...) consegue influir nos rumos ou na política de formação do policial?

32. Mudanças no comando geral da polícia influenciam ou determinam os rumos ou a política de formação do policial?

33. Mudanças políticas influenciam ou determinam os rumos ou a política de formação do policial?

34. O Sr./Sra. percebe mudanças significativas na orientação da formação policial nos últimos anos? Se sim, quais seriam as causas mais significativas dessas mudanças?

**Fechamento:**

APÊNDICE C – Questões norteadoras para realização dos Grupos Focais com Agentes de Segurança Pública formados nas Academias/Escolas de Polícia Civil e Militar

**Questões preliminares:**

A explicitação sobre a pesquisa, sobre os objetivos gerais da pesquisa e sobre a técnica de Grupo Focal.

**Questionário**

1. Vocês passaram por um mesmo curso de formação após o concurso público. Gostaria que vocês nos contassem como vocês vivenciaram esse processo de formação; como avaliam a estrutura curricular, ou seja, a organização das disciplinas e a distribuição da carga horária do curso?
2. Sentiram falta de alguma disciplina que consideram importante para o exercício da profissão e, ainda, alguma dessas disciplinas poderia ter sido substituída na opinião de vocês? Por que e por qual disciplina ou conteúdo?
3. Sobre o corpo docente; qual a sua composição e se consideram a formação/qualificação do mesmo adequada para as necessidades e as propostas do curso? [E sobre os professores externos, que não são policiais?]
4. Sobre o conteúdo do curso: poderiam nos indicar alguns tópicos ou temas que mais chamaram a atenção de vocês; ou que vocês percebam hoje como fundamentais para a atuação do policial?
5. Já vivenciaram alguma experiência no dia-a-dia diante da qual vocês avaliaram que faltou uma melhor formação para a atuação naquela situação em especial?
6. Qual a importância da formação para a atuação do policial? (se necessário melhor explicitação)
7. Aprende-se a ser policial com a teoria, com a prática? Ou com ambas?
8. Após os cursos, a Academia/Escola oficializa recomendações – para a área operacional – visando emprego adequado do servidor na atividade-fim, segundo seu aproveitamento discente?

9. Essa avaliação que vocês fazem do curso de formação, hoje, é a mesma de quando deixaram a Acadepol? (Se não quais as causas de uma mudança de percepção?)
10. Gostaria que vocês falassem sobre possíveis mudanças na vida de vocês, após o ingresso na polícia?
11. Como vocês percebem a organização ou a composição da sociedade?
12. Como percebem os conflitos na sociedade?
13. O que é ser policial e qual o papel da polícia na sociedade?
14. Como é a relação de vocês com a população em geral?
15. Qual a percepção de vocês sobre o ser humano?
16. O que pensam sobre a pessoa que comete crimes e contravenções?
17. Percepção sobre o sistema prisional...
18. Para vocês, quais seriam as causas da violência e da criminalidade?
19. Sobre a possibilidade de ressocialização...
20. Sobre penas mais rigorosas...
21. Sobre pena de morte (enquête):
22. Por último, o que entendem por direitos fundamentais ou por direitos humanos?
23. Quanto aos cursos oferecidos; eles são definidos por carreiras ou graus hierárquicos? Como se dá à agregação de valores na carreira dos policiais, em função de cada curso ou atividade acadêmica que frequenta?
24. Vocês sabem se existe alguma interlocução permanente da academia com alguma universidade, centros universitários, faculdades, centros de estudo ou similares reconhecidos oficialmente?

25. A Academia/Escola tem interesse e/ou promove a interlocução com Associações e outros organismos da Sociedade Civil?

APÊNDICE D – Questionário para dirigentes de Escolas/Centros da Magistratura e/ou Ministério Público

**Questões preliminares:**

**- 1ª parte: A Escola/Centro e sua ligação institucional:**

01. Qual e como é a inserção da Escola ou Centro na estrutura organizacional da Magistratura deste Estado?

**- 2ª parte: Estrutura interna e constituição:**

02. Qual é a estrutura organizacional dessa Escola ou Centro?

03. Como se dá a constituição do corpo docente da Escola/Centro? Ocorre por indicação ou há um processo seletivo?

**- 3ª parte: Planejamento e participação da e na formação:**

04. Após a aprovação no concurso público e antes do início de suas atividades, o magistrado recebe uma formação preparatória? Se sim, em que consiste essa formação? (Seus objetivos, o período de formação e o conteúdo). Se não, quais os obstáculos para a realização dessa formação?

05. Há o incentivo para uma formação posterior ao ingresso na Magistratura?

06. Quais são os cursos e outras atividades de formação oficial e oficiosamente ministrados pela Escola/Centro?

07. A Escola/Centro tem uma programação de seminários e/ou palestras? Como é a participação dos magistrados nessas programações?

08. A realização de outros cursos ou formação de pós-graduação é um aspecto considerado na política de promoção e/ou de remuneração?

09. São feitas avaliações do impacto da formação na atuação do magistrado?

10. Há por parte da Escola/Centro uma busca de unificação de compreensão e metodologias para a atuação da Magistratura?



11. Qual a sua avaliação sobre a formação propiciada pela Escola/Centro?

**- 4ª parte: A formação e percepção em torno do sistema criminal**

12. A formação do magistrado inclui a análise de outras ciências sobre o problema criminal? Poderia, por favor, indicar alguns temas ou abordagens que extrapolariam uma análise técnico-jurídica?

13. Como o Sr./Sra. compreende a expressão Sistema de Justiça Criminal? Quais os órgãos integrariam esse Sistema?

14. Há por parte da Escola/Centro uma determinada compreensão do problema criminal que apareça nos cursos ou em uma política de formação do magistrado deste estado?

15. O Sr./Sra. percebe diferenças na forma de compreensão e tratamento de uma política criminal entre instituições como as Polícias (Civil e Militar), Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura? Aponte alguns aspectos dessa diferença? Se sim, essas diferenças seriam em decorrência da formação ou da própria função?

16. Como o Sr/Sra. percebe a atuação dos órgãos envolvidos no sistema de justiça criminal? Há integração, limitação às competências estabelecidas em lei ou mais um conflito de poderes?

17. Como o Sr/Sra. percebe a idéia de uma maior integração no trabalho desses órgãos?

18. Seria viável e importante uma maior unificação na abordagem do problema criminal? Quais os maiores obstáculos para isto?

**- 5ª parte: A Escola/Centro na Sociedade:**

19. A Escola ou Centro/Escola tem alguma interlocução permanente com a universidade, centros universitários, faculdades, centros de estudo ou similares reconhecidos oficialmente?

20. A Escola ou Centro/Escola tem interesse e/ou promove a interlocução com Associações e outros organismos da Sociedade Civil?

**- 6ª parte: Influências na política de formação:**

21. Mudanças na cúpula da Magistratura Estadual influenciam ou determinam os rumos ou a política de formação do magistrado?

22. Mudanças políticas influenciam ou determinam os rumos ou a política de formação do magistrado?

23. O Sr./Sra. percebe mudanças significativas na orientação da formação do magistrado nos últimos anos? Se sim, quais seriam as causas mais significativas dessas mudanças?

## APÊNDICE E - Relação de entrevistas e grupos focais realizados

### **ALAGOAS**

#### Entrevista com:

- Direção da Academia da Polícia Militar do Alagoas;
- Coordenação Didático-Pedagógica da Academia da PMAL;
- Direção da Academia da Polícia Civil do Alagoas – ACADEPOL – AL;
- Coordenação Didático-Pedagógica da Academia da Polícia Civil do Alagoas;
- Direção do Instituto de Segurança do Alagoas – IESA.

#### Grupos Focais:

- Grupo Focal com Oficiais formados na Academia da PMAL;
- Grupo Focal com Praças formados na Academia da PMAL;
- Grupo Focal com Delegados de Polícia formados na ACADEPOL – AL; e
- Grupo Focal com Agentes de Polícia formados na ACADEPOL – AL.

### **MATO GROSSO DO SUL**

#### Entrevista com:

- Direção da Academia da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul;
- Coordenação Didático-Pedagógica da ACADEPOL – MS; e
- Comando do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Policial da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul.

#### Grupos Focais:

- Grupo Focal com Delegados de Polícia formados na ACADEPOL – MS;
- Grupo Focal com Agentes de Polícia formados na ACADEPOL – MS;
- Grupo Focal com Oficiais formados na Academia da PMMS; e
- Grupo Focal com Praças formados na Academia da PMMS.

**MINAS GERAIS**Entrevista com:

- Direção da Academia da Polícia Civil de Minas Gerais – ACADEPOL – MG;
- Coordenação Psicopedagógica da ACADEPOL – MG;
- Direção da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; e
- Coordenação do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia da PMMG.

Grupos Focais:

- Grupo Focal com Escrivães de Polícia formados na ACADEPOL-MG, turma de 2004;
- Grupo Focal com Agentes de Polícia formados na ACADEPOL-MG, turma de 2004;
- Grupo Focal com Delegados de Polícia formados na ACADEPOL-MG, turma de 2004;
- Grupo Focal com Agentes de Polícia formados na ACADEPOL-MG, turmas de: 1982, 1984, 1992 e 1994;
- Grupo Focal com Delegados de Polícia formados na ACADEPOL-MG, turmas de: 1982, 1984, 1992 e 1994;
- Grupo focal com Oficiais formados na Academia da PMMG; e
- Grupo Focal com Praças formados na Academia da PMMG.

**PARÁ**Entrevista com:

- Direção do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará – IESP – PA;
- Direção da Academia da Polícia Civil do Pará – ACADEPOL – PA;
- Coordenação da Divisão de Ensino da ACADEPOL – PA; e
- Direção da Academia de Polícia Militar “Cel. Fontoura” – PMPA.

Grupos Focais

- Grupo Focal com Delegados de Polícia formados na ACADEPOL – PA;
- Grupo Focal com Agentes de Polícia formados na ACADEPOL – PA;
- Grupo Focal com Oficiais formados na Academia da PMPA; e
- Grupo Focal com Praças formados na Academia da PMPA.

**RIO GRANDE DO SUL**Entrevista com:

- Direção da Academia da Polícia Civil do Rio Grande do Sul;
- Coordenação da Divisão de Ensino da ACADEPOL – RS;
- Direção da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; e
- Direção de Ensino da Brigada Militar do RS.

Grupos Focais:

- Grupo Focal com Delegados de Polícia formados na ACADEPOL – RS;
- Grupo Focal com Agentes de Polícia formados na ACADEPOL – RS;
- Grupo Focal com Oficiais formados na Academia da Brigada Militar do RS; e
- Grupo Focal com Praças formados na Academia da Brigada Militar do RS.